

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93
4 - NIRE		
35300050274		

**01.02 - SEDE**

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO	
Rua Lourenço Marques, 158 - 14ª Andar				Vila Olímpia	
3 - CEP		4 - MUNICÍPIO			5 - UF
04571-100		São Paulo			SP
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX	
011	2195-7048	-	-		
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX		
011	2195-2155	-	-		
15 - E-MAIL					
ri.aeseletropaulo@aes.com					

**01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)**

1 - NOME					
Rinaldo Pecchio Júnior					
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO	
Rua Lourenço Marques, 158, 3ª Andar				Vila Olímpia	
4 - CEP		5 - MUNICÍPIO			6 - UF
04571-100		São Paulo			SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX	
011	2195-7048	-	-		
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX		
011	2195-2155	-	-		
16 - E-MAIL					
ri.aeseletropaulo@aes.com					

**01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR**

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2010	31/12/2010	1	01/01/2010	31/03/2010	4	01/10/2009	31/12/2009
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR						10 - CÓDIGO CVM	
Ernst & Young Terco Auditores Independentes S. S.						00471-5	
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO						12 - CPF DO RESP. TÉCNICO	
José Antonio de A. Navarrete						120.817.178-08	

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

## 01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2010	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2009	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2009
<b>Do Capital Integralizado</b>			
1 - Ordinárias	66.605	66.605	66.605
2 - Preferenciais	100.739	100.739	100.739
3 - Total	167.344	167.344	167.344
<b>Em Tesouraria</b>			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

## 01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE AÇIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1120 - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Prestação de Serviço Público
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Não Apresentado
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES
Sem Ressalva

## 01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

## 01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	AGO	30/04/2010	Dividendo	19/05/2010	ON	2,4191571308
02	AGO	30/04/2010	Dividendo	19/05/2010	PN	2,6610728438
03	AGO	30/04/2010	Dividendo	15/09/2010	ON	1,4492071466
04	AGO	30/04/2010	Dividendo	15/09/2010	PN	1,5941278612

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1 - ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMIÇÃO (Reais)
----------	--------------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	---	---

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 27/04/2011	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2010	4 - 31/12/2009
1	Ativo Total	11.489.845	11.178.345
1.01	Ativo Circulante	3.328.840	2.988.927
1.01.01	Disponibilidades	1.470.126	1.249.245
1.01.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	268.328	286.158
1.01.01.02	Investimentos de curto prazo	1.201.798	963.087
1.01.02	Créditos	1.784.425	1.685.903
1.01.02.01	Clientes	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	1.784.425	1.685.903
1.01.02.02.01	Consumidores, concess. e permissionárias	1.427.761	1.426.554
1.01.02.02.02	IRPJ e CSLL compensáveis	306.377	230.841
1.01.02.02.03	Outros tributos compensáveis	62.734	64.272
1.01.02.02.04	Serviços prestados	23.229	20.263
1.01.02.02.05	Devedores diversos	9.841	2.152
1.01.02.02.06	Contas a receber - acordos	177.036	171.063
1.01.02.02.07	Outros créditos	110.928	95.125
1.01.02.02.08	Provisão p/ créditos de liquid. duvidosa	(333.481)	(324.367)
1.01.03	Estoques	60.589	52.991
1.01.03.01	Almoxarifado	60.589	52.991
1.01.04	Outros	13.700	788
1.01.04.01	Despesas pagas antecipadamente	13.700	788
1.02	Ativo Não Circulante	8.161.005	8.189.418
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.293.771	2.280.680
1.02.01.01	Créditos Diversos	2.293.641	2.280.680
1.02.01.01.01	Outros tributos compensáveis	87.545	85.780
1.02.01.01.02	Tributos e contrib. sociais diferidos	830.775	865.665
1.02.01.01.03	Cauções e depósitos vinculados	449.861	440.860
1.02.01.01.04	Contas a receber - acordos	251.704	256.497
1.02.01.01.05	Outros créditos	164.258	164.766
1.02.01.01.06	Ativo financeiro de concessão	721.108	680.880
1.02.01.01.07	Provisão p/ créditos de liquid. duvidosa	(211.610)	(213.768)
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	130	0
1.02.01.03.01	Despesas pagas antecipadamente	130	0
1.02.02	Ativo Permanente	5.867.234	5.908.738
1.02.02.01	Investimentos	9.500	9.500
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	59.961	62.146
1.02.02.03	Intangível	5.797.773	5.837.092

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

**02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)**

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2010	4 -31/12/2009
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2010	4 - 31/12/2009
2	Passivo Total	11.489.845	11.178.345
2.01	Passivo Circulante	2.817.526	2.716.990
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	530.541	530.627
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	835.971	829.647
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	526.350	465.466
2.01.04.01	IRPJ e CSLL a pagar	113.888	19.207
2.01.04.02	Outros tributos a pagar	412.462	446.259
2.01.05	Dividendos a Pagar	75.525	75.550
2.01.05.01	Dividendos declarados	12.831	12.855
2.01.05.02	Juros s/ Capital Próprio - TJLP	62.694	62.695
2.01.06	Provisões	304.272	269.702
2.01.06.01	Provisões p/ litígios e contingências	304.272	269.702
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	544.867	545.998
2.01.08.01	Obrigações estimadas	50.983	76.459
2.01.08.02	Folha de pagamento	9.037	1.787
2.01.08.03	Encargos de dívida	70.276	93.198
2.01.08.04	Custos a amortizar	(5.290)	(6.237)
2.01.08.05	Cosip	44.046	41.109
2.01.08.06	P&D, Eficiência Energética, EPE e FNDCT	204.489	208.142
2.01.08.07	Encargos tarif. do consumidor a recolher	78.334	48.068
2.01.08.08	Outros	92.992	83.472
2.02	Passivo Não Circulante	4.714.809	4.739.626
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	4.714.809	4.739.626
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	859.804	860.435
2.02.01.02	Debêntures	1.050.000	1.050.000
2.02.01.03	Provisões	369.915	370.322
2.02.01.03.01	Provisões p/ litígios e contingências	369.915	370.322
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	2.435.090	2.458.869
2.02.01.06.01	Outros tributos a pagar	0	47
2.02.01.06.02	Tributos e contrib. sociais diferidos	845.566	856.968
2.02.01.06.03	Obrigações c/ entidade de prev. privada	1.428.128	1.444.033
2.02.01.06.04	Reserva de reversão	66.085	66.085
2.02.01.06.05	Custos a amortizar	(30.190)	(31.906)
2.02.01.06.06	Contas a pagar - Banco Santos	103.698	100.136
2.02.01.06.07	Outros	21.803	23.506
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	3.957.510	3.721.729
2.05.01	Capital Social Realizado	1.057.629	1.057.629
2.05.01.01	Capital social subscrito e integralizado	1.057.629	1.057.629
2.05.02	Reservas de Capital	14.837	14.423
2.05.02.01	Opções de ações outorgadas	14.837	14.423

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2010	4 - 31/12/2009
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	988.451	988.451
2.05.04.01	Legal	155.113	155.113
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	833.338	833.338
2.05.04.07.01	Prop. de Distr.de Dividendos Adicionais	833.338	833.338
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.651.545	1.661.226
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	245.048	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	3.431.958	3.431.958	3.003.276	3.003.276
3.02	Deduções da Receita Bruta	(1.172.309)	(1.172.309)	(1.019.148)	(1.019.148)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2.259.649	2.259.649	1.984.128	1.984.128
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.892.635)	(1.892.635)	(1.794.770)	(1.794.770)
3.05	Resultado Bruto	367.014	367.014	189.358	189.358
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(32.518)	(32.518)	(20.332)	(20.332)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	0	0	0	0
3.06.03	Financeiras	(32.518)	(32.518)	(20.332)	(20.332)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	54.402	54.402	63.795	63.795
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(86.920)	(86.920)	(84.127)	(84.127)
3.06.03.02.01	Despesas financeiras	(100.201)	(100.201)	(108.573)	(108.573)
3.06.03.02.02	Variações monetárias/cambiais líquidas	13.281	13.281	24.446	24.446
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	334.496	334.496	169.026	169.026
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	334.496	334.496	169.026	169.026
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(94.508)	(94.508)	(114.912)	(114.912)
3.11	IR Diferido	(17.072)	(17.072)	61.070	61.070
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	222.916	222.916	115.184	115.184
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	167.344	167.344	167.344	167.344
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,33208	1,33208	0,68831	0,68831
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	365.610	365.610	(154.902)	(154.902)
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	393.030	393.030	324.732	324.732
4.01.01.01	Lucro líquido do exercício	222.916	222.916	115.184	115.184
4.01.01.02	Receita aplicação financ. em invest. CP	(21.500)	(21.500)	(38.702)	(38.702)
4.01.01.03	Depreciação e amortização	131.131	131.131	123.171	123.171
4.01.01.04	Variação monetária/cambial	(19.229)	(19.229)	2.916	2.916
4.01.01.05	Despesas de juros	2.008	2.008	0	0
4.01.01.06	Baixa de bens do ativo imob e intangível	11.018	11.018	11.103	11.103
4.01.01.07	Tributos e contrib. sociais diferidos	17.073	17.073	61.069	61.069
4.01.01.08	Fundo de pensão - Deliberação CVM 600	40.974	40.974	45.247	45.247
4.01.01.09	Provisão p/ créditos de liquid. duvidosa	8.225	8.225	3.785	3.785
4.01.01.10	Ações e opções de ações outorgadas	414	414	959	959
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(27.420)	(27.420)	(479.634)	(479.634)
4.01.02.01	Consumidores e revendedores	(2.292)	(2.292)	23.188	23.188
4.01.02.02	Tributos e Contribuições Sociais	(70.550)	(70.550)	(68.217)	(68.217)
4.01.02.03	Serviços Prestados	(2.966)	(2.966)	(2.006)	(2.006)
4.01.02.04	Devedores Diversos	(7.689)	(7.689)	(4.834)	(4.834)
4.01.02.05	Almoxarifado	(7.598)	(7.598)	(5.040)	(5.040)
4.01.02.06	Contas a Receber - Acordos	5.313	5.313	6.588	6.588
4.01.02.07	Outros Créditos	(20.497)	(20.497)	(92.514)	(92.514)
4.01.02.08	Despesas pagas antecipadamente	(12.912)	(12.912)	(11.850)	(11.850)
4.01.02.09	Cauções e depósitos vinculados	(2.068)	(2.068)	7.602	7.602
4.01.02.10	Fornecedores	6.738	6.738	1.997	1.997
4.01.02.11	Tributos e Contribuições Sociais	60.837	60.837	(48.147)	(48.147)
4.01.02.12	Juros pagos (encargos de dívidas)	(22.922)	(22.922)	(82.241)	(82.241)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
4.01.02.13	Provisões p/ litígios e contingências	34.163	34.163	10.374	10.374
4.01.02.14	Encargos tarif. do consumidor a recolher	30.266	30.266	(14.511)	(14.511)
4.01.02.15	Obrigações estimadas	(15.243)	(15.243)	(200.023)	(200.023)
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(325.517)	(325.517)	211.997	211.997
4.02.01	Aplicações em investimentos curto prazo	(1.121.181)	(1.121.181)	(981.121)	(981.121)
4.02.02	Resgate de investimentos curto prazo	890.363	890.363	1.296.835	1.296.835
4.02.03	Aquisições do ativo imobilizado	(98.221)	(98.221)	(101.642)	(101.642)
4.02.04	Enc.financ. e efeitos inflac.e cambiais	(5.548)	(5.548)	(8.724)	(8.724)
4.02.05	Consumidores Participação Financeira	9.070	9.070	7.304	7.304
4.02.06	IR e CSLL sobre terrenos reavaliados	0	0	(655)	(655)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(57.922)	(57.922)	(85.688)	(85.688)
4.03.01	Dividendos e TJLP pagos	(25)	(25)	(7)	(7)
4.03.02	Pagamento de empréstimos	(13)	(13)	(2.990)	(2.990)
4.03.03	Pagto.obrig.com entidade de prev.privada	(57.884)	(57.884)	(82.691)	(82.691)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(17.829)	(17.829)	(28.593)	(28.593)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	286.158	286.158	167.138	167.138
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	268.329	268.329	138.545	138.545

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.057.629	14.423	0	988.451	0	1.661.226	3.721.729
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.057.629	14.423	0	988.451	0	1.661.226	3.721.729
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	222.916	0	222.916
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	22.132	(9.681)	12.451
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.07.04	Ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0	0	33.533	(33.535)	(2)
5.07.05	IR/CS s/ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0	0	(11.401)	11.402	1
5.07.06	Atualização do ativo finan. de concessão	0	0	0	0	0	18.866	18.866
5.07.07	IR/CS atualiz. do ativo finan. de conc.	0	0	0	0	0	(6.414)	(6.414)
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	414	0	0	0	0	414
5.09.01	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	414	0	0	0	0	414
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	1.057.629	14.837	0	988.451	245.048	1.651.545	3.957.510

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.057.629	14.423	0	988.451	0	1.661.226	3.721.729
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.057.629	14.423	0	988.451	0	1.661.226	3.721.729
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	222.916	0	222.916
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	22.132	(9.681)	12.451
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.07.04	Ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0	0	33.533	(33.535)	(2)
5.07.05	IR/CS s/ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0	0	(11.401)	11.402	1
5.07.06	Atualização do ativo finan. de concessão	0	0	0	0	0	18.866	18.866
5.07.07	IR/CS atualiz. do ativo finan. de conc.	0	0	0	0	0	(6.414)	(6.414)
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	414	0	0	0	0	414
5.09.01	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	414	0	0	0	0	414
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	1.057.629	14.837	0	988.451	245.048	1.651.545	3.957.510

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

### 1. Informações Gerais

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Companhia”) é uma companhia de capital aberto, de direito privado, controlada diretamente pela AES Elpa S.A. e indiretamente pela Companhia Brasileira de Energia, que por sua vez é uma controlada indireta da The AES Corporation (AES Corp. sediada nos Estados Unidos). A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Rua Lourenço Marques, 158 - Vila Olímpia - São Paulo.

A Companhia, conforme mencionado na nota nº 22 faturou 8.544GWh no 1º trimestre de 2010 e 8.118 GWh no 1º trimestre de 2009, atendendo a aproximadamente 6,0 milhões de clientes no 1º trimestre de 2010 (informações não revisadas).

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

### 2. Base de Preparação e Reapresentação das Informações Contábeis Intermediárias

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações contábeis intermediárias em 27 de abril de 2011.

#### 2.1. Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias (“Informações Contábeis” ou Informações Trimestrais) da Companhia para o trimestre findo em 31 de março de 2010, compreendem as informações contábeis preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pela *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e normas complementares emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas complementares emitidas pela CVM e por outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de março de 2011. As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico, bem como reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição, como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros ativos e passivos, os quais são mensurados pelo valor justo na data de transição.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram as primeiras preparadas e apresentadas pela Companhia de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC. Como consequência, as principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para preparação de suas informações trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2010 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, portanto, devem ser lidas conjuntamente.

### 2.2. Base de preparação e reapresentação

Durante os exercícios de 2009 e de 2010, o CPC emitiu diversos pronunciamentos, interpretações e orientações para convergir as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Esses pronunciamentos, interpretações e orientações têm aplicação mandatória a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010.

As Informações Trimestrais - ITR, originalmente apresentadas em 31 de março de 2010, estão sendo reapresentadas conforme requerido pela Deliberação CVM nº 603/09 (alterada pela Deliberação CVM nº 656/11) para contemplar os efeitos da adoção dos novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 2009 com vigência para 2010. Os efeitos da adoção dessas normas estão apresentados na nota nº 3. Em função dessa reapresentação das informações contábeis, alguns dados estão sendo apresentados com informações atualizadas até 31 de março de 2011, basicamente referentes a estimativas e eventos subsequentes, com o objetivo de propiciar informações mais atualizadas sobre as respectivas divulgações originalmente emitidas.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

Todos os valores reapresentados nestas informações trimestrais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números reapresentados ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nestas informações trimestrais, tais como o número de consumidores, volumes de energia elétrica negociados, entre outros, não foram revisados.

### 2.3. Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, a qual é determinada no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e são apresentados nas informações trimestrais ao valor justo com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia avalia seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los num curto espaço de tempo, exceção feita aos ativos financeiros de concessão, os quais são classificados no ativo não circulante.



---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**2.3.1.Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo**

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial, contratados nas aplicações financeiras, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Em 31 de março de 2010 e em 31 de dezembro de 2009 e, subsequentemente, em 31 de março de 2011 não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que deveria ter sido reconhecido no patrimônio da Companhia. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização. Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica Investimentos de curto prazo.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**2.3.2. Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias e outras contas a receber**

A Companhia classifica os saldos de Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias e outras contas a receber, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método da taxa de juros efetiva (“custo amortizado”), por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. Os saldos de contas a receber de consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, incluem ainda o uso do sistema de distribuição por clientes livres e o desconto da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição TUSD, bem como o saldo de energia vendida no mercado de curto prazo Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

**2.3.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos e os saldos estão demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a classificação do título que as originaram. O critério utilizado atualmente pela Companhia para constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa é o seguinte:

**Consumidores/Acordos**

- a) classe residencial: consumidores com contas vencidas há mais de 90 dias;
- b) classe comercial: consumidores com contas vencidas há mais de 180 dias;
- c) classe industrial e rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, com contas vencidas há mais de 360 dias.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**Serviços Prestados/Outros Créditos**

d) Faturas vencidas há mais de 360 dias.

A Companhia inclui no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa as faturas vencidas em períodos inferiores aos acima estabelecidos para os consumidores enquadrados nos critérios “a” a “d”, acima descritos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa inclui também, análise individual de outras contas julgadas pela Administração de difícil recebimento.

As baixas de créditos para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos na Lei nº 9.430/1996: faturas e créditos com valores de até R\$ 5, vencidos há mais de 180 dias; valores de R\$ 5 a R\$ 30, vencidos há mais de 360 dias; valores superiores a R\$ 30, vencidos há mais de 360 dias desde que tomadas e mantidas medidas judiciais de cobranças.

Os acordos de parcelamento dos Termo de Confissão de Dívida - TCD - inadimplentes, são provisionados pelo seu valor total, independente de existirem parcelas cujos valores ainda não estejam vencidos, regra essa válida para PCLD ou para enquadramento em perda.

Os recebimentos de créditos que foram baixados das contas a receber originais, por terem se enquadrado nos parâmetros de perdas, são registrados à crédito na rubrica de Outras Despesas Operacionais.

Os saldos desta rubrica estão sendo complementarmente apresentados nas notas explicativas correspondentes às contas do ativo que os originaram - notas nº 5, 6, 8, 9 e 10.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**2.3.4.Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros**

Ativos financeiros são avaliados em bases anuais, a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irre recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

**2.3.5.Baixa de ativos financeiros**

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, a Companhia mantém esse ativo financeiro registrado em seus livros e reconhece um passivo por eventuais montantes recebidos na transação.

**2.4. Almoxarifado**

Está valorizado ao custo médio de aquisição ou produção. As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. Os materiais destinados às construções de itens do ativo imobilizado da Companhia são classificados como imobilizações em curso.

**2.5. Contrato de concessão (ativo financeiro e intangível de concessão)**

Os ativos relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativos financeiros e ativos intangíveis.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

No momento da segregação dos ativos financeiros e intangíveis, a Administração da Companhia concluiu que era impraticável a aplicação da ICPC 01 (IFRIC 12) de forma retroativa. Esta decisão foi tomada pela Administração pelo fato de a Companhia não possuir as informações necessárias para o reprocessamento dos saldos dos ativos vinculados a infraestrutura do serviço público. Diante deste fato, a Administração da Companhia, por meio de Reunião do Conselho de Administração, aprovou a utilização dos saldos contábeis para efetuar a bifurcação dos saldos do ativo financeiro e do ativo intangível na data de transição para as Normas Internacionais de Contabilidade. A Companhia utilizou a base de remuneração regulatória (\*) para apurar o saldo do ativo financeiro, sendo o intangível a diferença entre o saldo do ativo financeiro e o saldo contábil do imobilizado antes da bifurcação. Cabe ressaltar que, não foram identificados saldos irrecuperáveis de ativos vinculados à concessão e também não foram gerados ganhos e perdas no momento da bifurcação do ativo vinculado à concessão.

(\*) Base de remuneração regulatória: base de ativos definida e valorizada de acordo com os critérios estabelecidos pela ANEEL e inclui todos os ativos que são necessários para realização dos serviços das concessionárias.

Os ativos classificados como financeiros representam a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, sobre a qual a Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

Os ativos financeiros relacionados ao contrato de concessão são classificados como disponíveis para venda e a remuneração financeira de tais ativos ocorre a cada período, por meio do chamado WACC regulatório (custo médio ponderado de capital), que consiste nos juros remuneratórios incluídos na tarifa cobrada dos clientes da Companhia. Os ativos financeiros foram classificados como disponível para venda, em função da Companhia ter utilizado a base de remuneração regulatória para apurar o saldo do ativo financeiro. Na classificação do ativo financeiro a Companhia levou em consideração que sua mensuração ocorre de um valor fixo, pois de acordo com as normas regulatórias está sujeito a ajustes periódicos a valor de mercado, concluindo que a classificação adequada é como disponível para venda. Este ativo financeiro também é atualizado pelo valor justo em contrapartida à rubrica de outros resultados abrangentes - ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. A Companhia atualiza o valor justo desse ativo com base na variação do IGPM. Na data da revisão tarifária da Companhia, que ocorre a cada quatro anos (próxima revisão prevista para o segundo semestre de 2011), o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

Os ativos classificados como intangível representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

Os ativos intangíveis foram mensurados pelo “método do valor residual” na data de transição para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC. Esses ativos foram mensurados com base nas práticas contábeis anteriores à transição e eram mensurados com base nos mesmos critérios do ativo imobilizado descritos abaixo. As adições subsequentes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o que inclui custos de empréstimos capitalizados. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor.

Os ativos da concessão são depreciados/amortizados pelo método linear seguindo os critérios previstos na Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009. Atualmente, a taxa média de depreciação/amortização dos ativos de concessão é 4,7% ao ano.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A Companhia agrega, mensalmente, ao custo de construção do ativo intangível de concessão em curso, os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção do ativo intangível de concessão em curso até a data em que o ativo estiver disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros capitalizados nos trimestres findos em 31 de março de 2010 e 31 de março de 2009, estão apresentados na nota nº 25.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**2.6. Imobilizado**

Os bens do ativo imobilizado são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo na data de sua aquisição ou construção. Após o seu reconhecimento inicial o ativo imobilizado é depreciado de forma linear, à exceção de terrenos que não são depreciados.

A Companhia agrega, mensalmente, ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção do ativo imobilizado, até a data em que o ativo estiver disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo imobilizado ao qual foram incorporados.

A depreciação é calculada pelo método linear, por categoria de bem, à taxa média anual de depreciação de 7% em 2010 e de 6% em 2009.

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vidas úteis e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados.

O resultado na alienação é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo líquido da respectiva depreciação acumulada e é reconhecido no resultado do exercício.

**2.7. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração**

A Administração revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Não foram identificadas tais circunstâncias no trimestre findo em 31 de março de 2010 e em 31 de dezembro de 2009 e, subsequentemente, em 31 de março de 2011. A Companhia não possuía ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas para os quais seriam requeridos testes de recuperação dos valores registrados.



---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

O valor recuperável do ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda. O gerenciamento dos negócios da Companhia considera uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa.

### 2.8. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cujo desembolso de caixa futuro seja considerado como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As despesas relativas a qualquer provisão são apresentadas na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, levando-se em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

#### 2.8.1. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser efetuada. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### 2.9. Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, são deduzidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos e são mensurados subsequentemente pelo método do custo amortizado através da utilização da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros são registrados como despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo das obras em andamento que é registrada no ativo intangível.

### 2.9.1.Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**2.9.2.Derivativos embutidos**

Os derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros ou contratos, quando existentes, são tratados como um derivativo separadamente quando seus riscos e características não forem estritamente relacionados aos dos contratos principais e esses contratos não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Em 31 de março de 2010 e em 31 de dezembro de 2009 e subsequentemente em 31 de março de 2011, a Companhia não havia identificado nenhum derivativo embutido em seus contratos.

**2.10. Instrumentos financeiros - apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**2.11. Impostos sobre as vendas**

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - a partir de 2010 pela modalidade de substituição tributária, ou seja, o ICMS deixou de ser recolhido pela Companhia, e em 2009 18% incidentes sobre as vendas;
- Imposto sobre Serviços - 5% incidente sobre a prestação de serviços.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**2.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

Imposto de renda e contribuição social corrente

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

**2.13. Benefícios a empregados**

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objeto de suplementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, com base em avaliação atuarial realizada anualmente no final de cada exercício. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. Essas premissas e projeções são revisadas em bases anuais, ao final de cada período.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos como receita ou despesa quando os ganhos ou perdas atuariais acumulados líquidos não reconhecidos para cada plano no final do período base anterior ultrapassarem 10% da obrigação por benefícios definidos ou o valor justo dos ativos do plano naquela data, dos dois o maior (método do corredor). Esses ganhos ou perdas são reconhecidos ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam do plano.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações.

Os ativos do plano são mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

### **2.14. Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes**

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

### **2.15. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante**

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

### **2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis da Companhia, não havia ajustes significativos derivados dos ajustes a valor presente.

### 2.17. Distribuição de dividendos

A Companhia registra, em bases anuais, os dividendos mínimos obrigatórios como passivo, a menos que esse dividendo mínimo tenha sido efetivamente pago antes do final do exercício. Dividendos complementares ao mínimo obrigatório são registrados como passivo na data em que seu pagamento for aprovado em Assembleia de Acionistas ou por outro órgão competente da Administração da Companhia e de suas controladas. Dividendos propostos pela Administração da Companhia, em acordo com a Lei das S.A., são divulgados nas notas explicativas.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização dos ajustes de avaliação patrimonial, relativos à reserva de reavaliação reconhecida em exercícios anteriores à data de transição.

### 2.18. Pagamentos baseados em ações

A AES Corp., mantém plano de remuneração a colaboradores próprios e de suas controladas, diretas e indiretas, relacionado com a outorga de instrumentos patrimoniais. A concessão desses instrumentos patrimoniais ocorre quando determinadas condições pre-estabelecidas são atingidas. As ações ou opções de ações concedidas pela AES Corp. são registradas na Companhia ao valor justo do instrumento patrimonial na data de sua outorga.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

De acordo com o ICPC 05 (IFRIC 11), o custo de transações de outorga de títulos patrimoniais é reconhecido no resultado do período em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido da Companhia, em conta específica que indica o compromisso futuro do controlador da Companhia de aportar os recursos necessários para suportar a outorga das ações e opções de ações da AES Corp. adquiridos pelos funcionários da Companhia e suas controladas. O aporte dos recursos pela AES Corp. ocorre na entrega das ações para ou no exercício das opções pelos colaboradores. Ainda de acordo com o ICPC 05 (IFRIC 11), após o aporte dos recursos, a reserva de capital constituída poderá ser utilizada para aumentar o capital da Companhia em favor da AES Corp.

### 2.19. Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações dos Resultados. Em atendimento à Deliberação CVM nº. 597, de 15 de setembro de 2009, a Reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida, apresentada nas Demonstrações dos Resultados, está apresentada na nota nº 22. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

#### 2.19.1.Receita de Prestação de Serviços de Distribuição de Energia Elétrica

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada à medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.



---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**2.19.2.Receita de juros**

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

**2.19.3.Contratos de construção**

As entidades abrangidas dentro do escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) Contratos de Concessão, devem registrar a construção ou melhoria da infra-estrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS11) Contratos de Construção. Os custos da construção da infra-estrutura efetuados pela Companhia são confiavelmente mensurados. Portanto, as receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A perda esperada nos contratos de construção é reconhecida imediatamente como despesa. Considerando o modelo regulatório vigente o qual não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infra-estrutura da concessão e que as construções e melhorias, são substancialmente, executadas através de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada a construção de infra-estrutura para alcance da atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica. A Administração da Companhia registra a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**2.20. Contratos de arrendamento**

Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (*arrendamento mercantil financeiro*) estão registrados como um ativo imobilizado da Companhia em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não-circulante, conforme o caso. O arrendamento é reconhecido inicialmente por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, calculado com base na taxa de juros implícita no arrendamento ou com base na taxa incremental de financiamento da Companhia. Quaisquer custos diretos iniciais do arrendatário, quando aplicável, são adicionados como parte do custo do ativo. Os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados ou amortizados de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens ou a duração prevista do contrato de arrendamento, dos dois o menor. Os juros são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

**2.21. Taxas regulamentares**

**a) Reserva Global de Reversão (RGR)**

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

**b) Conta Consumo de Combustível (CCC)**

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras relativa aos sistemas interligados com dupla destinação e que tem o objetivo de: pagar as despesas com o combustível usado nas geradoras térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

**d) Programas de Eficientização Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)**

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, mensalmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

**e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

**f) Encargo do Serviço do Sistema - ESS**

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

**2.22.Resultado por ação**

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade total de ações em circulação.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais e às ordinárias sobre os dividendos. Consequentemente, o lucro básico e o lucro diluído por ação são calculados pelo método de “duas classes”. O método de “duas classes” é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos.

### 2.23.Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas a incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

### 2.24.Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação das informações trimestrais, a Companhia efetua diversas estimativas, as quais foram determinadas com base em julgamento da Administração e, quando necessário, com base em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenda como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

A condição financeira e os resultados das operações da Companhia frequentemente requerem o uso de julgamento quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados efetivos podem ser distintos daqueles estimados em razão da ocorrência de variáveis, premissas ou condições diferentes ou novas em relação àquelas estimadas.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia formou seu julgamento sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

**2.24.1. Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego**

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objeto de suplementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. A Companhia concede também determinados benefícios de assistência à saúde pós-emprego para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, com base em avaliação atuarial realizada anualmente no final de cada exercício. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. Essas premissas e projeções são revisadas em bases anuais, ao final de cada período.

**2.24.2. Amortização do intangível de concessão**

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor.

Os ativos da concessão são depreciados/amortizados pelo método linear seguindo os critérios previstos na Resolução ANEEL nº 367, de 02 de junho de 2009. Atualmente, a taxa média de depreciação/amortização dos ativos de concessão é 4,7% ao ano.

**2.24.3. Vida útil dos bens do imobilizado**

Conforme descrito na nota nº 2.6, a Companhia utiliza os critérios definidos na Resolução ANEEL nº. 367, de 02 de junho de 2009, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**2.24.4.Provisão para litígios e contingências**

As provisões para litígios e contingências são registradas com base na avaliação de risco efetuada pela Administração da Companhia com base em relatórios preparados pelos seus consultores jurídicos. Essa avaliação de risco é feita com base nas informações disponíveis na data de elaboração das informações trimestrais. Periodicamente, a Companhia efetua uma revisão dessa avaliação à luz de novas informações surgidas.

**2.24.5.Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de março de 2010 e em 31 de dezembro de 2009 e, subsequentemente, em 31 de março de 2011, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perda por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**2.24.6.Impostos diferidos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para prováveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

**2.24.7.Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

O critério referente a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão descritas na nota nº 2.3.3.

**2.24.8.Ativo financeiro de concessão**

O critério de apuração e atualização do ativo financeiro de concessão está descrito na nota nº 2.5.

**2.25.Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa forma preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641 de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

**2.26 Demonstração do Resultado**

A demonstração do resultado está apresentada pela natureza das despesas e receitas operacionais.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**3. Transição para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Emitidas Pelo CPC e Normas Internacionais de Contabilidade**

**3.1 Fundamentação da transição para o IFRS**

**a) Aplicação do CPC 37 (R1) (IFRS 1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade**

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram as primeiras preparadas e apresentadas pela Companhia de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC. Estas demonstrações contábeis estão preparadas de acordo com o CPC 37 (R1) (IFRS 1).

As demonstrações contábeis de 01 de janeiro de 2009 (data de transição adotada pela Companhia) foram preparadas de acordo com o CPC 37 (R1) (IFRS1). A Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva de Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC. Também foram efetuados outros ajustes requeridos pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC e que não estão descritos nas isenções previstas do CPC 37 (R1) (IFRS 1). Os impactos demonstrados nos parágrafos de isenções aplicadas no tópico a seguir correspondem aos efeitos na data de transição de 01 de janeiro de 2009.

Com a aplicação do CPC 37 (R1) (IFRS 1), as informações trimestrais - ITR da Companhia passam a ser apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB – International Financial Report Standards.

Conforme mencionado na nota nº 2, as informações contábeis referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010, estão sendo reapresentadas, com o intuito de considerar os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC e IASB.



---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

**b) Isenções da aplicação retrospectiva selecionadas pela Companhia**

O CPC 37 (R1) (IFRS 1) permite às empresas a adoção de certas isenções voluntárias. A Companhia efetuou análise de todas as isenções voluntárias e adotou a utilização das seguintes isenções opcionais de aplicação retrospectiva:

- i) **Isenção para uso do custo atribuído para o ativo imobilizado:** A Companhia optou por reprocessar os saldos dos ativos imobilizados (ativos não vinculados à concessão) não alcançados pelo ICPC01 (IFRIC 12). Os ativos não vinculados à concessão objeto da reavaliação registrada em 2007 tiveram seu custo mantido de acordo como laudo de avaliação e os que não foram objeto de reavaliação em 2007, foram ajustados pela correção monetária referente aos anos de 1996 e 1997 (até dezembro de 1995 era adotada a prática de correção monetária de balanços no Brasil e a partir de janeiro de 1998, o Brasil deixou de ser considerado como um país de economia hiperinflacionária). O uso do custo atribuído no ativo imobilizado resultou em um incremento de R\$ 1.315 registrado naquela conta, em contra partida de lucros acumulados.
- ii) **Isenção para arrendamento:** A Companhia optou por não aplicar a isenção prevista no CPC 37 (R1) (IFRS 1) em relação aos arrendamentos, visto que todos os contratos de arrendamento estavam registrados de acordo nas práticas contábeis anteriores, já em conformidade com o CPC 06 (R1) (IAS 17).
- iii) **Isenção para mensuração dos benefícios a empregados:** De acordo com as avaliações preliminares, a Companhia aplicou a isenção prevista em relação à contabilização de benefícios pós-emprego a empregados e registrará os ganhos e perdas atuariais e os custos dos serviços passados não reconhecidos até a data de transição, na conta de lucros acumulados no patrimônio líquido. A aplicação da isenção resultou em uma redução das obrigações atuariais no montante de R\$521.412 (R\$ 258.385 no circulante e R\$ 263.027 no não circulante). Esses ganhos e perdas atuariais na data da transição foram calculados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 33 (IAS 19) Benefícios a empregados. Os ganhos e perdas atuariais apurados em período subsequente à data de transição serão reconhecidos de acordo com o método do corredor.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

- iv) **Isenção relativa a contratos de concessão:** de acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12) a infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica (ativos vinculados à concessão) não deve ser apresentada como ativo imobilizado. A infra-estrutura existente e as futuras melhorias ou expansões devem ser apresentadas como um ativo financeiro e/ou um ativo intangível. O ativo financeiro corresponde à parcela que representa um direito incondicional de receber caixa. O ativo intangível corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelo uso da infra-estrutura. No registro da construção das futuras melhorias e expansões da infra-estrutura devem ser aplicados os critérios do CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção, registrando-se o custo correspondente à construção no resultado e a receita pelo método do percentual de conclusão. Ainda de acordo com essa interpretação, os custos de empréstimos poderão ser contabilizados no ativo intangível durante a fase de construção da infra-estrutura. A Companhia bifurcou a infra-estrutura dos serviços de distribuição de energia elétrica na data de transição, resultando na criação na conta de ativo financeiro (não circulante) no montante de R\$ 615.690 e no aumento do ativo intangível no montante de R\$ 5.683.530, e a redução dos saldos do ativo imobilizado no montante de R\$ 6.299.220, na data de transição.
- v) **Isenções não aplicáveis:** As demais isenções previstas no CPC 37 (R1) (IFRS 1) não são aplicáveis e ou não foram utilizadas pela Companhia.
- c) **Outros ajustes requeridos pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC e que não estão descritos nas isenções previstas do CPC 37 (R1) (IFRS 1)**
- vi) **Custo emissão de dívidas:** A Companhia registrou os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de empréstimos ou financiamentos ou pela emissão de títulos de dívida, bem como na emissão de debêntures e outros instrumentos em conta redutora do passivo, na data de transição para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC. A aplicação desse pronunciamento resultou em uma redução dos passivos de empréstimos e financiamentos de R\$ 29.786 (R\$ 6.083 no passivo circulante e R\$ 23.703 no passivo não circulante), e uma redução das despesas pagas antecipadamente de R\$ 7.658 (R\$ 1.371 no ativo circulante e R\$ 6.287 no ativo não circulante), na data da transição.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**vii) Derivativos:** A Companhia analisou os contratos vigentes na data de transição para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC, e não foram identificados derivativos embutidos nestes contratos.

**viii) Ativos e passivos regulatórios:** Para fins de transição para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC, a Companhia reverteu os saldos dos ativos e passivos regulatórios, em função de orientação emitida pelo IASB a respeito desse tema, sobre o qual entende-se que a realização dos ativos e passivos regulatórios dependem de evento futuro incerto. A aplicação desta reversão resultou em uma redução dos ativos no montante de R\$ 574.351, representado por i) Consumidores, concessionárias e permissionárias: redução de R\$ 73.632, sendo R\$ 65.681 no circulante e R\$ 7.951 no não circulante; ii) Compensação de variação de parcela A: redução de R\$ 501.920, sendo R\$ 349.550 no circulante e R\$ 152.370 no não circulante; e iii) Outros créditos e provisão para créditos de liquidação duvidosa: aumento R\$ 1.201 no circulante. A aplicação desta reversão resultou também na redução da Compensação de variação de parcela A registrada no passivo no montante de R\$ 100.251, sendo R\$ 96.141 no circulante e R\$ 4.110 no não circulante, tendo como contra partida a conta de lucros acumulados no montante de R\$ 474.100 (R\$ 312.906 líquido dos tributos diferidos) na adoção inicial.

**ix) Tributos diferidos sobre a mais valia:** o item 40 do ICPC 10 (IAS 16, IAS 40 e IFRS 1) requer o registro de impostos diferidos passivos sobre a mais valia de terrenos registrada em data anterior à adoção inicial dos CPCs. As práticas contábeis brasileiras anteriores não requeriam o registro de impostos diferidos sobre a mais valia de terrenos. Na data de transição, 1º de janeiro de 2009, a Companhia registrou um passivo fiscal diferido de R\$ 384.755, sobre o saldo da reavaliação de terrenos, sendo a débito na conta de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido e um crédito na conta de imposto de renda e contribuição social diferidos não circulante.

**x) Eventos subsequentes:** Na data de transição, a Companhia reverteu parcela do saldo da rubrica Dividendos a Pagar para a rubrica de Dividendos no patrimônio líquido, no montante de R\$ 614.690, correspondentes aos dividendos cujo pagamento não havia sido aprovado pelos acionistas ou outros órgãos da Administração da Companhia antes da data-base das informações trimestrais - ITR.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

- xi) Isenção para transações com pagamento baseados em ações:** A Companhia optou por registrar as despesas incorridas até a data de transição, no montante de R\$ 12.344, na conta de reserva de capital no patrimônio líquido em contrapartida da conta de “opções de ações outorgadas” na reserva de capital, de forma a não provocar efeito no patrimônio líquido. De acordo com o ICPC 05 (IFRIC 11) a referida reserva de capital poderá ser utilizada para aumento de capital em favor do acionista controlador, quando as ações forem entregues ou as opções exercidas.
- xii) Isenção para reconhecimento da receita:** A Companhia revisou o processo de reconhecimento da receita da venda de alguns bens, observando se os riscos e benefícios destas propriedades vendidas foram transferidos para o comprador, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 30 (IAS 18) Receitas. Em consequência, alguns bens voltaram a compor o saldo da rubrica de Outros créditos – bens destinados a venda no ativo não circulante, no montante de R\$ 40.000, em razão de ter sido constatado que a Companhia mantinha ainda algum envolvimento com o referido ativo.
- xiii) Tributos diferidos** – Na data de transição a Companhia registrou tributos diferidos ativos não circulantes, no montante total de R\$ 401.802 tendo, como contra partida o patrimônio líquido. Adicionalmente, foi efetuada a reclassificação dos saldos dos tributos diferidos ativos circulantes e não circulante, tributos diferidos passivos circulantes e não circulantes, para a rubrica de tributos diferidos ativos não circulantes. Esta reclassificação foi no montante de R\$ 297.730 de redução no ativo circulante, aumento de R\$ 246.049 no ativo não circulante, redução de R\$ 30.475 no passivo circulante, e aumento de R\$ 380.596 no passivo não circulante.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**3.2 Demonstração dos impactos da transição para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC**

Em conformidade ao CPC 37 (IFRS 1), a Companhia apresenta abaixo os impactos da transição para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC e para as Normas Internacionais de Contabilidade sobre as informações trimestrais - ITR que haviam sido preparadas e divulgadas anteriormente de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) vigentes até 31 de dezembro de 2009:

- i) Reconciliação do balanço patrimonial e do patrimônio líquido, na data de transição – 1º de janeiro de 2009 (Notas 3.3 e 3.4);
- ii) Reconciliação do balanço patrimonial e do patrimônio líquido – 31 de dezembro de 2009 (Notas 3.5 e 3.6);
- iii) Reconciliação do balanço patrimonial e do patrimônio líquido - 31 de março de 2010 (Notas 3.9 e 3.10);
- iv) Reconciliação da demonstração do resultado do trimestre findo em 31 de março de 2009 (Notas 3.7);
- v) Reconciliação da demonstração do resultado do trimestre findo 31 de março de 2010 (Notas 3.11);
- vi) Reconciliação da demonstração dos fluxos de caixa do trimestre findo em 31 de março de 2009 (Nota 3.8);
- vii) Reconciliação da demonstração dos fluxos de caixa do trimestre findo em 31 de março de 2010 (Nota 3.12);
- viii) Apresentação das demonstrações do valor adicionado (DVA), pela primeira vez nas informações trimestrais, contemplando os ajustes descritos nos quadros abaixo (vide nota nº 33).

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

### 3.3 Reconciliação do balanço patrimonial da Companhia na data de transição originalmente emitido para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC e para as Normas Internacionais de Contabilidade - 1º de janeiro de 2009.

	Originalmente emitido	Ajustes do CPC	Nota 3.1	Reapresentado
<b>ATIVO</b>				
<b><u>CIRCULANTE</u></b>				
Caixa e equivalentes de caixa	167.138	-		167.138
Investimentos de curto prazo	1.369.287	-		1.369.287
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.323.807	(65.681)	viii	1.258.126
Tributos compensáveis	384.039	-		384.039
Imposto de renda e contribuição social diferidos	297.730	(297.730)	xiii	-
Serviços prestados	22.595	-		22.595
Devedores diversos	3.494	-		3.494
Contas a receber - acordos	91.018	-		91.018
Outros créditos	150.205	(16.165)	viii, xii	134.040
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(209.576)	1.367	viii	(208.209)
Almoxarifado	45.831	-		45.831
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	349.550	(349.550)	viii	-
Despesas pagas antecipadamente	2.387	(1.371)	vi	1.016
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>3.997.505</b>	<b>(729.130)</b>		<b>3.268.375</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7.951	(7.951)	viii	-
Tributos compensáveis	80.424	-		80.424
Imposto de renda e contribuição social diferidos	873.586	246.049	xi, xii, viii	1.119.635
Cauções e depósitos vinculados	539.549	-		539.549
Contas a receber - acordos	128.192	-		128.192
Outros créditos	152.986	40.000	xii	192.986
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(71.985)	-		(71.985)
Ativo financeiro de concessão	-	615.690	iv	615.690
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	152.370	(152.370)	viii	-
Despesas pagas antecipadamente	6.287	(6.287)	vi	-
Investimento	9.202	-		9.202
Imobilizado	6.423.393	(6.297.905)	i, iv	125.488
Intangível	256.929	5.683.530	iv	5.940.459
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>8.558.884</b>	<b>120.756</b>		<b>8.679.640</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>12.556.389</b>	<b>(608.374)</b>		<b>11.948.015</b>

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Originalmente emitido	Ajustes do CPC	Nota 3.1	Reapresentado
<b>PASSIVO</b>				
<b><u>CIRCULANTE</u></b>				
Fornecedores	808.954	-		808.954
Empréstimos e financiamentos	50.430	-		50.430
Encargos de dívidas	100.497	-		100.497
Custos a amortizar	-	(6.083)	vi	(6.083)
Tributos a pagar	568.781	-		568.781
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.475	(30.475)	xiii	-
Dividendos declarados	620.711	(614.690)	x	6.021
Juros sobre capital próprio	60.665	-		60.665
Obrigações com entidade de previdência privada	258.385	(258.385)	iii	-
Obrigações estimadas	77.093	-		77.093
Folha de pagamento	3.382	-		3.382
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	77.338	-		77.338
Operações de swap cambial	20.195	-		20.195
Provisões para litígios e contingências	229.778	-		229.778
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	237.041	-		237.041
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip	25.806	-		25.806
Compensação de variação dos itens da Parcela A - CVA	96.141	(96.141)	viii	-
Contas a pagar (Banco Santos)	151.200	-		151.200
Outras obrigações	126.158	-		126.158
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>3.543.030</b>	<b>(1.005.774)</b>		<b>2.537.256</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>				
Empréstimos e financiamentos	843.950	-		843.950
Debêntures	1.050.000	-		1.050.000
Custos a amortizar	-	(23.703)	vi	(23.703)
Tributos a pagar	38.420	-		38.420
Imposto de renda e contribuição social diferidos	524.834	380.596	ix, vi, iii, i, xii	905.430
Obrigações com entidade de previdência privada	1.865.980	(263.027)	iii	1.602.953
Provisões para litígios e contingências	1.223.035	-		1.223.035
Reserva de reversão	66.085	-		66.085
Compensação de variação dos itens da Parcela A - CVA	4.110	(4.110)	viii	-
Contas a pagar (Banco Santos)	93.339	-		93.339
Outras obrigações	4.782	28.115	xii	32.897
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>5.714.535</b>	<b>117.871</b>		<b>5.832.406</b>
<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>				
Capital social	1.057.629	-		1.057.629
Reserva capital	-	12.344	xi	12.344
Ações em tesouraria	(1)	-		(1)
Reserva legal	98.279	-		98.279
Outros resultados abrangentes	2.142.917	(383.341)	ix	1.759.576
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	-	614.690	ix, vi, iii, i, xi, xii, viii, x	614.690
Lucros acumulados	-	35.836		35.836
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.298.824</b>	<b>279.529</b>		<b>3.578.353</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>12.556.389</b>	<b>(608.374)</b>		<b>11.948.015</b>

### 3.4 Reconciliação do patrimônio líquido da Companhia na data de transição originalmente emitido para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC e para as Normas Internacionais de Contabilidade - 1º de janeiro de 2009.

Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, anteriores a adoção dos CPCs	Nota 3.1	3.298.824
<b>Ajustes de acordo com os Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo CPC</b>		
Tributos sobre reavaliação de terrenos - ICPC 10	ix	(384.755)
Custo de empréstimos - CPC 20/IAS 23	vi	22.128
Benefícios a empregados - CPC 33/IAS 19	iii	521.412
Contab. proposta pagto dividendos - ICPC 08	x	614.690
Receitas - CPC 30/IAS 18	xii	(4.114)
Imobilizado - IGP 96/97	i	1.315
Ativos e passivos regulatórios	viii	(474.100)
Outros		1.414
Imposto de renda e contribuição social diferidos	ix, vi, iii, i, xi, xii, viii	(18.461)
		<b>279.529</b>
<b>Patrimônio Líquido de acordo com os Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo CPC</b>		<b>3.578.353</b>

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**3.5 Reconciliação do balanço patrimonial da Companhia originalmente emitido para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC e para as Normas Internacionais de Contabilidade - 31 de dezembro de 2009.**

	Originalmente emitido	Ajustes do CPC	Nota 3.1	Reapresentado
<b>ATIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	286.158	-		286.158
Investimentos de curto prazo	963.087	-		963.087
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.433.743	(7.189)	viii	1.426.554
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	230.841	-		230.841
Outros tributos compensáveis	64.272	-		64.272
Tributos e contribuições sociais diferidos	240.031	(240.031)	xiii	-
Serviços Prestados	20.263	-		20.263
Devedores diversos	2.152	-		2.152
Contas a receber - acordos	171.063	-		171.063
Outros créditos	131.814	(36.689)	viii, xii	95.125
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(326.064)	1.697	viii	(324.367)
Almoxarifado	52.991	-		52.991
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	369.380	(369.380)	viii	-
Despesas pagas antecipadamente	2.159	(1.371)	vi	788
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>3.641.890</b>	<b>(652.963)</b>		<b>2.988.927</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5.156	(5.156)	viii	-
Outros tributos compensáveis	85.780	-		85.780
Tributos e contribuições sociais diferidos	714.587	151.078	xi, xii,	865.665
Cauções e depósitos vinculados	440.860	-		440.860
Contas a receber - acordos	256.497	-		256.497
Outros créditos	136.405	28.361	xii	164.766
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(213.768)	-		(213.768)
Ativo financeiro de concessão	-	680.880	iv	680.880
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	74.624	(74.624)	viii	-
Despesas pagas antecipadamente	4.916	(4.916)	vi	-
Investimentos	9.500	-		9.500
Imobilizado - Líquido	6.518.041	(6.455.895)	i, iv	62.146
Intangível	180.902	5.656.190	iv	5.837.092
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>8.213.500</b>	<b>(24.082)</b>		<b>8.189.418</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>11.855.390</b>	<b>(677.045)</b>		<b>11.178.345</b>



01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Originalmente emitido	Ajustes do CPC	Nota 3.1	Reapresentado
<b>PASSIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Fornecedores	829.647	-		829.647
Empréstimos e financiamentos	530.627	-		530.627
Encargos de dívidas	93.198	-		93.198
Custos a amortizar	-	(6.237)	vi	(6.237)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19.207	-		19.207
Outros tributos a pagar	446.259	-		446.259
Tributos e contribuições sociais diferidos	37.196	(37.196)	xiii	-
Dividendos declarados	699.171	(686.316)	x	12.855
Juros sobre capital próprio - TJLP	62.695	-		62.695
Obrigações com entidade de previdência privada	84.839	(84.839)	iii	-
Obrigações estimadas	76.459	-		76.459
Folha de pagamento	1.787	-		1.787
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	48.068	-		48.068
Provisões para litígios e contingências	269.702	-		269.702
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	208.142	-		208.142
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip	41.109	-		41.109
Compensação de variação dos itens da Parcela A - CVA	146.845	(146.845)	viii	-
Outras obrigações	83.472	-		83.472
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>3.678.423</b>	<b>(961.433)</b>		<b>2.716.990</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Empréstimos e financiamentos	860.435	-		860.435
Debêntures	1.050.000	-		1.050.000
Custos a amortizar	(14.440)	(17.466)	vi	(31.906)
Outros tributos a pagar	47	-		47
Tributos e contribuições sociais diferidos	477.302	379.666	ix, vi, iii, i, xii	856.968
Obrigações com entidade de previdência privada	1.880.681	(436.648)	iii	1.444.033
Provisões para litígios e contingências	370.322	-		370.322
Reserva de reversão	66.085	-		66.085
Compensação de variação dos itens da Parcela A - CVA	97.496	(97.496)	viii	-
Contas a pagar (Banco Santos)	100.136	-		100.136
Outras obrigações	7.629	15.877	xii	23.506
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>4.895.693</b>	<b>(156.067)</b>		<b>4.739.626</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital Social Subscrito e Integralizado	1.057.629	-		1.057.629
Reserva de capital	-	14.423	xi	14.423
Reserva legal	155.113	-		155.113
Outros resultados abrangentes	2.068.532	(407.306)	ix	1.661.226
Proposta de distribuição de dividendos adicional	-	833.338	ix, vi, iii, i, xi, xii, viii, x	833.338
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.281.274</b>	<b>440.455</b>		<b>3.721.729</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>11.855.390</b>	<b>(677.045)</b>		<b>11.178.345</b>

### 3.6 Reconciliação do patrimônio líquido da Companhia originalmente emitido para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC e para as Normas Internacionais de Contabilidade - 31 de dezembro de 2009.

Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, anteriores a adoção dos CPCs	Nota 3.1	3.281.274
<b>Ajustes de acordo com os Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo CPC</b>		
Ajuste de avaliação patrimonial - ICPC 01/IFRIC 12	ix	(33.568)
Tributos sobre reavaliação de terrenos - ICPC 10	vi	(366.716)
Atualização do ativo financeiro de concessão - OCPC 05	iii	(10.638)
Custo de empréstimos - CPC 20/IAS 23	x	17.416
Benefícios a empregados - CPC 33/IAS 19	xii	521.487
Contab. proposta pagto dividendos - ICPC 08	x	686.316
Contrato de concessão - ICPC 01	iv	(82.334)
Receitas - CPC 30/IAS 18	i	(3.515)
Imobilizado - IGP 96/97	viii	1.195
Ativos e passivos regulatórios	viii	(231.001)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	ix, vi, iii, i, xi, xii, viii	(58.187)
		<b>440.455</b>
<b>Patrimônio Líquido de acordo com os Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo CPC</b>		<b>3.721.729</b>

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

### 3.7 Reconciliação da demonstração do resultado da Companhia originalmente emitida para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC e para as Normas Internacionais de Contabilidade - 31 de março de 2009.

	Originalmente emitido	Ajustes do CPC	Nota 3.1	Reapresentado
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>1.849.670</b>	<b>134.458</b>	iv, viii	<b>1.984.128</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>				
Custo com Energia Elétrica				
Custo com Energia Elétrica - Comprada de Terceiros	(933.587)	(111.197)	viii	(1.044.784)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(263.211)	24.392	viii	(238.819)
<b>Custo de Operação</b>				
Pessoal	(100.777)	(958)	xi	(101.735)
Entidade de previdência privada	(45.265)	18	iii	(45.247)
Material	(4.795)	-		(4.795)
Serviços de Terceiros	(75.044)	20	viii	(75.024)
Depreciação e amortização	(94.111)	(29.059)	i, ix	(123.170)
Despesa de construção	-	(103.558)	iv	(103.558)
Provisão (reversão) para PCLD	(5.307)	2.207		(3.100)
Provisão (reversão) para contingências	1.010	-		1.010
Outras	(67.045)	11.497	vi	(55.548)
	<b>(1.588.132)</b>	<b>(206.638)</b>		<b>(1.794.770)</b>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>	<b>261.538</b>	<b>(72.180)</b>		<b>189.358</b>
<b>RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA</b>				
Receita	78.065	(14.270)	viii	63.795
Despesa	(107.485)	(1.088)	vi, viii	(108.573)
Variações monetárias/cambiais - líquidas	(8.151)	32.597	viii	24.446
	<b>(37.571)</b>	<b>17.239</b>		<b>(20.332)</b>
<b>LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS</b>	<b>223.967</b>	<b>(54.941)</b>		<b>169.026</b>
Contribuição social	(29.697)	-		(29.697)
Imposto de renda	(85.215)	-		(85.215)
Contribuição social diferida	9.424	6.002	ix, vi, iii, i, xi, xii, viii	15.426
Imposto de renda diferido	28.973	16.671	ix, vi, iii, i, xi, xii, viii	45.644
	<b>(76.515)</b>	<b>22.673</b>		<b>(53.842)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>147.452</b>	<b>(32.268)</b>		<b>115.184</b>
<b>Lucro líquido do exercício de acordo com as práticas contábeis no Brasil, anteriore a adoção dos CPCs</b>		<b>147.452</b>		
<b>Ajustes de acordo com os Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo CPC</b>				
Custo de empréstimos - CPC 20/IAS 23		(1.096)		
Benefícios a empregados - CPC 33/IAS 19		18		
Contrato de Concessão - ICPC 01		(18.041)		
Pagamento baseado em ações ICPC 05		(958)		
Imobilizado - IGP 96/97		(30)		
Ativos e passivos regulatórios		(34.834)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		22.673		
		<b>(32.268)</b>		
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício de acordo com os Pronunciamentos e Orientações emitidos pelo CPC</b>		<b>115.184</b>		

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**3.8 Reconciliação da demonstração dos fluxos de caixa da Companhia originalmente emitidos para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC e para as Normas Internacionais de Contabilidade - 31 de março de 2009.**

	Originalmente emitido	Ajustes do CPC	Reapresentado
<b>Atividades operacionais:</b>			
Lucro líquido do exercício	147.452	(32.268)	115.184
Receita de aplicações Financeiras	(38.702)	-	(38.702)
Depreciação e amortização	94.112	29.059	123.171
Variação monetária/cambial	35.513	(32.597)	2.916
Despesas de juros	-	-	-
Baixa de bens do ativo imobilizado	11.103	-	11.103
Tributos e contribuições sociais diferidos	38.396	22.672	61.068
Fundo de pensão - Deliberação CVM 371	45.182	65	45.247
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - não circulante	3.785	-	3.785
Variação de valores de itens da Parcela A	(10.102)	10.102	-
Ações e opções de ações outorgadas	-	959	959
<b><u>Variações nas contas do ativo circulante e não circulante:</u></b>			
Consumidores e revendedores	23.188	-	23.188
Tributos e contribuições sociais	(68.217)	-	(68.217)
Serviços Prestados	(2.006)	-	(2.006)
Devedores Diversos	(4.834)	-	(4.834)
Almoxarifado	(5.040)	-	(5.040)
Contas a Receber - Acordos	6.588	-	6.588
Outros Créditos	(33.153)	(59.361)	(92.514)
Compensação da variação dos itens da Parcela A	(11.261)	11.261	-
Despesas pagas antecipadamente	(11.850)	-	(11.850)
Cauções e depósitos vinculados	7.602	-	7.602
<b><u>Variações nas contas do passivo circulante e não circulante:</u></b>			
Fornecedores	1.997	-	1.997
Tributos e contribuições sociais	(48.147)	-	(48.147)
Encargos de Dívidas	(82.241)	-	(82.241)
Provisões para Litígios e Contingências	10.374	-	10.374
Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher	(14.511)	-	(14.511)
Compensação da variação dos itens da Parcela A	(50.108)	50.108	-
Obrigações estimadas, folha de pagto e outras obrigações	(200.023)	-	(200.023)
<b>Total das atividades operacionais</b>	<b>(154.903)</b>	<b>-</b>	<b>(154.903)</b>
<b><u>Atividades de investimentos:</u></b>			
Aplicações em investimento de curto prazo	(981.121)	-	(981.121)
Resgate de investimento de curto prazo	1.296.835	-	1.296.835
Aquisições do ativo imobilizado	(101.642)	-	(101.642)
Encargos financ. e efeitos inflac. vinculados às obras em curso	(8.724)	-	(8.724)
Consumidores Participação Financeira	7.304	-	7.304
Tributos e contribuições sobre terrenos reavaliados	(655)	-	(655)
<b>Total das atividades de investimentos</b>	<b>211.997</b>	<b>-</b>	<b>211.997</b>
<b><u>Atividades de financiamento:</u></b>			
Dividendos e JSCP pagos	(7)	-	(7)
Pagamento de empréstimos	(2.990)	-	(2.990)
Pagamento de obrigações com Entidade de Previdência Privada	(82.691)	-	(82.691)
<b>Total das atividades de financiamento</b>	<b>(85.688)</b>	<b>-</b>	<b>(85.688)</b>
<b><u>Variação no caixa líquido da Companhia:</u></b>			
Saldo no início do período	(28.594)	-	(28.594)
Saldo no final do período	167.138	-	167.138
	<b>138.544</b>	<b>-</b>	<b>138.544</b>

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**3.9 Reconciliação do balanço patrimonial da Companhia originalmente emitido para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC e para as Normas Internacionais de Contabilidade - 31 de março de 2010.**

	Originalmente emitido	Ajustes do CPC	Nota 3.1	Reapresentado
<b>ATIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	268.328	-		268.328
Investimentos de curto prazo	1.201.798	-		1.201.798
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.440.762	(13.001)	viii	1.427.761
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	306.377	-		306.377
Outros tributos compensáveis	62.734	-		62.734
Tributos e contribuições sociais diferidos	246.827	(246.827)	xiii	-
Serviços Prestados	23.229	-		23.229
Devedores diversos	9.841	-		9.841
Contas a receber - acordos	177.036	-		177.036
Outros créditos	154.655	(43.727)	viii, xii	110.928
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(336.264)	2.783	viii	(333.481)
Almoxarifado	60.589	-		60.589
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	318.120	(318.120)	viii	-
Despesas pagas antecipadamente	15.071	(1.371)	vi	13.700
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>3.949.103</b>	<b>(620.263)</b>		<b>3.328.840</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	4.032	(4.032)	viii	-
Outros tributos compensáveis	87.545	-		87.545
Tributos e contribuições sociais diferidos	713.544	117.231	xi, xii,	830.775
Cauções e depósitos vinculados	449.861	-		449.861
Contas a receber - acordos	251.704	-		251.704
Outros créditos	119.897	44.361	xii	164.258
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(211.610)	-		(211.610)
Ativo financeiro de concessão	-	721.108	iv	721.108
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	57.888	(57.888)	viii	-
Despesas pagas antecipadamente	4.703	(4.573)	vi	130
Investimentos	9.500	-		9.500
Imobilizado - Líquido	6.514.352	(6.454.391)	i, iv	59.961
Intangível	170.553	5.627.220	iv	5.797.773
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>8.171.969</b>	<b>(10.964)</b>		<b>8.161.005</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>12.121.072</b>	<b>(631.227)</b>		<b>11.489.845</b>

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Originalmente emitido	Ajustes do CPC	Nota 3.1	Reapresentado
<b>PASSIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Fornecedores	835.971	-		835.971
Empréstimos e financiamentos	530.541	-		530.541
Encargos de dívidas	70.276	-		70.276
Custos a amortizar	-	(5.290)	vi	(5.290)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	113.888	-		113.888
Outros tributos a pagar	412.462	-		412.462
Tributos e contribuições sociais diferidos	39.085	(39.085)	xiii	-
Dividendos declarados	699.147	(686.316)	x	12.831
Juros sobre capital próprio - TJLP	62.694	-		62.694
Obrigações com entidade de previdência privada	75.640	(75.640)	iii	-
Obrigações estimadas	50.983	-		50.983
Folha de pagamento	9.037	-		9.037
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	78.334	-		78.334
Provisões para litígios e contingências	304.272	-		304.272
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	204.489	-		204.489
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip	44.046	-		44.046
Compensação de variação dos itens da Parcela A - CVA	211.417	(211.417)	viii	-
Outras obrigações	92.992	-		92.992
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>3.835.274</b>	<b>(1.017.748)</b>		<b>2.817.526</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Empréstimos e financiamentos	859.804	-		859.804
Debêntures	1.050.000	-		1.050.000
Custos a amortizar	(14.092)	(16.098)	vi	(30.190)
Tributos e contribuições sociais diferidos	467.390	378.176	ix, vi, iii, i, xii	845.566
Obrigações com entidade de previdência privada	1.872.970	(444.842)	iii	1.428.128
Provisões para litígios e contingências	369.915	-		369.915
Reserva de reversão	66.085	-		66.085
Compensação de variação dos itens da Parcela A - CVA	66.195	(66.195)	viii	-
Contas a pagar (Banco Santos)	103.698	-		103.698
Outras obrigações	5.927	15.876	xii	21.803
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>4.847.892</b>	<b>(133.083)</b>		<b>4.714.809</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital Social Subscrito e Integralizado	1.057.629	-		1.057.629
Reserva de capital	-	14.837	xi	14.837
Reserva legal	155.113	-		155.113
Outros resultados abrangentes	2.051.157	(399.612)	ix	1.651.545
Lucros/Prejuízos acumulados	174.007	71.041		245.048
Proposta de distribuição de dividendos adicional	-	833.338	ix, vi, iii, i, xi, xii, viii, x	833.338
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.437.906</b>	<b>519.604</b>		<b>3.957.510</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>12.121.072</b>	<b>(631.227)</b>		<b>11.489.845</b>

### 3.10 Reconciliação do patrimônio líquido da Companhia originalmente emitido para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC e para as Normas Internacionais de Contabilidade - 31 de março de 2010.

Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, anteriores a adoção dos CPCs	Nota 3.1	3.437.906
<b>Ajustes de acordo com os Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo CPC</b>		
Ajuste de avaliação patrimonial - ICPC 01/IFRIC 12	ix	(42.421)
Tributos sobre reavaliação de terrenos - ICPC 10	vi	(362.621)
Atualização do ativo financeiro de concessão - OCPC 05	iii	5.430
Custo de empréstimos - CPC 20/IAS 23	x	15.444
Benefícios a empregados - CPC 33/IAS 19	xii	520.482
Contab. proposta pago dividendos - ICPC 08	x	686.316
Contrato de concessão - ICPC 01	iv	(81.422)
Receitas - CPC 30/IAS 18	i	(3.515)
Imobilizado - IGP 96/97	viii	1.113
Ativos e passivos regulatórios	viii	(124.373)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	ix, vi, iii, i, xi, xii, viii	(94.829)
		<b>519.604</b>
<b>Patrimônio Líquido de acordo com os Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo CPC</b>		<b>3.957.510</b>

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

### 3.11 Reconciliação da demonstração do resultado da Companhia originalmente emitida para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC e para as Normas Internacionais de Contabilidade - 31 de março de 2010.

	Originalmente emitido	Ajustes do CPC	Nota 3.1	Reapresentado
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>2.131.056</b>	<b>128.593</b>	iv, viii	<b>2.259.649</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>				
Custo com Energia Elétrica				
Custo com Energia Elétrica - Comprada de Terceiros	(1.109.488)	58.337	viii	(1.051.151)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(296.748)	24.600	viii	(272.148)
<b>Custo de Operação</b>				
Pessoal	(106.391)	-	xi	(106.391)
Entidade de previdência privada	(40.974)	(1.419)	iii	(42.393)
Material	(7.051)	-		(7.051)
Serviços de Terceiros	(81.407)	(818)	viii	(82.225)
Depreciação e amortização	(98.369)	(32.762)	i, ix	(131.131)
Despesa de construção	-	(108.583)	iv	(108.583)
Provisão (reversão) para PCLD	(8.225)	1.086		(7.139)
Provisão (reversão) para contingências	(33.802)	-		(33.802)
Outras	(77.281)	26.660	vi	(50.621)
	<b>(1.859.736)</b>	<b>(32.899)</b>		<b>(1.892.635)</b>
	<b>271.320</b>	<b>95.694</b>		<b>367.014</b>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>				
<b>RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA</b>				
Receita	63.132	(8.730)	viii	54.402
Despesa	(98.193)	(2.008)	vi, viii	(100.201)
Variações monetárias/cambiais - líquidas	1.104	12.177	viii	13.281
	<b>(33.957)</b>	<b>1.439</b>		<b>(32.518)</b>
	<b>237.363</b>	<b>97.133</b>		<b>334.496</b>
<b>LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS</b>				
Contribuição social	(25.299)	-		(25.299)
Imposto de renda	(69.209)	-		(69.209)
Contribuição social diferida	3.632	(8.167)	ix, vi, iii, i, xi, xii, viii	(4.535)
Imposto de renda diferido	10.145	(22.682)	ix, vi, iii, i, xi, xii, viii	(12.537)
	<b>(80.731)</b>	<b>(30.849)</b>		<b>(111.580)</b>
	<b>156.632</b>	<b>66.284</b>		<b>222.916</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>				
	<b>156.632</b>	<b>66.284</b>		<b>222.916</b>
<b>Lucro líquido do exercício de acordo com as práticas contábeis no Brasil, anteriore a adoção dos CPCs</b>		<b>156.632</b>		
<b>Ajustes de acordo com os Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo CPC</b>				
Custo de empréstimos - CPC 20/IAS 23		(1.972)		
Benefícios a empregados - CPC 33/IAS 19		(1.005)		
Contrato de Concessão - ICPC 01		(6.021)		
Pagamento baseado em ações ICPC 05		(414)		
Imobilizado - IGP 96/97		(82)		
Ativos e passivos regulatórios		106.627		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(30.849)		
		<b>66.284</b>		
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício de acordo com os Pronunciamentos e Orientações emitidos pelo CPC</b>		<b>222.916</b>		

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**3.12 Reconciliação da demonstração dos fluxos de caixa da Companhia originalmente emitidos para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC e para as Normas Internacionais de Contabilidade- 31 de março de 2010.**

	Originalmente emitido	Ajustes do CPC	Reapresentado
<b>Atividades operacionais:</b>			
Lucro líquido do exercício	156.632	66.284	222.916
Receita de aplicações Financeiras	(21.500)	-	(21.500)
Depreciação e amortização	98.369	32.762	131.131
Varição monetária/cambial	(7.052)	(12.177)	(19.229)
Despesas de juros	-	2.008	2.008
Baixa de bens do ativo imobilizado	11.018	-	11.018
Tributos e contribuições sociais diferidos	(13.776)	30.849	17.073
Fundo de pensão - Deliberação CVM 371	40.974	-	40.974
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - não circulante	8.225	-	8.225
Varição de valores de itens da Parcela A	(4.822)	4.822	-
<b><u>Variações nas contas do ativo circulante e não circulante:</u></b>			
Consumidores e revendedores	(5.895)	3.603	(2.292)
Tributos e contribuições sociais	(70.550)	-	(70.550)
Serviços Prestados	(2.966)	-	(2.966)
Devedores Diversos	(7.689)	-	(7.689)
Almoxarifado	(7.598)	-	(7.598)
Contas a Receber - Acordos	5.313	-	5.313
Outros Créditos	1.978	(22.475)	(20.497)
Compensação da variação dos itens da Parcela A	58.804	(58.804)	-
Despesas pagas antecipadamente	(12.912)	-	(12.912)
Cauções e depósitos vinculados	(2.068)	-	(2.068)
<b><u>Variações nas contas do passivo circulante e não circulante:</u></b>			
Fornecedores	6.324	413	6.737
Tributos e contribuições sociais	60.837	-	60.837
Encargos de Dívidas	(22.922)	-	(22.922)
Provisões para Litígios e Contingências	34.163	-	34.163
Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher	30.266	-	30.266
Compensação da variação dos itens da Parcela A	47.285	(47.285)	-
Obrigações estimadas, folha de pagto e outras obrigações	(15.243)	-	(15.243)
<b>Total das atividades operacionais</b>	<b>365.195</b>	<b>-</b>	<b>365.195</b>
<b><u>Atividades de investimentos:</u></b>			
Aplicações em investimento de curto prazo	(1.121.181)	-	(1.121.181)
Resgate de investimento de curto prazo	890.777	-	890.777
Aquisições do ativo imobilizado	(98.221)	-	(98.221)
Encargos financ. e efeitos inflac. vinculados às obras em curso	(5.548)	-	(5.548)
Consumidores Participação Financeira	9.070	-	9.070
Tributos e contribuições sobre terrenos reavaliados	-	-	-
<b>Total das atividades de investimentos</b>	<b>(325.103)</b>	<b>-</b>	<b>(325.103)</b>
<b><u>Atividades de financiamento:</u></b>			
Dividendos e JSCP pagos	(25)	-	(25)
Pagamento de empréstimos	(13)	-	(13)
Pagamento de obrigações com Entidade de Previdência Privada	(57.884)	-	(57.884)
<b>Total das atividades de financiamento</b>	<b>(57.922)</b>	<b>-</b>	<b>(57.922)</b>
<b><u>Varição no caixa líquido da Companhia:</u></b>			
Saldo no início do período	286.158	-	286.158
<b>Saldo no final do período</b>	<b>268.328</b>	<b>-</b>	<b>268.328</b>

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

### **3.13 Novos IFRS e Interpretações do IFRIC**

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2011. A Administração da Companhia avaliou os eventuais impactos destes novos pronunciamentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

- IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada) - Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não trouxe impacto nas Informações Trimestrais da Companhia.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta alteração não trouxe impacto nas Informações Trimestrais da Companhia.



---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

- IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo - Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não trouxe impacto nas Informações Trimestrais da Companhia.
- IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. Essa interpretação não trouxe impacto significativo nas Informações Trimestrais da Companhia.

Melhorias para IFRS – O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:

- “Limited exemption from Comparative IFRS 7 Disclosures for First-time Adopters”.
- “Improvements to IFRS 2010”.
- “IFRS 9 Financial Instruments”.
- “Prepayment of a minimum fund requirement (Amendment to IFRIC 14)”.
- “Amendments to IAS 32 Classification of rights issues”.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

#### 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de março de 2011, o CPC ainda não havia emitido pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários. A Companhia está analisando o impacto destas novas normas em suas demonstrações e informações contábeis.

#### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos de Curto Prazo

	31.03.2010	31.12.2009
<b><u>Caixa e equivalentes de caixa:</u></b>		
Numerário Disponível	3.643	10.476
Numerário em Trânsito	69	78.472
Operação Compromissada (I)	264.616	197.210
	<b>268.328</b>	<b>286.158</b>
<b><u>Investimentos de curto prazo:</u></b>		
Tipo de Operação	31.03.2010	31.12.2009
CDB-DI (I)	485.549	406.530
Operação Compromissada (I)	535.110	464.908
Títulos Públicos (II)	180.873	91.649
Fundo de Investimento	266	-
	<b>1.201.798</b>	<b>963.087</b>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata e um montante conhecido de caixa.

- (I) Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas (\*) são remunerados, em média, a 101,24% do CDI no trimestre findo em 31 de março de 2010 (102,48% em 31 de dezembro de 2009), e têm características de liquidez imediata. A Companhia classifica como disponibilidade os CDBs e as operações compromissadas, cujo prazo até o vencimento originalmente contratado é inferior ou igual a noventa dias na data de sua aquisição. As transações com prazo para o vencimento superior a noventa dias são classificadas como investimento de curto prazo.
- (II) Títulos públicos: correspondem a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, as quais são remuneradas a 100% da taxa SELIC e têm características de liquidez imediata.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(\*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

Em 31 de março de 2010, a Companhia não mantinha linhas de financiamento comprometidas e não sacadas.

Em 31 de março de 2010, a Companhia ofereceu como garantia parte de seus depósitos bancários no montante de R\$ 39.795. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica.

## 5. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A composição do saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias é como segue:

	SalDOS em 31.3.2010					Saldo líquido
	SalDOS vencidos	SalDOS vencidos		Total	PCLD (*)	
		até 90 dias	mais de 90 dias			
<b>CIRCULANTE</b>						
<b>Consumidores - Fornecimento:</b>						
Residencial	178.704	225.728	60.255	464.687	(117.000)	347.687
Industrial	39.486	32.779	54.779	127.044	(37.685)	89.359
Comercial	122.605	65.224	34.057	221.886	(43.712)	178.174
Rural	98	74	21	193	(2)	191
<b>Poder público:</b>						
Federal	1.883	1.091	666	3.640	(369)	3.271
Estadual	7.125	2.152	295	9.572	(115)	9.457
Municipal	12.208	3.197	3.912	19.317	(7.457)	11.860
Iluminação pública	14.083	(17)	1.485	15.551	(1.233)	14.318
Serviço público	9.949	8.995	4.666	23.610	(5.629)	17.981
<b>Total - Faturado</b>	<b>386.141</b>	<b>339.223</b>	<b>160.136</b>	<b>885.500</b>	<b>(213.202)</b>	<b>672.298</b>
Não Faturado	537.998	-	-	537.998	-	537.998
<b>Total</b>	<b>924.139</b>	<b>339.223</b>	<b>160.136</b>	<b>1.423.498</b>	<b>(213.202)</b>	<b>1.210.296</b>
<b>Concessionárias e permissionárias:</b>						
Energia no curto prazo - CCEE	4.263	-	-	4.263	-	4.263
<b>Total</b>	<b>4.263</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.263</b>	<b>-</b>	<b>4.263</b>
<b>Total - CIRCULANTE</b>	<b>928.402</b>	<b>339.223</b>	<b>160.136</b>	<b>1.427.761</b>	<b>(213.202)</b>	<b>1.214.559</b>

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Saldos em 31.12.2009						
Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido	
	até 90 dias	mais de 90 dias				
<b><u>CIRCULANTE</u></b>						
<b><u>Consumidores - Fornecimento:</u></b>						
Residencial	236.355	191.863	53.728	481.946	(106.154)	375.792
Industrial	59.675	26.492	55.711	141.878	(37.567)	104.311
Comercial	179.149	43.604	35.852	258.605	(47.432)	211.173
Rural	118	53	16	187	(3)	184
<b><u>Poder público:</u></b>						
Federal	1.948	1.037	188	3.173	(395)	2.778
Estadual	8.322	1.577	221	10.120	(124)	9.996
Municipal	15.147	769	6.057	21.973	(6.270)	15.703
Iluminação pública	14.126	465	1.912	16.503	(1.507)	14.996
Serviço público	21.796	12	4.691	26.499	(5.631)	20.868
<b>Total - Faturado</b>	<b>536.636</b>	<b>265.872</b>	<b>158.376</b>	<b>960.884</b>	<b>(205.083)</b>	<b>755.801</b>
Não Faturado	461.109	-	-	461.109	-	461.109
<b>Total</b>	<b>997.745</b>	<b>265.872</b>	<b>158.376</b>	<b>1.421.993</b>	<b>(205.083)</b>	<b>1.216.910</b>
<b><u>Concessionárias e permissionárias:</u></b>						
Encargos do uso da rede	1.239	-	-	1.239	-	1.239
Energia no curto prazo - CCEE	3.322	-	-	3.322	-	3.322
<b>Total</b>	<b>4.561</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.561</b>	<b>-</b>	<b>4.561</b>
<b>Total - CIRCULANTE</b>	<b>1.002.306</b>	<b>265.872</b>	<b>158.376</b>	<b>1.426.554</b>	<b>(205.083)</b>	<b>1.221.471</b>

(\*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 10.

As contas a receber apresentadas acima são classificadas como empréstimos e recebíveis e, portanto, mensuradas pelo custo amortizado.

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

Na condição de prestadora de serviço público de distribuição, a Companhia deve fornecer energia a todos os consumidores que solicitarem ligação à infra-estrutura da concessão.

A Administração da Companhia continua implementando gestões com várias classes de consumidores e, em especial, com o poder público, nas suas diversas esferas, objetivando a diminuição dos saldos em atraso e condicionando as negociações aos recebimentos dos débitos vencidos.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

### 6. Outros Tributos Compensáveis

	31.3.2010	31.12.2009
<b><u>CIRCULANTE</u></b>		
Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	3.151	3.092
ICMS	41.609	42.183
Cofins	14.026	14.867
Pis	3.567	3.749
Outros	381	381
<b>Subtotal</b>	<b>62.734</b>	<b>64.272</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 10	(1.963)	(1.963)
<b>Saldo líquido de PCLD</b>	<b>60.771</b>	<b>62.309</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>		
Pis - Crédito tributário	57.073	56.681
ICMS	30.472	29.099
<b>Subtotal</b>	<b>87.545</b>	<b>85.780</b>
<b>Total Geral</b>	<b>150.279</b>	<b>150.052</b>

### 7. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

a) O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:	Balanco Patrimonial		Resultado	
	31.3.2010	31.12.2009	31.3.2010	31.03.2009
Provisão de benefício a empregados	360.422	364.946	(4.524)	(9.818)
Provisão para contingências	226.911	209.492	17.419	2.521
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	184.004	181.269	2.735	1.287
Reversão dos Ativos e Passivos Regulatórios para fins de CPC	42.287	78.540	(36.253)	11.844
Ajustes de avaliação patrimonial	(845.566)	(856.968)	11.402	12.285
Outros	17.151	31.418	(7.851)	42.951
<b>Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social diferidos</b>			<b>(17.072)</b>	<b>61.070</b>
<b>Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido</b>	<b>(14.791)</b>	<b>8.697</b>		
	<b>31.3.2010</b>	<b>31.12.2009</b>		
No Ativo Não Circulante	830.775	865.665		
No Passivo Não Circulante	(845.566)	(856.968)		
	<b>(14.791)</b>	<b>8.697</b>		

#### Movimentação do imposto diferido

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>8.697</b>
Impacto no resultado	(17.072)
Impacto no patrimônio líquido	(6.416)
<b>Saldo em 31 de março de 2010</b>	<b>(14.791)</b>

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com a Instrução CVM nº 371/2002, a Companhia que possui tributos diferidos ativos registrados deve elaborar estudo técnico demonstrando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros em um período de 10 anos, os quais devem ser suficientes para garantir a realização desses tributos diferidos ativos. A Companhia elaborou esse estudo técnico, o qual foi aprovado pelos órgãos da Administração da Companhia. A Companhia revisa anualmente o valor contábil dos tributos diferidos ativos e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração Companhia.

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros, a Companhia estima a realização dos créditos nos seguintes exercícios:

31.3.2010			
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
b) Prazo de recuperação dos créditos (Ativo) tributários diferidos:			
2010	86.200	31.031	117.231
2011	117.916	42.451	160.367
2012	83.651	30.115	113.766
2013	80.398	28.943	109.341
2014	55.517	19.986	75.503
2015	56.706	20.414	77.120
2016	51.456	18.524	69.980
2017	48.912	17.608	66.520
2018	13.723	4.940	18.663
2019	17.697	4.587	22.284
	<b>612.176</b>	<b>218.599</b>	<b>830.775</b>

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Companhia e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

### 8. Contas a Receber - Acordos

A composição do saldo do contas a receber – acordos é como segue:

	31.3.2010	31.12.2009
<b><u>CIRCULANTE</u></b>		
<b>Termo de confissão de dívida:</b>		
Prefeitura Municipal de São Paulo (i)	75.454	75.454
Prefeituras municipais diversas	25.900	24.851
Consumidores	75.047	69.720
Outros	635	1.038
<b>Subtotal</b>	<b>177.036</b>	<b>171.063</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PMSP - nota nº 10	(75.454)	(75.454)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Consumidores - nota nº 10	(11.265)	(11.528)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Prefeituras Municipais diversas - nota nº 10	(16.620)	(15.818)
<b>Saldo Líquido de PCLD</b>	<b>73.697</b>	<b>68.263</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>		
<b>Termo de confissão de dívida:</b>		
Prefeitura Municipal de São Paulo (i)	150.907	150.907
Prefeituras municipais diversas	89.083	92.685
Consumidores	11.714	12.879
Outros	-	26
<b>Subtotal</b>	<b>251.704</b>	<b>256.497</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PMSP - nota nº 10	(150.907)	(150.907)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Consumidores - nota nº 10	(320)	(484)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Prefeituras Municipais diversas - nota nº 10	(59.750)	(61.494)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Acordos outros - nota nº 10	(633)	(883)
<b>Saldo Líquido de PCLD</b>	<b>40.094</b>	<b>42.729</b>

- (i) Refere-se a Acordo para Novação e Pagamento de Dívidas e Outras Avenças entre a Companhia e a Prefeitura do Município de São Paulo celebrado em 5 de janeiro de 2009. Em 30 de julho de 2009, a Companhia e a Prefeitura pactuaram, mediante assinatura de aditivo ao Acordo, a prorrogação do pagamento da primeira parcela para o dia 10 de agosto de 2009.

### 9. Outros Créditos

	31.3.2010	31.12.2009
<b><u>CIRCULANTE</u></b>		
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip	25.629	22.824
Programa Baixa Renda	30.352	22.124
Alienação de bens e direitos	7.290	10.172
Quota de RGR - recolhimento efetuado a maior	225	225
Financiamento à Cesp	409	400
Cauções e Depósitos Vinculados	39.795	31.794
Outros	7.228	7.586
<b>Total</b>	<b>110.928</b>	<b>95.125</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Outros créditos - Diversos - nota nº 10	(246)	(246)
	<b>110.682</b>	<b>94.879</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>		
Eletropaulo Metropolitana X Companhia Brasileira de Energia - Eletropaulo Telecomunicação Ltda. - nota nº 27 e (i)	42.998	42.998
Alienação de Bens e Direitos	75.299	76.245
Programa Reluz - PMSP	14.128	14.128
Programa Reluz - PMSBC	-	535
Bens e Direitos Destinados a Alienação	26.255	25.362
Financiamento à Cesp	4.857	4.748
Outros	721	750
<b>Total</b>	<b>164.258</b>	<b>164.766</b>

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (i) A ANEEL, através do Ofício nº 561/2005-SFF, exigiu a segregação da participação acionária detida pela Companhia na Eletropaulo Telecomunicações Ltda., baseada no artigo 8º da Lei nº 10.848/2004, pela qual é vedado às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica deter participação societária em outras sociedades, cujo objeto social seja estranho ao objeto do contrato de concessão.

Tendo em vista o acima exposto, a Eletropaulo firmou, em 15 de setembro de 2005, o contrato de compra e venda de 39.609.942 quotas da Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (valor contábil registrado em julho de 2005 de R\$ 42.998), para a AES Transgás Empreendimentos S.A. (atualmente Companhia Brasileira de Energia). Essa transação foi aprovada pelos Conselhos de Administração da Companhia e Companhia Brasileira de Energia em 15 de setembro de 2005 e anuída pela ANEEL através do Despacho nº 1.363, de 28 de setembro de 2005.

## 10. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, durante o período, foi como segue:

Rubricas de Origem	Saldo em 31.12.2009	Provisões	Reversões	Baixa para Perdas	Saldo em 31.3.2010
<b><u>CIRCULANTE</u></b>					
Consumidores - nota nº 5	205.083	85.941	(36.308)	(41.514)	213.202
Serviços Prestados	14.275	81	377	(2)	14.731
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº 8	11.528	21	(99)	(185)	11.265
Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota nº 8	15.818	-	802	-	16.620
Contas a Receber - acordos - Prefeitura Municipal de São Paulo - nota nº 8	75.454	-	-	-	75.454
INSS - Auxílio Doença - nota nº 6	1.963	-	-	-	1.963
Outros Créditos - nota nº 9	246	-	-	-	246
<b>Total</b>	<b>324.367</b>	<b>86.043</b>	<b>(35.228)</b>	<b>(41.701)</b>	<b>333.481</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>					
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº 8	484	-	(164)	-	320
Contas a Receber - acordos - Prefeitura Municipal de São Paulo - nota nº 8	150.907	-	-	-	150.907
Contas a Receber - acordos - Prefeituras Municipais diversas - nota nº 8	61.494	1.676	(3.241)	(179)	59.750
Contas a Receber - acordos - outros - nota nº 8	883	-	(250)	-	633
<b>Total</b>	<b>213.768</b>	<b>1.676</b>	<b>(3.655)</b>	<b>(179)</b>	<b>211.610</b>
<b>Total Geral</b>	<b>538.135</b>	<b>87.719</b>	<b>(38.883)</b>	<b>(41.880)</b>	<b>545.091</b>

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa segue os critérios definidos pelo poder concedente - ANEEL. (nota nº 2.3.3)



01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

### 11. Contratos de Concessão Público - Privado

	31.3.2010	31.12.2009
<b><u>Ativo financeiro</u></b>		
Ativo financeiro de concessão	721.108	680.880
<b><u>Intangível</u></b>		
Ativo intangível de concessão - nota nº 13	5.797.773	5.837.092
Total contratos de concessão público - privado	<b>6.518.881</b>	<b>6.517.972</b>

O ICPC 01 (IFRIC 12) (Contratos de concessão) estabelece as diretrizes para a contabilização, pelos operadores (concessionárias), dos contratos de concessão. De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a Companhia tem o direito a utilizar a infraestrutura da concessão para prestar os serviços de distribuição de energia elétrica. Esse direito está representado nas informações trimestrais pelo ativo financeiro e ativo intangível.

#### **Características do Contrato de Concessão da Companhia**

Em 15 de junho de 1998, a Companhia e a Agência Nacional de Energia - ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão, determinada pela Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998. O prazo de duração do contrato de concessão é de 30 anos, a partir da data de sua assinatura. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, sendo que a Companhia deverá efetuar o requerimento até 36 meses antes do término da concessão e a ANEEL manifestar-se-á até o 18º mês anterior ao término da concessão. A eventual prorrogação estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no Contrato de Concessão, a critério da ANEEL. A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

### Ativos dados como garantia

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

## 12. Intangível

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

Descrição	31.3.2010	31.12.2009
<u>Ativo intangível de concessão</u>		
Ativo intangível	6.353.377	6.275.838
Amortização Acumulada	(555.604)	(438.746)
<b>Total do ativo intangível de concessão - nota nº 11</b>	<b><u>5.797.773</u></b>	<b><u>5.837.092</u></b>

O saldo do intangível refere-se substancialmente aos ativos intangíveis de concessão, que são reconhecidos na medida em que a Companhia tem o direito (autorização) de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos. Este ativo intangível está sendo amortizado de forma linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou vida útil do bem relacionado, dos dois o menor.

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis utilizando o conceito do CPC 01 (IAS 36) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A movimentação do ativo intangível de concessão é como segue:

	Em curso		Em serviço		Ativo intangível	Amortização acumulada	Total do ativo intangível de concessão
	Intangível	(-) Obrigações especiais	Intangível	(-) Obrigações especiais			
Saldo em 31 de dezembro de 2009	255.640	(34.805)	6.623.431	(568.428)	6.275.838	(438.746)	5.837.092
Adições	108.583	(9.109)	143.269	(15.332)	227.411	(136.694)	90.717
Baixas	-	-	(23.142)	-	(23.142)	12.546	(10.596)
Amortização de obrigações especiais	-	-	-	-	-	7.290	7.290
Transferência	(143.269)	16.539	-	-	(126.730)	-	(126.730)
Saldo em 31 de março de 2010	<u>220.954</u>	<u>(27.375)</u>	<u>6.743.558</u>	<u>(583.760)</u>	<u>6.353.377</u>	<u>(555.604)</u>	<u>5.797.773</u>

## 13. Fornecedores

	31.3.2010	31.12.2009
<b>Suprimento e Transmissão:</b>		
Itaipu - Repasse (Eletrobrás)	158.067	159.423
Contratos bilaterais - AES Tietê - nota nº 27	213.381	186.511
Contratos bilaterais - outros	260	1.105
Energia no curto prazo - CCEE	4.425	4.305
Energia livre - Outros	28.345	28.345
Uso de rede básica	96.415	97.841
Encargos do serviço do sistema - CCEE	18.825	9.961
Conexão à rede básica	7.565	7.565
Transmissão	8.445	8.578
Uso do sistema de distribuição	2.106	2.028
Operador Nacional do Sistema - ONS	2.479	2.793
Leilão - CCEAR	187.926	181.604
<b>Subtotal</b>	<b>728.239</b>	<b>690.059</b>
Materiais e Serviços	107.732	139.588
<b>Total</b>	<b>835.971</b>	<b>829.647</b>

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14. Outros Tributos a Pagar

	31.3.2010	31.12.2009
<b><u>CIRCULANTE</u></b>		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviço - ICMS	324.541	337.912
ICMS sobre perdas comerciais (i)	10.601	-
Cofins	47.677	51.437
Pis	10.351	11.167
PIS - Parcelamento	6.046	23.112
Outros	13.246	22.631
<b>Total</b>	<b>412.462</b>	<b>446.259</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>		
Outros	-	47
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>47</b>

- (i) ICMS sobre perdas comerciais: O Decreto Estadual nº 55.421, de 10 de fevereiro de 2010, introduziu a obrigação das distribuidoras de energia de apurarem o ICMS sobre o montante das perdas comerciais mensalmente verificadas. Entende-se como perdas comerciais, a diferença entre o montante de energia elétrica regularmente faturada e o montante da energia elétrica contratada pela distribuidora, descontando o montante de energia elétrica relacionado às perdas técnicas.

A Companhia, por meio do Sindicato da Indústria da Energia no Estado de São Paulo - SIESP, ajuizou Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar contra a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, visando à suspensão dos efeitos do Decreto nº 55.421/2010, que determina a incidência do ICMS sobre a energia elétrica objeto de furto. A Companhia reconheceu no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2010, o montante de R\$ 10.601, referente a ICMS sobre perdas comerciais. O saldo do respectivo passivo em 31 de março de 2011 é R\$ 67.141.

Em maio de 2010, foi deferida a liminar pleiteada para suspender o pagamento do ICMS exigido sobre as perdas comerciais, cujo primeiro vencimento ocorreria no dia 31 de maio de 2010. Aguarda-se decisão de 1ª Instância.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15. Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Encargos de Dívidas

- a) O saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures não conversíveis e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

	31.3.2010	31.12.2009
<b>ENCARGOS DE DÍVIDAS</b>		
Moeda estrangeira	-	2
Moeda nacional	70.276	93.196
<b>Total</b>	<b>70.276</b>	<b>93.198</b>
<b>PRINCIPAL - CIRCULANTE</b>		
Moeda estrangeira	26	26
Moeda nacional	525.225	524.364
<b>Total</b>	<b>525.251</b>	<b>524.390</b>
<b>PRINCIPAL - NÃO CIRCULANTE</b>		
Moeda estrangeira	66	77
Moeda nacional	1.879.548	1.878.452
<b>Total</b>	<b>1.879.614</b>	<b>1.878.529</b>
<b>Total geral</b>	<b>2.475.141</b>	<b>2.496.117</b>

Moeda Estrangeira		31.3.2010				
Instituições Financeiras /	Vencimento	Moeda	(% a.a.)	Encargos	Circulante	Não Circulante
STN - Resolução nº 96/93	2013	US\$	6	-	26	66

  

Moeda Estrangeira		31.12.2009				
Instituições Financeiras /	Vencimento	Moeda	(% a.a.)	Encargos	Circulante	Não Circulante
STN - Resolução nº 96/93	2013	US\$	6	2	26	77

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

60.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

31.3.2010							
Moeda Nacional	Vencimento	Taxa efetiva	Dívida			Custo de transação a amortizar	
Instituições Financeiras / Credores			Encargos	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Debêntures</b>							
Debêntures - 9ª Emissão - a.2	2018	CDI+2,42	2.793	-	250.000	(656)	(6.193)
Debêntures - 10ª Emissão - a.5	2013	CDI+2,07	2.840	-	600.000	(3.240)	(5.693)
Debêntures - 11ª Emissão - a.6	2018	CDI+1,86	8.346	-	200.000	(90)	(973)
<b>Subtotal</b>			<b>13.979</b>	<b>-</b>	<b>1.050.000</b>	<b>(3.986)</b>	<b>(12.859)</b>
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>							
RELUZ - Eletrobrás - SBC - a.1	2015	5	-	65	493	-	-
Euro Real Bonds - a.3	2010	19,125	24.465	474.060	-	-	-
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's) - a.4	2015	CDI+2,51	11.008	50.000	250.000	(1.304)	(3.239)
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - a.7	2019	CDI+2,00	20.549	-	600.000	-	(14.092)
Outros			275	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>			<b>56.297</b>	<b>524.125</b>	<b>850.493</b>	<b>(1.304)</b>	<b>(17.331)</b>
<b>Leasing</b>							
Arrendamento mercantil - a.8	10,9		-	6.390	9.245	-	-
<b>Subtotal</b>			<b>-</b>	<b>6.390</b>	<b>9.245</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>			<b>70.276</b>	<b>530.515</b>	<b>1.909.738</b>	<b>(5.290)</b>	<b>(30.190)</b>

  

31.12.2009							
Moeda Nacional	Vencimento	Taxa efetiva	Dívida			Custo de transação a amortizar	
Instituições Financeiras / Credores			Encargos	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Debêntures</b>							
Debêntures - 9ª Emissão - a.2	2018	CDI+2,42	9.299	-	250.000	(634)	(6.366)
Debêntures - 10ª Emissão - a.5	2013	CDI+2,07	16.589	-	600.000	(3.142)	(6.544)
Debêntures - 11ª Emissão - a.6	2018	CDI+1,86	3.363	-	200.000	(87)	(996)
<b>Subtotal</b>			<b>29.251</b>	<b>-</b>	<b>1.050.000</b>	<b>(3.863)</b>	<b>(13.906)</b>
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>							
RELUZ - Eletrobrás - SBC - a.1	2015	5	-	37	514	-	-
Euro Real Bonds - a.3	2010	19,5	50.369	474.060	-	(1.030)	-
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's) - a.4	2015	CDI+2,51	3.967	50.000	250.000	(1.344)	(3.560)
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - a.7	2019	CDI+2,00	9.334	-	600.000	-	(14.440)
Outros			275	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>			<b>63.945</b>	<b>524.097</b>	<b>850.514</b>	<b>(2.374)</b>	<b>(18.000)</b>
<b>Leasing</b>							
Arrendamento mercantil - a.8	10,9		-	6.504	9.844	-	-
<b>Subtotal</b>			<b>-</b>	<b>6.504</b>	<b>9.844</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>			<b>93.196</b>	<b>530.601</b>	<b>1.910.358</b>	<b>(6.237)</b>	<b>(31.906)</b>

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Os recursos obtidos por meio da emissão da 9ª Emissão de Debêntures e da Cédula de Crédito Bancário Sindicalizada foram destinados integralmente ao pré-pagamento de dívidas renegociadas entre a Companhia e bancos credores em 2004.

Os recursos obtidos com a 10ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pagamento antecipado da 8ª Emissão Debêntures.

Os recursos obtidos com a 11ª Emissão de Debêntures, foram utilizados na realização de investimentos no sistema de distribuição pela Companhia, no curso regular de seus negócios.

Com relação às CCB's com o Banco Bradesco, os recursos foram utilizados pela Companhia para liquidação de valores que eram devidos à Receita Federal e que foram renegociados com a adesão da Companhia ao Programa REFIS da Receita Federal em novembro de 2009.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

Não há valores pendentes de utilização advindos de financiamentos já contratados.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de dois índices financeiros: (i) relação da dívida bruta com o Ebitda ajustado(\*) e (ii) Ebitda sobre despesa financeira caixa. Em 31 de março de 2010 e em 31 de dezembro de 2009 e, subsequentemente em 31 de março de 2011 estes índices estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia.

(\*) O EBITDA Ajustado é o EBITDA acrescido de (i) todo caixa recebido atribuível ao reajuste tarifário extraordinário; (ii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificados na conta de “custo de operação” relacionados aos contratos de Confissão de Dívida e Reserva Matemática, que são contratos com a Fundação CESP, (iii) todo caixa recebido atribuível ao reajuste tarifário extraordinário de acordo com a Medida Provisória 14 de 21 de dezembro de 2001 (Lei número 10.438, datado de 26 de abril de 2002) e (iv) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de custo de operação.

Os empréstimos e financiamentos STN - Resolução nº 96/1993 e (ii) RELUZ – Eletrobrás, possuem como garantia a receita da Companhia, que é passível de bloqueio em conta bancária, a qual poderá ser sacada mediante outorga de procuração para os representantes dos credores. Os demais empréstimos e financiamentos da Companhia não possuem garantia.

Após o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros, passaram a ser apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, através do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

- a.1) RELUZ - Eletrobrás - financiamento caracterizado pelo Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, instituído pelo Governo Federal e coordenado pelos Ministérios de Minas e Energia e da Justiça, por intermédio da Eletrobrás.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

- a.2) Debêntures (não conversíveis) - 9ª Emissão - emissão de R\$ 250.000 em debêntures no mercado local com pagamentos semestrais de juros a CDI + 1,75% ao ano, prazo final de 13 anos e pagamentos de principal anuais de 2015 a 2018, sendo o valor das parcelas devidas em 2015, 2016 e 2018 equivalentes a 30% cada uma e em 2017 equivalentes a 10% do montante total emitido.
- a.3) Euro Real Bonds - emissão de R\$ 474.060 em títulos no mercado externo denominados em reais com pagamento único de principal no vencimento e taxa de juros de 19,125% ao ano, sendo os juros pagos semestralmente.
- a.4) Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) - empréstimo sindicalizado no Brasil formalizado por cédulas de crédito bancário, com várias instituições financeiras lideradas pelo Banco Citibank S.A., no montante principal de R\$ 300.000. Empréstimo com remuneração semestral de CDI + 1,20% ao ano, com prazo final de 96 meses, sendo pagas parcelas anuais, iguais e sucessivas a partir de 2010.
- a.5) Debêntures (não conversíveis) - 10ª Emissão - emissão de R\$ 600.000 em debêntures no mercado local com prazo final de 6 anos, com pagamentos semestrais de juros a CDI + 0,90% ao ano e pagamento anual de principal a partir do quarto ano.
- a.6) Debêntures (não conversíveis) - 11ª Emissão - emissão de R\$ 200.000 em debêntures no mercado local com prazo final de 11 anos, com pagamentos semestrais de juros a CDI + 1,75% ao ano e pagamento de principal no 9º e 11º anos.
- a.7) Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) - empréstimo formalizado por cédulas de crédito bancário, com várias instituições financeiras lideradas pelo Banco Bradesco S.A., no montante principal de R\$ 600.000 com remuneração semestral de CDI + 1,50% ao ano, com prazo final de 120 meses, sendo que serão pagas parcelas anuais, sendo 5% (R\$ 30.000) no 3º e 4º anos, 10% (R\$ 60.000) no 5º e 6º anos, 20% (R\$ 120.000) no 7º, 8º e 9º anos e 10% (R\$ 60.000) no 10 ano a partir do 36º mês, inclusive.
- a.8) Arrendamento mercantil - Os contratos de arrendamentos mercantis financeiros referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática e veículos e não contém cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que impõem restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.



01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O saldo de contratos de arrendamento mercantil financeiro, em 31 de março de 2010, registrados pela Companhia era de R\$ 15.635 (R\$ 16.348 em 31 de dezembro de 2009) no passivo, e R\$ 15.808 (R\$ 16.572 em 31 de dezembro de 2009) no ativo. Este arrendamento mercantil deverá ser liquidado da seguinte forma: R\$ 6.390 até um ano, e R\$ 9.245 até cinco anos, não havendo pagamento acima de 5 anos. Os pagamentos de arrendamento mercantil foram de R\$ 2.189 durante o período.

A garantia do arrendamento mercantil é o valor residual dos ativos, no montante de R\$ 15.808 em 31 de março de 2010 e de R\$ 16.572 em 31 de dezembro de 2009.

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants"), relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

- b) Os valores relativos ao principal de empréstimos e financiamentos apresentam a seguinte composição de moeda e indexadores:

### b1) Moeda estrangeira

	31.3.2010			31.12.2009		
	US\$	R\$	%	US\$	R\$	%
Taxa Fixa	52	92	100,00	59	103	100,00
Taxa Variável (*)	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>92</b>	<b>100,00</b>	<b>59</b>	<b>103</b>	<b>100,00</b>

### b2) Moeda nacional

	31.3.2010		31.12.2009	
	R\$	%	R\$	%
CDI	1.914.520	79,61	1.912.887	79,61
Taxa fixa	490.253	20,39	489.929	20,39
<b>Total</b>	<b>2.404.773</b>	<b>100,00</b>	<b>2.402.816</b>	<b>100,00</b>

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- c) Em 31 de março de 2010, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures, e o custo de transação a amortizar, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Moeda estrangeira		Moeda nacional	Custo de transação a amortizar
	US\$ mil	R\$	R\$	R\$
2011	7	14	259.368	(6.622)
2012	15	26	280.092	(5.976)
2013	15	26	280.092	(4.755)
2014	-	-	110.112	(3.616)
2015	-	-	185.074	(3.218)
2016	-	-	295.000	(2.629)
2017	-	-	145.000	(1.862)
2018	-	-	295.000	(1.207)
após 2018	-	-	60.000	(305)
	<b>37</b>	<b>66</b>	<b>1.909.738</b>	<b>(30.190)</b>

Os custos de transação são considerados no cálculo da taxa efetiva de juros e são apropriados ao resultado de cada exercício de acordo com a mesma.

- d) A movimentação dos empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas é como segue:

	31.12.2009	Ingressos e Transferências	Provisão	Amortização	Variação Cambial	Pagamento	31.3.2010
<b><u>CIRCULANTE</u></b>							
Principal	524.390	(433)	-	2.315	(1.008)	(13)	525.251
Encargos de Dívida	93.198	-	73.727	-	-	(96.649)	70.276
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>							
Principal	1.878.529	737	-	347	1	-	1.879.614
	<b>2.496.117</b>	<b>304</b>	<b>73.727</b>	<b>2.662</b>	<b>(1.007)</b>	<b>(96.662)</b>	<b>2.475.141</b>

## 16. Obrigações com Entidade de Previdência Privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

Os custos de patrocínio dos planos de pensão e eventuais déficits (superávits) dos planos são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 600/2009, que revogou a Deliberação CMV nº 371/2000.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

#### 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial, quando aplicáveis, são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data base 31 de dezembro de 2009.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos pelo valor que exceder o limite de 10% em relação ao total dos ativos ou obrigações do plano, o que for maior (critério de corredor). O ganho ou perda atuarial líquido acima do maior valor entre 10% da obrigação do benefício e 10% do valor de mercado dos ativos do plano é amortizado ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados ativos.

A Companhia, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

O custeio do plano para a parcela de benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados, enquanto que o custeio da parcela de contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5% de sua remuneração. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado na data de suas privatizações, a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a Fundação Cesp a partir de 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar ("SPC"), na forma de contratos de confissão de dívida e contrato de ajustes de reserva matemática. Estes contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis, conforme segue:

	31.3.2010	31.12.2009
<b><u>Empréstimos e financiamentos:</u></b>		
Confissão de dívida IIa (i)	362.941	364.922
Confissão de dívida IIb (ii)	188.390	189.417
Contrato de ajustes de reserva matemática (iii)	1.922.769	1.899.505
<b>Total do Contrato</b>	<b>2.474.100</b>	<b>2.453.844</b>
Parcela não registrada (*)	(1.045.972)	(1.009.811)
<b>Total Registrado</b>	<b>1.428.128</b>	<b>1.444.033</b>

A movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.444.033
Despesa do período	40.974
Pagamentos de contribuições	(56.879)
Saldo em 31 de março de 2010	<b>1.428.128</b>

(\*) A parcela do contrato de ajuste de reserva não registrada em 31 de março de 2010, no montante de R\$ 1.045.927 (R\$ 1.009.811 em 31 de dezembro de 2009) é decorrente da diferença de premissas utilizadas pela Companhia para fins de atendimento da Deliberação CVM nº 600/2009 e aquelas utilizadas pela Fundação Cesp (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento das Resoluções do Conselho Geral de Previdência Complementar, órgão regulador dos fundos de pensão. Por ter o referido contrato de confissão de dívida um montante variável e ser ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da Fundação CESP, essa diferença será eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

#### 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (i) Refere-se a Instrumento Particular de Aditivo ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida e outras Avenças, assinado em 11 de fevereiro de 1999, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar e aditado pela terceira vez em 13 de agosto de 2009, para pagamento em 233 parcelas mensais, a partir de 31 de dezembro de 2008. Esse contrato é corrigido por índice contratualmente estipulado: IGP-DI + 6% ao ano ou variação da TR + 8% a.a., dos dois o maior.
- (ii) Refere-se ao valor de mercado dos imóveis da Eletropaulo devolvidos pela Fundação Cesp à Companhia, em 31 de dezembro de 1999, aditado pela terceira vez em 13 de agosto de 2009, para pagamento em 233 parcelas mensais, a partir de 31 de dezembro de 2008. As parcelas mensais são corrigidas pela variação da TR + 8% ao ano ou por IGP-DI + 6% ao ano, deles o que for maior.
- (iii) Refere-se ao saldo líquido das reservas a amortizar, déficit e superávit técnico do BSPS, aditado pela segunda vez em 12 de agosto de 2008, para pagamento em 244 parcelas mensais, a partir de 31 de janeiro de 2008. Esse saldo é corrigido mensalmente pelo custo atuarial e ajustado anualmente com base na avaliação atuarial.

#### 17. Obrigações Estimadas

	31.03.2010	31.12.2009
<b><u>CIRCULANTE</u></b>		
Provisão - Férias	23.414	25.051
Provisão - 13º Salário	4.387	-
Provisão - Programa de desligamento voluntário	88	91
Provisão - Participação nos lucros e resultados	8.856	39.064
Provisão - Encargos sociais sobre férias e gratificações	10.504	9.301
Provisão - Bônus	3.734	2.952
<b>Total</b>	<b>50.983</b>	<b>76.459</b>

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

### 18. Provisão para Litígios e Contingências

A composição do saldo das provisões para litígios e contingências, e depósitos judiciais é como segue:

	Passivo		Ativo	
	Contingências		Depósito judicial	
	31.3.2010	31.12.2009	31.3.2010	31.12.2009
Trabalhista (a)	452.571	421.966	299.599	294.392
Cofins - Noventena (b)	19.822	19.595	-	-
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa (c)	25.887	24.385	23.680	22.167
Processos cíveis (d)	56.225	53.342	-	-
Processos administrativos - prefeituras (e)	1.298	1.580	-	-
Processos fiscais (e)	84.678	85.064	126.567	124.286
Meio Ambiente	12.396	12.913	-	-
Outros	21.310	21.179	15	15
<b>Total geral</b>	<b>674.187</b>	<b>640.024</b>	<b>449.861</b>	<b>440.860</b>
Circulante	304.272	269.702	-	-
Não Circulante	369.915	370.322	449.861	440.860
<b>Total geral</b>	<b>674.187</b>	<b>640.024</b>	<b>449.861</b>	<b>440.860</b>

(\*) A Companhia é patrocinadora do Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão PSAP/Eletropaulo ("Plano"), administrado pela Fundação Cesp ("Fundação"), entidade fechada de previdência complementar ofertado aos empregados da Companhia. Em 2010, a Companhia e a Fundação firmaram um termo onde a Fundação reconheceu o dever legal e exclusivo de realizar o pagamento de benefícios de suplementação de aposentadoria e pensão, oriundos de ações judiciais. Segundo o termo, tais pagamentos devem observar as atribuições previstas no regulamento do Plano e nos demais instrumentos jurídicos que norteiam o pagamento dos benefícios aos participantes e seus dependentes. Em função da assinatura do termo, a Companhia efetuou a reversão de R\$ 86.900 em provisões referentes a processos judiciais trabalhistas no exercício social de 2010.

- a) Trabalhista: os processos trabalhistas movidos por ex-funcionários da Companhia requerem, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e insalubridade e equivalência salarial para o desempenho de funções similares. Os valores dos depósitos judiciais relativos a reclamações trabalhistas são decorrentes da necessidade de constituições de depósitos judiciais correspondentes aos valores de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário.
- b) Cofins Noventena: A Companhia questionou judicialmente os valores relativos a noventena. O saldo remanescente foi formado por valores dos meses de maio a julho de 2004.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

- c) Plano Cruzado - Reajuste de tarifa: refere-se a processos movidos contra a Companhia por consumidores industriais questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DNAEE (atual ANEEL) em 1986, durante o período em que o plano econômico que estabelecia o congelamento de preços estava em vigor, de março a novembro de 1986. Foram revisados os processos e alguns tiveram seus valores alterados amparados em decisões transitadas em julgado que extinguíram em parte os processos relativamente ao valor do principal. Atualmente, os processos prosseguem apenas com relação à parte controvertida resultante da diferença de cálculo do principal apresentado pelas partes.

d) Processos cíveis

A Companhia está atualmente envolvida em processos judiciais cíveis de natureza geral e especial e, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisões para os valores das demandas que se encontram passíveis de quantificação e tem suas chances de perda classificadas como provável. Atualmente tais demandas respondem pela provisão de aproximadamente R\$ 56.225 (R\$ 43.882 atualizada até março de 2011).

Os processos judiciais cíveis de natureza geral em que a Companhia figura no pólo passivo envolvem ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral. Atualmente tais demandas respondem pela provisão de aproximadamente R\$ 35.373 (R\$ 36.577 atualizada até março de 2011).

Os processos judiciais cíveis de natureza especial envolvem questões decorrentes do relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos, bem como questões que envolvam a agente fiscalizadora, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público. Atualmente tais demandas respondem pela provisão de aproximadamente R\$ 20.852 (R\$ 7.305 atualizada até março de 2011).

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

Dentre os casos que compõe os denominados cíveis de natureza especial, merecem destaque as demandas:

**(d.1) SEEBLA - Serviços de Engenharia Emílio Baumgart**

A SEEBLA ajuizou ação de cobrança por meio da qual alegou ter elaborado 432 (quatrocentos e trinta e cinco) desenhos além dos que haviam sido inicialmente previstos em contrato celebrado em 12 de novembro de 1992 para prestação de serviço de engenharia consultiva de projetos de edificações (antigo projeto executivo da sede da Companhia). De acordo com a SEEBLA, referidos trabalhos adicionais deveriam ser remunerados de acordo com o número de horas gastas para sua elaboração, conforme tabela de honorários por atividade realizada que constava do contrato. A Ação foi julgada procedente, tendo a Companhia sido condenada ao pagamento dos aludidos desenhos, cujo recebimento restou comprovado nos autos. Com o trânsito em julgado dessa decisão, foi iniciada a fase de cumprimento de sentença, tendo a SEEBLA apresentado memória de cálculo no valor de R\$ 22.000 como representativo dos trabalhos adicionais realizados. Contudo, em vista do alto risco de pagamento no caso de eventual êxito da SEEBLA, foi realizado um acordo para pagamento do montante de R\$ 8.000 em dezembro de 2010. Conforme os termos do acordo, a Companhia realizou o pagamento e o processo foi encerrado.



---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

**(d.2) Represa Guarapiranga**

O Ministério Público do Estado de São Paulo moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural Eletropaulo visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as Rés, solidariamente, ao cumprimento de obrigação de fazer visando a implementação de medidas de reparação ambiental, bem como à demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com a implementação do plantio de árvores indicado na perícia técnica realizada. As Rés terão 90 dias, a contar da notificação da fase de execução, para adimplir a referida obrigação de fazer, sob pena de multa diária de R\$ 1, sem prejuízo da possibilidade do MP providenciar o cumprimento da obrigação às expensas das Rés. As Rés também foram condenadas ao pagamento da quantia de R\$ 9.348 (montante atualizado até 31 de março de 2010) pelos danos ambientais irreversíveis, sendo que alternativamente ao pagamento da condenação, as Rés poderão optar por uma das alternativas trazidas pelo perito no laudo técnico. Essas alternativas consistem (i) na implantação imediata de um projeto ambiental devidamente aprovado junto ao órgão ambiental competente, avaliado na ordem de R\$ 306 (atualizado equivale a aproximadamente R\$ 870), ou (ii) na cessão ao Estado de uma área verde desocupada, localizada em zona de mananciais e também avaliada em R\$ 306 (desde que devidamente aprovada pelo órgão ambiental competente). A sentença condenatória foi integralmente mantida em 2ª instância, tendo a Companhia interposto recursos especial e extraordinário em face de tal acórdão, os quais tiveram seguimento negado. Em junho de 2007, a Companhia apresentou agravos em face dos dois despachos denegatórios. Tendo-se em vista a manutenção da decisão denegatória de seguimento ao recurso especial apresentado pela Companhia, em 31 de março de 2011, aguardava-se julgamento do agravo interposto contra o despacho que denegou seguimento ao recurso extraordinário da Companhia. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda desta ação são prováveis, o que justifica a constituição de provisão do valor relativo à condenação alternativa e à demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com a implementação do plantio de árvores indicado na perícia técnica realizada. Em 31 de março de 2010 a melhor estimativa de perda é de aproximadamente R\$ 1.617.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- e) Processos Administrativos - Prefeituras: existem processos de natureza administrativa de prefeituras. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável.
- f) Processos Fiscais: existem processos fiscais de natureza geral. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

A movimentação das contingências classificadas como prováveis foi como segue:

	Passivo				31.03.2010
	31.12.2009	Ingressos	Atualizações	Baixas/ Pagamentos	
Trabalhista	421.966	50.953	7.002	(27.348)	452.573
Cofins - Noventena	19.595	-	227	-	19.822
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa	24.385	1.677	820	(996)	25.886
Processos cíveis	53.342	4.853	2.378	(4.348)	56.225
Processos administrativos - prefeituras	1.580	-	-	(282)	1.298
Processos fiscais	85.064	(53)	1.427	(1.760)	84.678
Meio Ambiente	12.913	-	-	(518)	12.395
Outros	21.179	131	-	-	21.310
<b>Total geral</b>	<b>640.024</b>	<b>57.561</b>	<b>11.854</b>	<b>(35.252)</b>	<b>674.187</b>
Circulante	269.702				304.272
Não Circulante	370.322				369.915
<b>Total geral</b>	<b>640.024</b>				<b>674.187</b>

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Conforme preceitua o Pronunciamento Técnico CPC 25 (IAS 37), aprovado pela Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009, seguem resumidas abaixo as discussões judiciais cujas probabilidades de perda estão classificadas como possível, e portanto, descritas somente para fins de divulgação. A avaliação das probabilidades está embasada em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Companhia (atualizados até 31 de março de 2011).

Notas	Valor estimado da Contingência
18.1 Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986	1.136.535
18.2 Enquadramento de Consumidores - Ação Civil Pública	Não determinado
18.3 Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais	Não determinado
18.4 Revisão Tarifária - Benefício Fiscal	Não determinado
18.5 Autuações PCLD - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	44.009
18.6 Ação Civil Pública Plano Cruzado - ASSOBRAE e ANDEC	Não determinado
18.7 Ação Popular - Maruzan Conrado	16.867
18.8 Ecovias - Remanejamento de Postes	Não determinado
18.9 Ecovias - Uso do solo	Não determinado
18.10 AIT	75.036
18.11 Ação Civil Pública - City Boaçava	Não determinado
18.12 Ação Civil Pública - ETD Panorama	Não determinado
18.13 Ação Civil Pública - Suspensão do Fornecimento	Não determinado
18.14 Ação Civil Pública - Contas Vencidas - 90 dias	Não determinado
18.15 Recolhimento do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	83.154
18.16 PASEP - Suspensão de Exigibilidade	32.125
18.17 NFLDs - Execuções Fiscais	47.756
18.18 CSLL - Base Negativa (2 processos)	102.689
18.19 Execuções Fiscais Municipais - Diversas	22.195
18.20 PIS - Decretos nºs 2445/1988 e 2449/1988	39.100
18.21 PIS - Estatuto da Decadência	230.289

### 18.1) Eletrobrás - Contrato de Financiamento

Em novembro de 1986 a Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo Estatal), obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1046/1986 empréstimo das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

Tendo em vista os questionamentos que surgiram acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado e a impossibilidade de se chegar a um entendimento com a Eletrobrás, em dezembro de 1988 a Eletropaulo Estatal propôs Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobrás.

Ao propor a demanda acima mencionada, a Eletropaulo Estatal realizou o depósito judicial do valor que apurou como representativo do saldo devedor, qual seja, aquele que era composto pelo valor principal acrescido de correção monetária anual.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

Após apresentar a sua defesa na Ação de Consignação em Pagamento, em abril de 1989 a Eletrobrás ajuizou Ação de Cobrança contra a Eletropaulo Estatal perante a 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro (5ª Vara Cível), fundamentando seu pedido de cobrança na alegação de que os valores depositados na Ação de Consignação não estavam de acordo com os termos do Contrato de Financiamento ECF 1046/1986, já que este, de acordo com a interpretação da Eletrobrás, previa correção monetária mensal do valor principal e não anual conforme sustentado pela Eletropaulo Estatal.

Durante o andamento de ambas as ações, foi firmado o Protocolo de Cisão em 22 de dezembro de 1997, onde a Eletropaulo Estatal foi cindida em 04 (quatro) empresas, quais sejam: atual Eletropaulo Metropolitana - Eletricidade de São Paulo S.A. (Companhia), Bandeirante Energia S/A. (Bandeirante), Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A. (EMAE) e Empresa Paulista de Transmissão de Energia S/A. (EPTE), sendo que esta última acabou por ser incorporada pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP).

Em abril de 1999, a 5ª Vara Cível, em decisão de primeira instância, julgou tanto a Ação de Cobrança como a Ação de Consignação em Pagamento em favor da Eletrobrás, reconhecendo, na primeira ação, que a correção monetária do Contrato de Financiamento ECF 1046/1986 é mensal e, na segunda ação, que o valor depositado pela Eletropaulo Estatal não estava de acordo com os termos do mencionado Contrato, reconhecendo que a Eletropaulo Estatal estava em mora com a Eletrobrás.

Ao não enviar os termos da Sentença para uma reanálise do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), na medida em que não apresentou quaisquer dos Recursos cabíveis à época em que as ações foram sentenciadas, a Eletropaulo Estatal sagrou-se perdedora em todas as questões referentes à correção monetária do referido Contrato de Financiamento.

Em setembro de 2001, a Eletrobrás iniciou Ação de Execução, também na 5ª Vara Cível, e, com base no seu entendimento dos termos constantes do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal exigiu, em termos proporcionais da Companhia (90,11%) e da CTEEP (9,89%) os valores que lhes teriam sido transferidos como passivo.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

Por conta de tal posicionamento, foi exigido da CTEEP o pagamento de valor correspondente ao depositado na Ação de Consignação em Pagamento (valor principal do Contrato de Financiamento acrescido de correção monetária anual) e da Companhia de valor que corresponde aos atuais, aproximados, de R\$ 1.136.535 (atualizados até 31 de março de 2011), quantia que representa a diferença entre a correção anual e a correção mensal do Contrato de Financiamento.

Em novembro de 2002, em decisão de primeira instância, a 5ª Vara Cível não acolheu os argumentos da Companhia e a manteve como parte do processo, sendo que desta decisão foi apresentado Recurso perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).

Em setembro de 2003 o TJRJ acolheu todos os argumentos levados pela Companhia, acabando por reconhecer, com base no Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal, que a Companhia não seria responsável pela quitação do Contrato de Financiamento ECF 1046/1986, já que o passivo por ele representado teria sido vertido à EPTE, empresa incorporada pela CTEEP.

Tendo em vista a decisão que lhes foi desfavorável a Eletrobrás, em dezembro de 2003, e a CTEEP em março de 2004, apresentaram Recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) com vistas à cassação da decisão do TJRJ.

Sem adentrar nos mérito dos processos ou nas disposições do Contrato de Financiamento, em junho de 2006, o STJ reverteu a decisão que eximia a Companhia de qualquer responsabilidade pelos débitos discutidos no processo e, mais importante, a excluía da relação litigiosa. De acordo com a mencionada Corte Superior, o litígio entre as partes requer a apreciação de questões através de procedimento que não a Exceção de Pré-Executividade interposta e, por tal motivo, o processo deveria retornar à primeira instância (5ª Vara Cível) para uma completa análise das questões que envolvem as três empresas (Companhia, CTEEP e Eletrobrás), o Contrato de Financiamento e o Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal.

Contra esta decisão perante o STJ foram apresentados, em dezembro de 2006, “Embargos de Declaração” e, em abril de 2007, “Embargos de Divergência” e “Recurso Extraordinário”, sendo que todos os recursos foram decididos contra a Companhia.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

Tendo sido apresentados todos os recursos cabíveis, tanto no STJ como no STF, e não cabendo qualquer outra medida, o processo foi devolvido à primeira instância (5ª Vara Cível).

Paralelamente, em fevereiro de 2008, a CTEEP ajuizou Ação Ordinária contra a Companhia e a Eletrobrás perante a 5ª Vara Cível, sendo que o referido processo visa à obtenção de decisão que reconheça a CTEEP como não responsável pelo pagamento de qualquer quantia que esteja sendo cobrada pela Eletrobrás em virtude das ações que tiveram por objeto a discussão dos termos do Contrato de Financiamento ECF 1046/1986. Em setembro de 2008, a Companhia apresentou sua defesa, sendo que tal demanda no momento se encontra suspensa para análise de questões referentes ao local correto para julgamento do feito.

No dia 17 de abril de 2009, com base no Código de Processo Civil Brasileiro (CPC), a Eletrobrás solicitou que seja iniciado o procedimento judicial de “Liquidação de Sentença por Arbitramento” perante a 5ª Vara Cível, procedimento este que visa auferir o valor em discussão através de trabalho a ser realizado por perito judicial.

Em 26 de maio de 2009, a Companhia apresentou manifestação concordando com a apuração de valores através de cálculos por Liquidação de Sentença, mas ressaltando que neste processo a forma mais adequada para apuração de valores seria a Liquidação de Sentença por Artigos, e não por Arbitramento, como sugerido pela Eletrobrás, na medida em que diversos dos pontos do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal devem ser analisados em sua plenitude, já que não foram observados pela sentença de 1999, em especial toda e qualquer questão relativa a qual das empresas cindidas (controlada Eletropaulo e/ou CTEEP) cabe a responsabilidade pelo pagamento.

Em 25 de fevereiro de 2010 a D. Juíza da 5ª Vara Cível acolheu o pedido de Liquidação de sentença por Arbitramento, sendo que em vista dos termos da mencionada decisão, a Companhia apresentou Embargos de Declaração à 5ª Vara Cível postulando que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, e a Eletrobrás apresentou impugnação à nomeação do perito, sendo que ambos foram rejeitados pela D. Juíza da 5ª Vara Cível em 4 de março de 2010.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

#### 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

Contra a rejeição de seu recurso, em 31 de março de 2010, a Companhia apresentou Agravo de Instrumento perante o TJRJ, o qual foi acolhido em 15 de abril de 2010, para determinar a ampla produção de provas acerca dos fatos que norteiam a responsabilidade pelo pagamento do débito, restando decidido que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, conforme requerido pela Companhia.

Em 28 de Abril de 2010, a Eletrobrás apresentou recurso perante TJRJ objetivando o reconhecimento da suspeição do perito, sendo tal recurso reconhecido como prejudicado pelo TJRJ em 14 de maio de 2010, em virtude da decisão que acolheu o recurso apresentado pela Companhia. Isso se deu em virtude do fato de que o procedimento de liquidação de sentença deverá ser reiniciado perante a 5ª Vara Cível.

Em março de 2011 a Companhia tomou conhecimento que, em 6 de dezembro de 2010, a Eletrobrás teria solicitado a iniciação do processo de liquidação e que por tal motivo, o processo teria sido submetido à análise da 5ª Vara Cível.

Em vista do fato de que até 31 de março de 2011 a Companhia e a CTEEP não tinham sido intimadas sobre o pedido apresentado pela Eletrobrás, estima-se que a resposta das mesmas às considerações apresentadas deve ocorrer durante o segundo trimestre de 2011. Estima-se ainda, que os mencionados trabalhos periciais se estendam durante o ano de 2011 e que o procedimento judicial de Liquidação de Sentença por Artigos não se encerre em um prazo inferior a 6 meses a ser contado do início dos trabalhos periciais, sendo certo que, ao final dos trabalhos, caberá ao perito apontar o montante da dívida e o(s) responsável(is) pelo pagamento.

Encerrado o Procedimento Judicial de Liquidação de Sentença, e se forem apurados valores a serem pagos pela Companhia, a Eletrobrás poderá reiniciar o processo de execução contra a Companhia, sendo que, quando tal fato acontecer, para que a Companhia possa se defender, será necessário apresentar garantia nos termos do Código do Processo Civil Brasileiro.

Ainda de acordo com o disposto no Código do Processo Civil Brasileiro, a Eletrobrás terá o direito de solicitar ao juízo da causa o levantamento da garantia ofertada pela Companhia, mesmo antes da decisão final. Na eventualidade da solicitação da Eletrobrás ser deferida, a Companhia poderá ter um desembolso de caixa e impacto negativo em seu resultado, uma vez que o referido desembolso passará a ser tratado como um ativo contingente em vista da possibilidade de sua recuperação quando da decisão final do mérito da causa.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

Os assessores legais da Companhia mantém a classificação de êxito como possível. Desta forma, de acordo com o que preceitua o Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009, não é requerida qualquer provisão até 31 de março de 2011.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$ 1.136.535 (atualizado até 31 de março de 2011).

**18.2) Enquadramento de Consumidores na Tarifa Baixa Renda - Ação Civil Pública**

O Ministério Público Federal e a Pró-Teste ingressaram em 1º de junho de 2005 com uma ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL requerendo o enquadramento na sub-classe baixa renda as unidades consumidoras incluídas nos empreendimentos habitacionais de interesse social. O pedido de tutela antecipada para determinar o imediato enquadramento dos mencionados consumidores na sub-classe baixa renda foi indeferido e esta decisão foi objeto de recurso da Pró-Teste para o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, sendo mantida a decisão de indeferimento. Em outubro de 2008 a demanda foi julgada improcedente. Contra a decisão que lhes foi desfavorável, os autores apresentaram recursos perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região. O valor envolvido nesta ação não pode ser estimado, uma vez que se trata de ação civil pública e, em sendo alterado o teor da decisão que foi favorável à Companhia, os usuários deverão requerer individualmente o cumprimento e os benefícios decorrentes da decisão. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda da ação são possíveis. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.



---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**18.3) Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais**

O Ministério Público Federal instaurou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL visando à desconsideração dos valores do contrato firmado entre as Companhia e Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. O valor da causa era de Companhia R\$ 553, em 30 de setembro de 2007. A liminar foi indeferida e contra esta decisão foi interposto recurso ao Tribunal Regional Federal da 3ª região, ao qual foi negado provimento. Após a apresentação das contestações e conseqüentes réplicas, a demanda foi julgada improcedente. Contra a decisão que lhe foi desfavorável, o Ministério Público Federal interpôs recurso de apelação, o qual aguarda julgamento. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda da ação são possíveis. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da Companhia deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.

**18.4) Revisão Tarifária - Benefício Fiscal**

Em 25 de agosto de 2005 foi distribuída Ação por conta da análise da Revisão Tarifária de 2003, o Tribunal de Contas da União emitiu parecer desfavorável à ANEEL e à Companhia, fazendo constar em seu acórdão que a Companhia teria sido beneficiada indevidamente em razão da indevida contabilização dos benefícios gerados pelo pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária. Em vista de tais argumentos, o Ministério Público Federal propôs ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, visando o reconhecimento e conseqüente extinção do benefício indevidamente gerado, bem como a devolução aos clientes dos valores supostamente cobrados a maior. Com a apresentação de defesa pelas partes requeridas e o encerramento da fase de produção de provas, o processo foi julgado favoravelmente em primeira instância à Companhia, sendo mencionado que não houve qualquer benefício indevido por parte da mesma. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda da ação são possíveis. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**18.5) Autuações PCLD - Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa**

Pela ANEEL foram lavrados dois autos de infração(em 28 de janeiro de 2004 e em 30 de maio de 2005) em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD - Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa. Contra tais autuações, a Companhia propôs dois mandados de segurança com o objetivo de anular tais autuações. Ambas as ações foram julgadas improcedentes, sendo que contra as decisões de primeira instância foram apresentados os Recursos cabíveis, os quais aguardam julgamento pelo Tribunal competente. Com base no último cálculo apresentado pela ANEEL o valor monta a R\$ 44.009 (atualizado até 31 de março de 2011). Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda da ação são possíveis. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor acima.

**18.6) Ação Civil Pública Plano Cruzado - ASSOBRÁEE e ANDEC**

A ASSOBRÁEE alega que a Companhia, nos meses de março a novembro de 1986, teria se beneficiado do aumento supostamente ilegal de 20% na cobrança de suas tarifas de energia elétrica fixado pelas Portarias nº. 38/1986 e 45/1986 do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (“DNAEE”) durante a vigência do Plano Cruzado. À vista disso, requer a devolução dos valores pagos por todos os usuários de energia elétrica naquele período. Em 14 de março de 2011 sobreveio decisão de 1ª Instância favorável à Companhia, sendo consignado que por não ser a ASSOBRÁEE legitimada a representar consumidores comerciais e industriais, únicos afetados pelas mencionadas portarias, a mesma carecia do direito de mover ação coletiva contra a Companhia. Em 31 de março de 2011, o processo aguardava a apresentação de eventual recurso por parte da ASSOBRÁEE. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda da ação são possíveis. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação. O valor deste processo não é possível de ser determinado em função de depender de ações individuais dos consumidores.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**18.7) Ação Popular - Maruzan Conrado**

Em 26 de janeiro de 2006, o Sr. Maruzan Conrado Oliveira, propôs ação popular contra a Companhia, a SABESP, o Município de Taboão da Serra e o Sr. Fernando Fernandes Filho visando a desconstituição do acordo de Reconhecimento, Confissão e Parcelamento de dívida celebrado entre os co-réus, bem como o ressarcimento dos danos que supostamente teriam sido causados ao erário público. De acordo com o autor os Termos de Confissão de Dívidas pactuados pela Municipalidade não estariam em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois culminariam na assunção de despesas que não poderiam ser cumpridas integralmente dentro do respectivo mandato do Sr. Fernando Fernandes de Oliveira. O processo encontra-se em fase de instrução. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda da ação são possíveis. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$ 16.867 (atualizado até 31 de março de 2011).

**18.8) Ecovias - Remanejamento de Postes**

Em 4 de junho de 2002, a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ajuizou demanda judicial visando obrigar a Companhia a remanejar os postes nas rodovias por ela administradas ou colocar defensas metálicas, sem qualquer ônus para a autora. No momento, aguarda-se a conclusão de trabalhos periciais. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda da ação são possíveis. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

**18.9) Ecovias - Uso do Solo**

Em 28 de agosto de 2003, a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ajuizou demanda judicial contra a Companhia visando legitimar a cobrança de preço público pelo uso do solo ocupado pelos postes de iluminação, instalados nas faixas de domínio das rodovias por ela administradas, pretendendo também emitir autorização para fixação de postes. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda da ação são possíveis. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**18.10) AIT**

Em 25 de junho de 2002, a AIT ajuizou ação indenizatória contra a Companhia, por meio da qual requereu o pagamento de indenização em razão de suposta perda de participação no mercado de informática que teria sido ocasionada pelo descumprimento e posterior rompimento do contrato firmado com a Eletropaulo Estatal. A autora pleiteia, ainda o ressarcimento: a) dos valores que teria pago nas rescisões trabalhistas de seus funcionários; b) dos juros e encargos de mora relativos aos tributos que não foram pagos nas datas de seus vencimentos; e, c) dos encargos decorrentes de empréstimos contraídos em virtude do inadimplemento do contrato pela Companhia. Proferida decisão pela 1ª instância, com base em um dos cenários apresentados pelo perito judicial, decidindo que a AIT deveria receber R\$ 51.000 pelos danos sofridos. A Companhia agora discute a questão em sede recursal. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda da ação são possíveis. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar aproximadamente o valor de R\$ 75.036 (atualizado até 31 de março de 2011).

**18.11) Ação Civil Pública - City Boaçava**

A Sociedade Amigos do Bairro City Boaçava moveu ação civil pública que visa impedir o reforço na linha de transmissão LTA Pirituba-Bandeirante 3-4, sob a alegação de que as radiações oriundas dos campos eletromagnéticos gerados pela referida linha produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem em suas imediações. Foi proferida sentença parcialmente procedente determinando que a Companhia reduza o campo eletromagnético gerado pela linha a 1 (um) micro-tesla a uma altura de um metro e meio do solo, sob pena de multa diária de R\$ 500 e, ainda, ao custeio da medição diária do referido campo. Contra a mencionada decisão, foi interposto recurso de apelação, o qual foi julgado em desfavor da Companhia. Em vista das questões constitucionais contidas na decisão, foi interposto recurso extraordinário, o qual aguarda julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. Em 3 de março de 2011, por conta de um requerimento apresentado pela Companhia, o Supremo Tribunal Federal suspendeu os efeitos da decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo até o julgamento do mérito do recurso apresentado. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda da ação são possíveis. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**18.12) Ação Civil Pública - ETD Panorama**

A Sociedade Amigos da Cidade Jardim moveu uma ação civil pública que visa impedir a construção da ETD Panorama, sob a alegação de que as radiações oriundas dos campos eletromagnéticos gerados pela referida ETD produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem em suas imediações. A ação foi julgada improcedente e foram opostos embargos de declaração pela parte contrária, que foram rejeitados. Foi interposta apelação pela Sociedade. Em 31 de março de 2011, aguardava-se julgamento do recurso interposto pela Sociedade perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda da ação são possíveis. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

**18.13 Ação Civil Pública - Suspensão no Fornecimento**

O Departamento de Assistência Judiciária e Defesa do Consumidor de Santo André ajuizou ação civil pública contra a Companhia objetivando (1) impedir a suspensão do fornecimento de energia elétrica dos usuários do Município de Santo André em virtude da apuração de fraude nas instalações de medição, (2) a declaração de nulidade dos termos de confissão de dívida firmados com os munícipes de Santo André, com a conseqüente devolução em dobro dos valores eventualmente recebidos indevidamente e, ainda, (3) que no caso de apuração de fraudes, seja a Companhia obrigada a demonstrar a autoria e materialidade das eventuais fraudes apuradas bem como estipular critérios objetivos para sua apuração. Decisão parcialmente procedente em 1ª instância, declarando nula as confissões de dívidas firmadas pela ameaça de corte, determinando ainda que o prazo para a cobrança por motivo de corte não exceda em um ano e que os cortes não mais ocorram, além de condenação por danos morais. Em 31 de março de 2011 o processo aguardava discussão em 2ª instância. Os assessores legais da Companhia classificam como possíveis as chances de perda. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá impacto em suas operações, bem como terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**18.14 Ação Civil Pública - Contas Vencidas - 90 dias**

Em 15 de abril de 2005, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a Companhia objetivando (1) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso para 90 dias, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), (2) também de acordo com o CDC, a restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram confissões de dívida que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (ex proprietários, inquilinos ou ocupantes), e, por fim, (3) que ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela Companhia. Pela 1ª Instância foi proferida sentença parcialmente procedente, determinando que seja procedido o reembolso dos valores erroneamente cobrados de consumidores que assinaram confissões de dívida que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros no prazo de 255 dias. Contra tal decisão a Companhia apresentou recurso perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, o qual aguarda julgamento. Pelo Ministério Público Federal foi requerido o imediato cumprimento da decisão de 1ª instância, sendo que no momento é aguardado o cumprimento da parte da sentença que determina a identificação dos Consumidores porventura atingidos pela decisão e a quantificação do valor envolvido na demanda judicial. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda da ação são possíveis. A Companhia ainda está apurando o valor a ser desembolsado, caso haja uma decisão final desfavorável.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**18.15) Recolhimentos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**

Em 5 de novembro de 1998, foram lavradas pela Caixa Econômica Federal três notificações referentes ao período de janeiro de 1993 a setembro de 1998 por suposta ausência de recolhimento do FGTS. A fiscalização identificou que a Companhia teria deixado de computar parcelas integrantes da remuneração dos empregados, sonegando recolhimentos fundiários e identificando empregados em situação irregular. A Companhia apresentou defesa e recurso administrativo alegando, em resumo, nulidade e afronta ao princípio da legalidade, eis que as notificações se limitam às diferenças dos lançamentos contábeis no livro razão em relação à folha de pagamento para extrair o fato gerador da obrigação contributiva do FGTS, constituindo, ademais, verdadeira presunção. A defesa e o recurso administrativos, no entanto, foram indeferidos. Assim, com o encerramento do processo administrativo, em 22 de março de 2007, esses débitos foram inscritos na dívida ativa no valor total de R\$ 83.154 (atualizado até 31 de março de 2011). Em 23 de março de 2007, a Companhia ajuizou ação cautelar e obteve liminar, mediante apresentação de carta de fiança, suspendendo a exigibilidade deste débito até decisão final. Os assessores legais da Companhia classificam como possíveis as chances de perda. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor acima.

**18.16) PASEP - Suspensão de Exigibilidade**

Trata-se de Mandado de Segurança apresentado com o objetivo de suspender a exigibilidade de supostos débitos de PASEP apurados no Processo Administrativo nº 10880.036851/90-51, bem como afastar todo e qualquer procedimento tendente à inscrição dos mesmos no CADIN e na Dívida Ativa da União Federal e, portanto, sua cobrança judicial. A liminar foi indeferida e o crédito inscrito na Dívida Ativa da União. Diante disto, a Companhia distribuiu Ação Cautelar, na qual foi deferida a medida liminar que suspendeu a exigibilidade do crédito mediante apresentação de fiança bancária. Contudo, foi proferida sentença julgando improcedente o pedido. A Companhia apresentou recurso contra tal decisão, o qual aguarda julgamento. Os assessores legais da Companhia classificam as chances de perda do processo como possíveis. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$ 32.125 (atualizado até 31 de março de 2011).

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**18.17) NFLDs - Execuções Fiscais**

Referem-se a execuções fiscais promovidas pelo INSS visando o pagamento de suposta falta de recolhimento de contribuições previdenciárias, que totalizam o valor de R\$ 47.756 (atualizado até 31 de março de 2011). A Companhia apresentou embargos à execução para todos os processos, realizando, portanto, o depósito em garantia judicial. Não houve até o presente momento o julgamento das execuções. Os processos se referem aos seguintes aspectos, segregadamente: (i) O processo nº 2004.61.82.030088-9 se refere à suposta falta de recolhimento de contribuição previdenciária relativa ao período de janeiro de 1998 até dezembro de 2001; (ii) O processo nº 2007.61.82.001769-0 se refere à suposta falta de recolhimento de contribuições previdenciárias relativas à folha de salário; (iii) Por fim, o processo nº 2004.61.82.050718-6 se refere à suposta falta de recolhimento da contribuição previdenciária relativa ao período de abril a agosto de 2001, assim como o mês de jul/2002. Os assessores legais da Companhia classificam como possíveis as chances de perda. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor acima.



---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

**18.18) CSLL - Base Negativa**

A Companhia propôs Ação Declaratória em 7 de novembro de 2005 visando afastar a aplicação da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, que determinou que as empresas objeto de cisão não poderiam utilizar créditos de base negativa de CSLL. Ocorre que a Companhia já realizou a compensação dos créditos de base negativa de CSLL, no montante de R\$ 102.689 (atualizado até 31 de março de 2011), certa de que a Medida Provisória acima mencionada não teria efeito sobre tais créditos em razão do princípio da irretroatividade das normas. A sentença proferida em primeira instância foi favorável à Companhia. Isto porque, o saldo de base negativa em questão se refere ao montante apropriado pela Companhia após a cisão de 1997. Antes da referida cisão, a Companhia possuía um saldo de base negativa da CSLL no valor de R\$ 1.518.134, sendo que as empresas cindidas deliberaram sobre a proporção que cada uma iria se apropriar desse montante. De acordo com o Protocolo de Cisão, a Companhia se apropriou de 67,56% do montante (R\$ 1.023.407). As alegações da Receita Federal do Brasil são no sentido de que a Companhia apenas poderia utilizar o saldo negativo de base de cálculo na proporção do montante do patrimônio líquido dividido entre as empresas cindidas, o que representaria 29,23% do total dos créditos (R\$ 443.751). Tal argumento se baseia nas limitações impostas pelo Decreto-Lei 2.341/1987 e Medidas Provisórias 1.858-6/1999 e 2.158-35/2001, que determinam a apropriação dos créditos à proporção do patrimônio líquido. Por outro lado, o principal argumento de defesa da Companhia é no sentido de que, à época da cisão, essa limitação apenas era aplicável para fins de Imposto de Renda e não para a CSLL. Atualmente aguarda julgamento do Recurso interposto pela Fazenda Nacional. Os assessores legais da Companhia classificam as chances de perda do processo como possíveis. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor acima.

Em que pese a vigência de decisão favorável na Ação Declaratória, a Receita Federal do Brasil lavrou um Auto de Infração e proferiu um Despacho Decisório em face da Companhia com vistas à exigência dos eventuais valores de CSLL compensados nos 3º e 4º trimestre de 2005 e anos calendários de 2006 e 2007 com o saldo negativo da base de cálculo da CSLL remanescente após a cisão parcial da empresa ocorrida em 1997, o qual se encontra em discussão nos autos da supramencionada ação declaratória. Até o presente momento, não foi proferida qualquer decisão nos mencionados processos administrativos.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**18.19) Execuções Fiscais Municipais - Diversas**

Trata-se de Execuções Fiscais, com chance de perda possível, promovidas por diversas Municipalidades que buscam o recolhimento de supostos débitos. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de R\$ 22.195 (atualizado até 31 de março de 2011).

**18.20) PIS - Decretos-Lei nºs 2.445/1988 e 2.449/1988**

A Companhia é parte em um processo que visa assegurar o direito de compensar pagamentos de PIS feitos entre 1988 e 1995, período durante o qual os Decretos-Lei nº 2.445 e nº 2.449 aumentaram a base de cálculo do PIS. O montante total do crédito da Companhia é de R\$ 276.000, dos quais já compensou R\$ 247.000, com base numa decisão inicial favorável proferida em setembro de 2002. Em fevereiro de 2003, o Governo Federal ingressou com recurso, que foi julgado e teve o respectivo acórdão publicado em 1º de fevereiro de 2006, por meio do qual restou reconhecido o direito da Companhia aos aludidos créditos, porém com a observância de prazo prescricional de apenas cinco anos. Como a decisão de Segunda Instância continha vícios, a Companhia opôs embargos de declaração, recebidos no efeito suspensivo. Tal decisão reduz drasticamente o crédito da Companhia. Todavia, considerando a jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ, no sentido de que o prazo prescricional, em casos como esse é de 10 anos, a Companhia interpôs recurso especial ao STJ, visando a resgatar a integralidade de seu crédito. O recurso foi julgado parcialmente favorável, reconhecendo que a Companhia poderá retroceder 10 anos em busca dos pagamentos indevidos para compensar créditos de PIS com débitos do próprio PIS. Com base em precedente do Supremo Tribunal Federal, os Decretos-Leis mencionados acima foram considerados inconstitucionais e os pagamentos a maior foram devolvidos como créditos aos contribuintes. As chances de perda envolvidas nesse processo são remotas, no que tange ao reconhecimento do crédito, e como possíveis quanto à compensação já ocorrida entre parte de tal crédito e outros tributos. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de R\$ 39.100 (atualizado até 31 de março de 2011) relativo à eventual aplicação de multa de mora de 20%. A estimativa do valor a desembolsar refere-se unicamente a eventual multa, uma vez que o valor de tributo e juros a pagar e a recuperar seriam equivalentes.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**18.21) PIS - Estatuto da Decadência**

Discussão judicial relativa aos débitos de PIS decorrentes das modificações na base de cálculo deste tributo impostas pela Medida Provisória nº. 1.407/1996. Em abril de 1996, a Companhia propôs ação judicial visando à inaplicabilidade das normas instituídas por esta Medida Provisória, discussão que terminou somente em 2008 com decisão favorável à Fazenda Nacional. Valendo-se desta decisão, a Receita Federal, por meio de Execução Fiscal, exigiu o pagamento dos valores de PIS que deixaram de ser recolhidos em razão da não aplicação da mencionada legislação. Contudo, em oposição às pretensões da Receita Federal, a Companhia apresentou defesa sustentando que os valores pretendidos pela Fazenda Nacional encontram-se atingidos pela decadência, uma vez que durante os anos de 1996 e 2008, os débitos tributários não haviam sido formalmente constituídos, conforme prevê o artigo 142 do Código Tributário Nacional. Até o momento, aguarda-se decisão de 1ª Instância. Os assessores legais da Companhia consideram como possíveis as chances de perda desta discussão, razão pela qual não foi constituída provisão. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$ 230.289 (atualizado até 31 de março de 2011). O Escritório de Advocacia que patrocina a defesa da Companhia classifica esta demanda judicial como de probabilidade de perda possível, sendo que tal classificação é baseada no fato de que o Superior Tribunal de Justiça ainda não ter se posicionado sobre o prazo decadencial a ser aplicado a casos similares.

**Cartas de fiança e caução**

Em 31 de março de 2011, a Companhia possuiu cartas de fiança para possíveis perdas contingentes e para compra de energia. As principais cartas de fianças da Companhia estão relacionadas abaixo:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	28	987.345	1,0% a 6,0%
Cível	8	12.635	1,0% a 2,5%
Trabalhista	27	51.353	1,0% a 6,0%
Diversos	32	9.242	1,4% a 2,5%

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

### 19. Outras Obrigações

	31.3.2010	31.12.2009
<b><u>CIRCULANTE</u></b>		
Devolução - Obrigações Vinculadas à Concessão	40.835	43.061
Empréstimo Compulsório Eletrobrás	3.319	3.420
Pagamento em Duplicidade - Baixa Tensão	3.257	3.257
Programa Baixa Renda	3.528	3.528
IPTU - Outras Prefeituras	155	155
PIS/Cofins Diferença de Alíquota	4.255	2.539
Taxa de Fiscalização - ANEEL	1.426	1.426
MP 66 Tesouro Nacional	6.374	-
Pagamento em Duplicidade	7.414	7.733
Ajuste de Faturas - Revisão de Faturamento	5.053	4.593
Outras	17.376	13.760
<b>Total</b>	<b>92.992</b>	<b>83.472</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>		
Obrigações Estimadas	-	2.040
Outras	21.803	21.466
<b>Total</b>	<b>21.803</b>	<b>23.506</b>

### 20. Patrimônio

#### a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 3.248.680, sendo R\$ 1.082.900 em ações ordinárias e R\$ 2.165.780 em ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração independente de reforma estatutária, está autorizada a aumentar o capital social até o limite do capital social autorizado emitindo as ações ordinárias e/ou preferenciais da classe A ou B, sem guardar proporções entre as espécies ou classes existentes. Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de novas ações emitidas em quaisquer aumentos de capital da Companhia, na proporção de suas participações no capital da Companhia. O Conselho de Administração deve deliberar sobre a emissão, colocação, preço e condições de integralização de ações ou bônus de subscrição, bem como fazer as chamadas de capital, nos limites do capital, nos limites do capital autorizado e suas alterações.

Em 31 de março de 2010 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.057.629. O capital social da Companhia está representado por 167.343.887 ações, sendo 66.604.817 ações ordinárias e 100.739.070 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As ações preferenciais não têm direito a voto e não são resgatáveis. No entanto, têm prioridade no reembolso de capital e direito a dividendos, não cumulativos, de 10% a mais do que os atribuídos às ações ordinárias e direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas de lucros em igualdade condições com as ações ordinárias.

### b) Composição acionária

	Tipo	31.3.2010 e 31.12.2009	
		Quantidade	%
<b>Acionistas</b>			
AES Elpa S.A.	ON	51.825.798	30,97
União Federal	ON	13.342.384	7,97
Outros	ON	1.436.635	0,86
<b>Subtotal</b>	ON	<b>66.604.817</b>	<b>39,80</b>
<b>Outros</b>	PNA	<b>2.369.349</b>	<b>1,42</b>
Companhia Brasileira de Energia	PNB	7.434.391	4,44
Light Participações - LIGHTPAR	PNB	2.095.644	1,25
Outros	PNB	88.839.686	53,09
<b>Subtotal</b>	PNB	<b>98.369.721</b>	<b>58,78</b>
<b>Total das ações</b>		<b>167.343.887</b>	<b>100,00</b>

### c) Reserva legal

Pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

### d) Reserva de capital

É composta por outorga de ações e/ou opção de compra de ações preferenciais da AES Corp aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia e suas controladas.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

e) Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

- I) O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.
- II) As ações preferenciais não têm direito a voto e não são resgatáveis. No entanto, têm prioridade no reembolso de capital e direito a dividendos, não cumulativos, de 10% a mais do que os atribuídos às ações ordinárias e direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas de lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias.
- III) Os juros sobre o capital próprio são calculados em conformidade com os limites estabelecidos na legislação tributária brasileira e fazem parte da totalidade dos dividendos distribuídos no ano. O imposto de renda corresponde a 15% do valor dos juros sobre capital próprio. Na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 16 de dezembro de 2009, foi deliberado o pagamento de juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 70.799 (bruto dos efeitos tributários), correspondentes a R\$ 0,40 por ação ordinária e R\$ 0,44 por ação preferencial.

f) Outros resultados abrangentes - ajustes de avaliação patrimonial

Em 31 de março de 2010 o saldo dos ajustes de avaliação patrimonial era composto pela mais valia dos ativos registrados em 1998 e 2007 e pela atualização dos bens do ativo financeiro de concessão. Em 31 de março de 2010 o saldo do ajuste de avaliação patrimonial (líquido de imposto de renda e contribuição social) relacionado com a mais valia dos ativos é no montante de R\$ 1.646.115 (R\$ 1.668.248 em 31 de dezembro de 2009). E em 31 de março de 2010, o saldo do ajuste de avaliação patrimonial (líquido de imposto de renda e contribuição social) relacionado à atualização dos bens do ativo financeiro de concessão é no montante de R\$ 5.430 (R\$ 7.021 em 31 de dezembro de 2009).

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Registro de mais-valia dos ativos: Após o processo de privatização da Companhia, os novos acionistas controladores determinaram o levantamento de um balanço especial com data-base em 1º. de abril de 1998, quando os ativos e passivos da Companhia foram avaliados pelo denominado “método de aquisição”. Na época, em razão de o “método de aquisição” não estar contemplado na literatura contábil brasileira, não foram efetuadas reavaliações periódicas subsequentes à data de aquisição. A Administração formalizou consulta à CVM buscando ter confirmado seu procedimento e entendimento da não necessidade de reavaliação periódica de seus ativos.

A CVM - Comissão de Valores Mobiliários através de Ofício, informou que o procedimento requerido pela Companhia “não poderia ser aceito” e que a Companhia deveria proceder à reavaliação periódica, nos termos da Deliberação CVM nº. 183/1995.

Em atendimento à decisão proferida pela CVM, a Companhia, por decisão de seu Conselho de Administração, elaborou o Laudo de Reavaliação do Ativo da Companhia, gerando o registro de um acréscimo do valor do ativo imobilizado da Companhia de R\$ 1.537.270, na época.

Conforme facultado pelo art. 4º da Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, a Administração da Companhia decidiu pela manutenção do saldo do ajuste de avaliação patrimonial constituída em período anterior à vigência da Lei nº 11.638/2007.

## 21. Resultado por Ação

	31.03.2010	31.03.2009
<b>Numerador:</b>		
Lucro líquido do período	222.916	115.184
<b>Denominador (em milhares de ações):</b>		
Média ponderada do número de ações ordinárias	66.605	66.605
Média ponderada do número de ações preferenciais	100.739	100.739
<b>Lucro por ação</b>		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	1,2564	0,6492
Lucro básico e diluído por ação preferencial	1,3821	0,7141

Em 31 de março de 2010 e 2009, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

### 22. Receita Operacional Líquida

	1.1.2010 a 31.3.2010			1.1.2009 a 31.3.2009		
	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores:</b>						
Residencial	5.610.943	3.646.469	1.416.202	5.457.621	3.493.573	1.225.446
Industrial	29.471	1.448.631	468.498	30.889	1.327.047	412.050
Comercial	349.598	2.803.599	971.759	360.811	2.656.940	871.354
Rural	758	6.718	327	807	6.352	857
<b>Poder Público:</b>						
Federal	1.212	37.773	13.077	1.148	35.220	11.505
Estadual	4.071	141.588	39.965	3.936	136.120	36.916
Municipal	8.867	99.314	36.974	8.470	94.285	33.913
Iluminação pública	1.498	221.870	43.840	1.483	226.154	39.943
Serviço público	1.222	137.922	37.787	1.209	142.488	36.102
Encargo de capacidade emergencial	-	-	3	-	-	6
Remuneração do ativo financeiro	-	-	22.104	-	-	14.734
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(1.477.967)	-	-	(1.530.451)
<b>Subtotal - Fornecimento</b>	<b>6.007.640</b>	<b>8.543.884</b>	<b>1.572.569</b>	<b>5.866.374</b>	<b>8.118.179</b>	<b>1.152.375</b>
<b>Outras</b>						
Transmissoras	-	-	(168)	-	-	-
PIS/Cofins Diferença de Alíquota	-	-	(1.716)	-	-	12.190
Não faturado	-	-	73.705	-	-	30.825
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	226	1.800.516	175.035	215	1.573.277	150.651
Transferência para atividades de distribuição	-	-	1.477.967	-	-	1.530.451
Energia no curto prazo	-	-	1.559	-	-	1.734
Receita de construção	-	-	108.583	-	-	103.558
Outras receitas	-	-	24.424	-	-	21.492
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>6.007.866</b>	<b>10.344.400</b>	<b>3.431.958</b>	<b>5.866.589</b>	<b>9.691.456</b>	<b>3.003.276</b>
Quota para Reserva Global de Reversão	-	-	(14.716)	-	-	(15.993)
Encargo de capacidade emergencial	-	-	(3)	-	-	(6)
Eficiência Energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(21.553)	-	-	(19.022)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(99.756)	-	-	(96.730)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	(105.081)	-	-	(76.540)
Encargos do Consumidor - outros encargos (Proinfa)	-	-	(9.296)	-	-	(3.972)
Lei nº 12.111 (**)	-	-	(6.374)	-	-	-
ICMS	-	-	(612.591)	-	-	(537.715)
Cofins - corrente	-	-	(248.760)	-	-	(221.016)
Pis - corrente	-	-	(54.007)	-	-	(47.984)
ISS	-	-	(172)	-	-	(170)
<b>Deduções a Receita a Bruta</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.172.309)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.019.148)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>6.007.866</b>	<b>10.344.400</b>	<b>2.259.649</b>	<b>5.866.589</b>	<b>9.691.456</b>	<b>1.984.128</b>

(\*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

(\*\*) A Lei 12.111/2009 dentre outras atribuições deu nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.991/2000, a qual estabelece que as distribuidoras de energia elétrica que operam nos Sistemas Interligados ficam obrigadas a recolher ao Tesouro Nacional, até 31 de dezembro de 2012, o adicional de 0,30% sobre a receita operacional líquida. Estabelece ainda que os referidos recursos serão utilizados para ressarcimento aos Estados e Municípios que tiverem eventual perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para a geração de energia elétrica, ocorrida nos 24 (vinte e quatro) meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.



01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

### 23. Custo do Serviço de Energia Elétrica

	MWh (*)		R\$	
	31.3.2010	31.3.2009	31.3.2010	31.3.2009
<b>a) Energia elétrica comprada para revenda:</b>				
ITAIPU	2.540.824	2.562.382	242.595	318.680
Contrato bilateral - AES Tiête (**)	3.014.562	2.786.571	458.213	417.205
Contrato bilateral - AES Uruguaiana	-	13.809	-	1.748
Contrato bilateral - Outros	2.921	6.512	915	1.211
Compra - CCEE	177.110	152.950	6.848	3.918
Compra - CCEAR	4.559.513	4.347.449	390.735	340.030
Proinfa	208.868	164.245	60.477	55.982
(-) Créditos PIS/Cofins	-	-	(108.632)	(93.990)
<b>Total</b>	<b>10.503.798</b>	<b>10.033.918</b>	<b>1.051.151</b>	<b>1.044.784</b>
<b>b) Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:</b>				
			31.3.2010	31.3.2009
Uso da Rede Básica			217.050	198.408
Encargos do Serviço do Sistema - ESS			37.013	20.991
Transporte de Energia - Fumas/Itaipu			19.002	18.411
ONS - Operador Nacional do Sistema			6.208	5.080
CUSD - Custo do Uso do Sistema de Distribuição			5.453	4.877
Conexão a Rede Básica - CTEEP			17.036	17.674
(-) Créditos PIS/Cofins			(29.614)	(26.622)
<b>Total</b>			<b>272.148</b>	<b>238.819</b>

(\*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

(\*\*) Em dezembro de 2000, a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia elétrica com a empresa coligada Tietê, pelo prazo de quinze anos. Em outubro de 2003, a Companhia e a coligada Tietê assinaram um aditamento a esse contrato, prorrogando a data de vencimento para junho de 2028. A Companhia submeteu tal aditivo para apreciação da ANEEL, mas este não foi aprovado (conforme Despacho nº 1.060/2005). Em 2005, a Companhia apresentou pedidos de reconsideração e recurso administrativo que não foram acolhidos pela ANEEL.

Exaurida a esfera administrativa, em 28 de outubro de 2005, a Companhia propôs medida judicial contra a ANEEL visando à revogação do Despacho nº 1.060/2005. Em 5 de agosto de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a desistência da ação judicial contra a ANEEL, após exame por seus advogados externos e internos.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

### 24. Despesas Operacionais

	31.3.2010	31.3.2009
Pessoal	106.391	101.735
Entidade de previdência privada	40.974	45.247
Material	7.051	4.795
Serviços de terceiros	82.225	75.024
Energia elétrica comprada para revenda	1.051.151	1.044.784
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	272.148	238.819
Depreciação e amortização	131.131	123.170
Despesa de construção	108.583	103.558
Provisão (reversão) para PCLD	8.225	3.100
Provisão (reversão) para contingências	33.802	(1.010)
Outras	50.954	55.548
<b>Total</b>	<b>1.892.635</b>	<b>1.794.770</b>

### 25. Receitas e Despesas Financeiras

	31.3.2010	31.3.2009
<b><u>Receitas Financeiras</u></b>		
Renda de aplicações financeiras	21.500	38.702
Selic - Finsocial	-	2.587
Acréscimo moratório - consumidores	18.723	15.994
Multas	2.753	2.928
Renda dos títulos e valores mobiliários alienados - LFT	3.147	2.165
Outras	8.279	1.419
<b>Total</b>	<b>54.402</b>	<b>63.795</b>
<b><u>Despesas Financeiras</u></b>		
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda nacional	(77.100)	(72.968)
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda estrangeira	67	(63)
Transferido para o custo das imobilizações em curso	5.564	3.745
Operações de swap	-	(1.335)
Juros sobre Pis/Pasep e Cofins	(581)	(13.751)
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	(528)	(115)
Outras	(27.623)	(24.086)
<b>Total</b>	<b>(100.201)</b>	<b>(108.573)</b>
<b><u>Variações Monetárias e Cambiais Líquidas</u></b>		
Moeda nacional	14.827	12.772
Moeda estrangeira	(1.530)	6.694
Transferido para o custo das imobilizações em curso	(16)	4.980
<b>Total</b>	<b>13.281</b>	<b>24.446</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(32.518)</b>	<b>(20.332)</b>

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

### 26. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos diferidos relativos a provisões temporariamente indedutíveis, prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e reserva de reavaliação são registrados nas contas patrimoniais (nota nº 6) A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Imposto de renda		Contribuição Social	
	31.3.2010	31.3.2009	31.3.2010	31.3.2009
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>				
<b>Na rubrica de tributos:</b>				
Correntes	(69.209)	(85.215)	(25.299)	(29.697)
Diferidos	(12.537)	45.644	(4.535)	15.426
<b>Total</b>	<b>(81.746)</b>	<b>(39.571)</b>	<b>(29.834)</b>	<b>(14.271)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:</b>				
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>334.496</b>	<b>169.026</b>	<b>334.496</b>	<b>169.026</b>
<b>Adições (exclusões):</b>				
Doações	345	537	345	537
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	1.992	509	1.992	509
Perdas de Capital - Baixa de Imobilizado	-	137	-	137
Multas indedutíveis	1.054	101	1.054	101
Outros	(6.404)	(11.744)	(6.382)	(11.744)
<b>Total das adições (exclusões)</b>	<b>(3.013)</b>	<b>(10.460)</b>	<b>(2.991)</b>	<b>(10.460)</b>
<b>Base de cálculo</b>	<b>331.483</b>	<b>158.566</b>	<b>331.505</b>	<b>158.566</b>
Alíquota nominal	25%	25%	9%	9%
<b>Despesa com tributos às alíquotas nominais</b>	<b>82.871</b>	<b>39.642</b>	<b>29.834</b>	<b>14.271</b>
Incentivos	(1.119)	(65)	-	-
Compensação de base de cálculo	(6)	(6)	-	-
<b>Total da despesa (receita) com tributos</b>	<b>81.746</b>	<b>39.571</b>	<b>29.834</b>	<b>14.271</b>

Em 2009, foi sancionada a Lei nº 11.941/2009, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 449/2008, criando o chamado Regime Tributário de Transição ("RTT"), o qual, em síntese, busca neutralizar os impactos da adoção dos novos práticas contábeis instituídos pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da própria Lei nº 11.941/2009.

A Companhia aderiu ao Regime Tributário de Transição, e os efeitos tributários oriundos da adoção das novas práticas contábeis (CPC's) estão sendo registrados como imposto de renda e contribuição social diferidos, não gerando impactos de caixa.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

### 27. Partes Relacionadas

A Companhia é controlada diretamente da AES Elpa S.A., e indiretamente pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira), a qual é uma controlada da AES Corp. A Brasileira é uma sociedade por ações, de capital fechada, e tem por objetivo exercer o controle das seguintes empresas operacionais: AES Tietê S.A.(Tietê), e AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. (Uruguaiana S.A.), mediante participação direta no capital dessas sociedades.

Adicionalmente, a Brasileira detém o controle de duas empresas de telecomunicações (Eletropaulo Telecomunicações Ltda. e AES Communications Rio de Janeiro S.A.) e uma comercializadora de energia elétrica (AES Infoenergy Ltda.).

a) As principais transações e saldos entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

31.3.2010						
Ativo	Passivo		Resultado			
Outros créditos créditos	Fornecedores	Juros sobre capital próprio	Energia elétrica comprada para revenda	Outras Receitas	Serviços de terceiros	
Companhia Brasileira de Energia - nota nº 9	42.998	-	2.774	-	-	-
AES Elpa S.A.	-	-	17.579	-	-	-
Eletropaulo Telecomunicações (ii)	283	233	-	-	833	681
AES Tietê - notas nºs 13 e 21 (i)	-	213.381	-	458.213	-	-
AES Sul	2.760	-	-	-	-	-
AES Big Sky	-	-	-	-	-	2.397
<b>Total</b>	<b>46.041</b>	<b>213.614</b>	<b>20.353</b>	<b>458.213</b>	<b>833</b>	<b>3.078</b>

  

31.12.2009						
Ativo	Passivo		Resultado			
Outros créditos créditos	Fornecedores	Juros sobre capital próprio	Energia elétrica comprada para revenda	Outras Receitas	Serviços de terceiros	
Companhia Brasileira de Energia - nota nº 9 (ativo)	42.998	-	2.774	-	-	-
AES Elpa S.A.	-	-	17.579	-	-	-
Eletropaulo Telecomunicações (ii)	77	-	-	-	3.404	1.746
AES Tietê - notas nºs 13 e 21 (i)	-	186.511	-	1.675.523	-	-
AES Sul	2.759	-	-	3.514	-	-
AES Infoenergy	4	-	-	-	-	-
AES Big Sky	-	-	-	-	-	10.969
<b>Total</b>	<b>45.838</b>	<b>186.511</b>	<b>20.353</b>	<b>1.679.037</b>	<b>3.404</b>	<b>12.715</b>

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

- (i) Em dezembro de 2000, a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia elétrica com a empresa coligada Tietê, pelo prazo de quinze anos. De acordo com esse contrato, a Companhia passou a comprar a partir de 2003 da Tietê a energia correspondente à redução de 25% ao ano nas quantidades dos contratos iniciais. Esse contrato foi homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O preço, em 31 de março de 2010, é de R\$ 152,00 por MWh. Este contrato é atualizado anualmente pelo IGP-M.
- (ii) Ativo - Contrato de compartilhamento de infra-estrutura (postes, torres e dutos)  
- O contrato anteriormente em vigor foi firmado em 1º de dezembro de 2002 e renovado em 1º de maio de 2005. Não obstante a possibilidade de prorrogar o contrato por igual período mediante aditamento, as partes resolveram firmar um novo contrato em 15 de setembro de 2009, com prazo em vigor de 5 anos, que pode ser renovado por igual período, mediante aditamento. O contrato assegura à Eletropaulo Telecomunicações Ltda. a implementação e operação da rede de transmissão de dados, utilizando como infra-estrutura de suporte dos cabos ópticos os postes de distribuição de energia de propriedade da Companhia. Além do uso dos postes, o contrato regula o uso da infra-estrutura de torres de transmissão e dutos subterrâneos. O novo contrato estipula o preço reajustado de R\$ 2,54 (líquido de impostos) pelo uso de cada poste, no caso da utilização de até um ponto de fixação em até 90% do total de postes, R\$ 646,61 por quilômetro de linhas de transmissão e R\$ 775,95 por quilômetro de dutos subterrâneos utilizados. A Empresa utiliza aproximadamente 73.858 (\*) postes, 40 km (\*) de redes de transmissão e 41,547 km (\*) de dutos subterrâneos, o qual é contabilizado mediante fatura de serviços emitida pela Companhia, em relação aos postes efetivamente utilizados, uma vez que o contrato está aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Conforme previsto em contrato, esse valor é reajustado anualmente, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC (IBGE), e o valor estimado total do contrato é de R\$ 32.452 (\*). Esse valor foi estimado tomando-se como base um ponto de fixação no poste, para a utilização de um ou mais cabos sustentados por uma cordoalha, cujo somatório de diâmetro do conjunto não ultrapasse o total de 65 mm, durante cinco anos.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Passivo - Contrato de prestação de serviços de telecomunicações e outras avenças. Este contrato regula a prestação de serviços de circuito especializado de telecomunicações e tem prazo de cinco anos, contados da data de sua assinatura em 1º de dezembro de 2002 e renovado em 1º de janeiro de 2006. O prazo do contrato poderá ser prorrogado por igual período mediante aditamento a ser negociado entre as partes. Conforme previsto em contrato, esse valor é reajustado anualmente com base na variação do IGP-M e o valor estimado total do contrato é de R\$ 10.692 <sup>(\*)</sup>, podendo oscilar, para baixo ou para cima, de acordo com a utilização da infra-estrutura em até 25%, sem que haja necessidade de aditamento deste.

(\*) Dados não revisados pelos auditores independentes.

- b) A remuneração da Alta Administração - de acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia está divulgando a remuneração de sua alta administração. Nos trimestre findos em 31 de março de 2010 e de 2009, a remuneração foi conforme segue:

Descrição	31.3.2010	31.3.2009
Benefícios de curto prazo (a)	1.909	1.878
Benefícios pós-emprego (b)	38	68
Outros benefícios de longo prazo (c)	137	105
Remuneração baseada em ações (d)	414	958
<b>Total</b>	<b>2.498</b>	<b>3.009</b>

- a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- b) Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;
- c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas; e
- d) Compostos por benefícios a empregados relacionado com pagamentos baseados em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais

A remuneração da alta administração da Companhia é determinada por um comitê de remuneração, sendo consideradas as performances individuais e as tendências de mercado.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

### 28. Instrumentos Financeiros

#### 28.1.Considerações Gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito através da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade na rubrica dos seguintes instrumentos financeiros:

- a) Investimentos de curto prazo (nota nº 4);
- b) Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota nº 5);
- c) Serviços prestados;
- d) Contas a receber - Acordos (nota nº 17);
- e) Ativo financeiro de concessão (nota nº 11);
- f) Cauções e depósitos vinculados (nota nº 17);
- g) Fornecedores (nota nº 13);
- h) Empréstimos e financiamentos - incluem encargos (nota nº 15);
- i) Dividendos declarados e juros sobre capital próprio e;
- j) Debêntures (nota nº 15).

#### 28.2.Valor Justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados a seguir:

	31.3.2010		31.12.2009	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
<b>ATIVO</b>				
Investimentos de curto prazo	1.201.798	1.201.798	963.087	963.087
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.427.761	1.427.761	1.426.554	1.426.554
Serviços prestados a terceiros - Faturados	15.628	15.628	20.263	20.263
Prefeitura Municipal de São Paulo - acordos	226.361	226.361	226.361	226.361
Prefeituras municipais diversas - acordos	114.983	114.983	117.536	117.536
Consumidores - acordos	87.396	87.396	83.663	83.663
Cauções e depósitos vinculados	449.861	449.861	440.860	440.860
Ativo financeiro de concessão	721.108	721.108	680.880	680.880
<b>Total</b>	<b>4.244.896</b>	<b>4.244.896</b>	<b>3.959.204</b>	<b>3.959.204</b>
<b>PASSIVO</b>				
Fornecedores	835.971	835.971	829.647	829.647
Empréstimos e financiamentos	1.354.865	1.354.865	1.352.919	1.352.919
Encargos	70.276	78.252	93.198	106.907
Debêntures	1.050.000	1.050.000	1.050.000	1.050.000
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	75.525	75.525	75.550	75.550
<b>Total</b>	<b>3.386.637</b>	<b>3.394.613</b>	<b>3.401.314</b>	<b>3.415.023</b>

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Mensuração do valor justo, a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	Valor de Mercado			
	31.3.2010	Nível I	Nível II	Nível III
<b>ATIVO</b>				
Investimentos de curto prazo	1.201.798	-	1.201.798	-
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.427.761	-	1.427.761	-
Serviços prestados a terceiros - Faturados	15.628	-	15.628	-
Prefeitura Municipal de São Paulo - acordos	226.361	-	226.361	-
Prefeituras municipais diversas - acordos	114.983	-	114.983	-
Consumidores - acordos	87.396	-	87.396	-
Cauções e depósitos vinculados	449.861	-	449.861	-
Ativo financeiro de concessão	721.108	-	721.108	-
<b>Total</b>	<b>4.244.896</b>	<b>-</b>	<b>4.244.896</b>	<b>-</b>

<b>PASSIVO</b>				
Fornecedores	835.971	-	835.971	-
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	1.354.865	-	1.354.865	-
Encargos	78.252	-	78.252	-
Debêntures	1.050.000	-	1.050.000	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	75.525	-	75.525	-
<b>Total</b>	<b>3.394.613</b>	<b>-</b>	<b>3.394.613</b>	<b>-</b>

	Valor de Mercado			
	31.12.2009	Nível I	Nível II	Nível III
<b>ATIVO</b>				
Investimentos de curto prazo	963.087	-	963.087	-
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.426.554	-	1.426.554	-
Serviços prestados a terceiros - Faturados	20.263	-	20.263	-
Prefeitura Municipal de São Paulo - acordos	226.361	-	226.361	-
Prefeituras municipais diversas - acordos	117.536	-	117.536	-
Consumidores - acordos	83.663	-	83.663	-
Cauções e depósitos vinculados	440.860	-	440.860	-
Ativo financeiro de concessão	680.880	-	680.880	-
<b>Total</b>	<b>3.959.204</b>	<b>-</b>	<b>3.959.204</b>	<b>-</b>

<b>PASSIVO</b>				
Fornecedores	829.647	-	829.647	-
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	1.352.919	-	1.352.919	-
Encargos	106.907	-	106.907	-
Debêntures	1.050.000	-	1.050.000	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	75.550	-	75.550	-
<b>Total</b>	<b>3.415.023</b>	<b>-</b>	<b>3.415.023</b>	<b>-</b>



01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

### 28.3.Instrumentos Financeiros por Categoria

Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

	31.3.2010		
	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total
<b>ATIVO</b>			
Investimentos de curto prazo	-	1.201.798	1.201.798
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.427.761	-	1.427.761
Serviços prestados a terceiros - Faturados	15.628	-	15.628
Prefeitura Municipal de São Paulo - acordos	226.361	-	226.361
Prefeituras municipais diversas - acordos	114.983	-	114.983
Consumidores - acordos	83.396	-	83.396
Cauções e depósitos vinculados	449.861	-	449.861
Ativo financeiro de concessão	-	721.108	721.108
<b>Total</b>	<b>2.317.990</b>	<b>1.922.906</b>	<b>4.240.896</b>
<b>PASSIVO</b>			
Fornecedores	835.971	-	835.971
Empréstimos e financiamentos	1.354.865	-	1.354.865
Encargos	70.276	-	70.276
Debêntures	1.050.000	-	1.050.000
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	75.525	-	75.525
<b>Total</b>	<b>3.386.637</b>	<b>-</b>	<b>3.386.637</b>

  

	31.12.2009		
	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total
<b>ATIVO</b>			
Investimentos de curto prazo	-	963.087	963.087
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.426.554	-	1.426.554
Serviços prestados a terceiros - Faturados	20.263	-	20.263
Prefeitura Municipal de São Paulo - acordos	226.361	-	226.361
Prefeituras municipais diversas - acordos	117.536	-	117.536
Consumidores - acordos	83.663	-	83.663
Cauções e depósitos vinculados	440.860	-	440.860
Ativo financeiro de concessão	-	680.880	680.880
<b>Total</b>	<b>2.315.237</b>	<b>1.643.967</b>	<b>3.959.204</b>
<b>PASSIVO</b>			
Fornecedores	829.647	-	829.647
Empréstimos e financiamentos	1.352.919	-	1.352.919
Encargos	93.198	-	93.198
Debêntures	1.050.000	-	1.050.000
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	75.550	-	75.550
<b>Total</b>	<b>3.401.314</b>	<b>-</b>	<b>3.401.314</b>

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

### 28.4.Informações sobre Liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

### 28.5.Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros derivativos

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, principalmente aqueles representados por operações com derivativos.

#### Análise de sensibilidade dos investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2010, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 26 de março de 2010 foi extraída a projeção do indexador SELIC/CDI para o ano de 2010 e este definido como o cenário provável; a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2010 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Indexador	Cenário I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV	
Selic / CDI	5,05	7,57	10,09	12,61	15,14	
Posição em 31.3.2010						
Aplicações Financeiras (Equivalentes de Caixa)	264.616					
Aplicações Financeiras (Investimentos de Curto Prazo)	1.201.798					
Operação	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV
Aplicações Financeiras (Equivalentes de Caixa)	CDI	13.350	20.025	26.700	33.375	40.050
Aplicações Financeiras (Investimentos de Curto Prazo)	CDI	60.631	90.946	121.261	151.577	181.892

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

### Análise de sensibilidade das dívidas

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2010, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 26 de março de 2010, foi extraída a projeção dos indexadores CDI / IGP-DI / IGP-M / DOLAR e com base na curva futura da BM&F de 31 de março de 2010, foi extraída a projeção da LIBOR, todos para o ano de 2010 e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2010. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2010, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Taxa de Juros Contratual	Saldo de Principal em 31.3.2010	Projeção Despesas Financeiras - Ano 2010				
			Queda		Base Case	Aumento	
			de 25%	de 50%		de 25%	de 50%
DIVIDAS EM REAIS COM TAXA PRE-FIXADA							
Bonds	19,125% a.a.	474.060	NA	NA	NA	NA	NA
Eletrobrás - Reluz	5,00% a.a.	558	NA	NA	NA	NA	NA
MOEDA ESTRANGEIRA			1,3650	0,9100	1,8200	2,2750	2,7300
Resolução 96/93 (Bib's)	6,00% a.a.	92	(23)	(48)	2	27	52
CDI			7,57%	5,05%	10,09%	12,61%	15,14%
Debêntures - 10ª Emissão	CDI+0,90% a.a.	600.000	51.229	35.973	66.485	81.741	97.058
Debêntures - 9ª Emissão	CDI+1,75% a.a.	250.000	23.631	17.221	30.041	36.452	42.887
Debêntures - 11ª Emissão	CDI+1,75% a.a.	200.000	18.905	13.777	24.033	29.161	34.310
CCB - Citibank	CDI+1,20% a.a.	300.000	26.583	18.932	34.233	41.884	49.565
CCB - Bradesco	CDI+1,50% a.a.	585.908	53.807	38.821	68.794	83.780	98.826
TOTAL			174.155	124.723	223.586	273.018	322.646
IGPDI			5,12%	3,41%	6,82%	8,53%	10,23%
Fundação Cesp	IGPDI+ 6,00% a.a.	2.474.100	282.720	237.875	327.304	372.149	416.732

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o total de despesas financeiras, relacionadas a juros decorrentes dos empréstimos e financiamentos, foi de R\$327.801. A variação em relação cenário provável acima mencionado é decorrente de trocas de dívidas (liquidação de dívidas anteriores por debêntures) mencionadas na nota de empréstimos e financiamentos.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**28.6.Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia**

As operações da Companhia compreendem a distribuição de energia elétrica em 24 municípios, predominantemente da Grande São Paulo, incluindo a capital do Estado, atendendo a aproximadamente 6,0 <sup>(\*)</sup> milhões de consumidores. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim descritos.

<sup>(\*)</sup> Não revisado pelos auditores independentes.

**28.6.1.Risco de crédito**

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

**28.6.2.Riscos de taxa de juros e indexadores**

A Companhia possui empréstimos relevantes remunerados pela variação do DI, acrescidos de juros entre 0,90% a 1,75% ao ano. Também possui contrato de dívida com a Fundação Cesp que é atualizado por TR acrescido de 8% ao ano. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desses índices.

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estão ajustadas pelo valor das quotas desses fundos em 31 de março de 2010.

Os pagamentos de energia comprada de Itaipu também são afetados pela volatilidade do fator de risco de taxa de câmbio (dólar norte-americano).

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

### 28.6.3.Risco de preço

#### Revisão Tarifária Periódica

Em conformidade ao contrato de concessão, a Companhia passa pelo processo de revisão tarifária periódica a cada 4 anos. A 3ª revisão tarifária da Companhia ocorrerá em julho de 2011.

Nos processos de revisão tarifária, a Parcela B deixa de ser apurada pela variação do IGP-M ajustado pelo Fator X e passa a ser calculada através de metodologias a serem definidas pela ANEEL. A metodologia para o 3º Ciclo de Revisões Tarifárias está em discussão no âmbito da Audiência Pública nº 040/2010. O período de contribuições dos agentes e da sociedade se encerrou em 10 de janeiro de 2011. No atual momento os agentes e sociedade aguardam as análises das contribuições por parte de ANEEL.

#### Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme mencionado no parágrafo anterior.

Em novembro de 2009, a ANEEL instituiu processo de Audiência Pública nº 043/2009 (“AP 043”) para obter subsídios e informações para adequação da metodologia de cálculo do reajuste tarifário anual, mediante Aditivo ao Contrato de Concessão das Distribuidoras, visando à neutralidade dos itens da Parcela A (captura dos efeitos econômico-financeiros decorrentes das variações de mercado sobre Energia Comprada, Transmissão e Encargos Setoriais).

O processo da AP 043 culminou na aprovação do Modelo Padrão do Aditivo ao Contrato de Concessão das Distribuidoras por parte da ANEEL, nos termos do Despacho nº 245/2010. No Modelo Padrão, a metodologia de cálculo do reajuste tarifário anual foi alterada de modo a capturar os efeitos econômico-financeiros das variações de mercado sobre os Encargos Setoriais a partir de fevereiro de 2010 (Neutralidade da Parcela A).

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

No dia 16 de abril de 2010, as administrações da AES Eletropaulo e AES Elpa S.A. ("AES Elpa") deliberaram pela assinatura do Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 - ANEEL entre a AES Eletropaulo e a União Federal, com a interveniência da AES Elpa. Em 30 de abril de 2010 a matéria foi deliberada na Assembléia Geral de acionistas da Companhia e da AES Elpa.

**28.6.4.Risco de mercado**

O *portfólio* de contratos de energia de 2010 consiste nos seguintes componentes: Contratos Bilaterais com AES Tietê e outros pequenos geradores; Contrato de Itaipu e Proinfa; e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's. De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, as distribuidoras devem efetuar contratos regulados de compra de energia somente através de leilões públicos federais, com duração estabelecida pelo próprio MME.

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devam garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e três por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da Distribuidora. Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão de 5 e 3 anos da carga e à expectativa de preços futuros. Tais fatores podem implicar em penalidades por insuficiência de contratação, quando a contratação for inferior a 100%, e em custos não repassáveis às tarifas de fornecimento quando a contratação for superior a 103%. Para mitigação desses riscos, há instrumentos de contratação de energia elétrica previstos pela regulamentação tais como leilões de ajuste, MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits), opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a (i) migração de clientes ao mercado livre, (ii) acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004, e (iii) outras variações de mercado.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

A estratégia de suprimento de energia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 103%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atender todos os clientes cativos. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração e gestão dos riscos de volume e preços, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

Conforme disposto na Portaria MME nº 45, de 9 de março de 2007 e nas regras estabelecidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 305, de 18 de maio de 2008, a eventual exposição no nível de contratação a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada à tarifa da Distribuidora. Este repasse deverá ser concedido, desde que atendidas as condições dispostas na portaria anteriormente mencionada. Adicionalmente, caberá à ANEEL analisar a isenção da aplicação de penalidade por eventual não atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Apesar dos esforços da empresa em investimentos na área, os modelos não conseguem capturá-los na sua totalidade. Os modelos norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a necessidade de ajustes sobre as previsões. Outro fator que impacta fortemente as projeções na área de concessão da Companhia é mudança de perfil das atividades dos clientes, onde tem ocorrido uma tendência de redução na participação da classe Industrial e aumento nas classes Residencial e Comercial.

**28.6.5.Risco de regulação**

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**28.6.6.Operações com instrumentos financeiros derivativos**

Em 31 de março de 2010, a Eletropaulo possuía saldo oriundo de operações com instrumentos financeiros derivativos negociados em 2005 e que foram liquidadas em 30 de junho de 2010, mediante desistência da massa falida Banco Santos do recurso especial interposto no processo judicial em curso contra as controladas, resultando numa reversão de provisão no montante total de R\$106.265. Estas operações estavam encerradas desde 2005 e não resultaram em efeitos na demonstração de resultado dos trimestres findos em 31 de março de 2010 e 2009.

Os pagamentos de energia comprada de Itaipu são afetados pela volatilidade do fator de risco de taxa de câmbio (dólar norte-americano).

Exceto quanto ao saldo supramencionado, em 31 de março de 2010 em 31 de dezembro de 2009 e, subsequentemente, em 31 de março de 2011, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

**28.6.7.Risco de aceleração de dívidas**

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas “covenants” normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

**28.6.8.Risco de Volatilidade dos Custos da “Parcela A”**

O reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função dos aumentos dos custos não gerenciáveis denominados de “Parcela A” ocorridos entre o período do reajuste tarifário anual. As Normas Internacionais de Contabilidade não permitem o registro destes ativos e passivos. Dessa forma, com a adoção das referidas normas, o resultado da Companhia está sujeito a volatilidade decorrente das variações do aumento destes custos entre o período do reajuste tarifário.



01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

### 29. Informação por Segmento

A Companhia é administrada como uma única operação, ou seja que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente do fornecimento de energia elétrica para consumidores finais na região na região metropolitana da Grande São Paulo. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações por segmento para analisar seu desempenho operacional e financeiro. Dessa forma, a demonstração de resultado apresentada reflete as informações que a Administração da Companhia utiliza para acompanhar o seu desempenho operacional e financeiro.

### 30. Reajuste Tarifário 2009

Em 30 de junho de 2009, em Reunião Pública da Diretoria da ANEEL, foi autorizado um reajuste tarifário médio de 14,88% à Companhia, a ser aplicado em sua tarifa a partir de 4 de julho de 2009.

O reajuste autorizado pela ANEEL em 30 de junho de 2009 é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2009		
Parcela A	Encargos Setoriais	2,49%
	Energia Comprada	4,55%
	Encargos de Transmissão	1,12%
	<b>Parcela A</b>	<b>8,16%</b>
<b>Parcela B</b>		<b>0,09%</b>
<b>Reajuste Base</b>		<b>8,25%</b>
Revisão Tarifária Periódica Definitiva de 2007		-0,54%
CVA Total		5,33%
Outros custos financeiros de Parcela A		0,21%
Outros custos financeiros de Parcela B		-0,04%
Subsídios Tarifários		1,67%
<b>Reajuste Total</b>		<b>14,88%</b>

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**Parcela A**

A Parcela A foi corrigida em 11,69%. A participação positiva de 8,16% no reajuste econômico refere-se a:

- (i) Encargos Setoriais - Aumentou 20,81%, principalmente devido ao aumento do repasse do ESS (R\$ 234 milhões contra R\$ 103 milhões no IRT 2008), resultado de projeção efetuada pela ANEEL - calculado com base na diferença entre o Custo Variável Unitário (CVU) das usinas despachadas e o PLD médio previsto para os próximos 12 meses - e à projeção do Encargo de Energia de Reserva - EER, considerado neste montante, em conformidade com o Decreto 6353, de janeiro de 2008. O referido encargo se destina a aumentar a segurança no fornecimento de energia elétrica ao SIN.
- (ii) Energia Comprada - A variação positiva de 9,78% deve-se principalmente ao aumento dos custos de compra de energia de Itaipu, decorrentes de:
  - Desvalorização do Real em relação ao Dólar (R\$ 1,9301/US\$ no IRT de 2009 contra R\$ 1,6368/US\$ no IRT de 2008, aumento de 17,92%);
  - Aumento da tarifa em dólar de Itaipu (de US\$ 23,0270/kW para US\$ 25,0298/kW, aumento de 8,7%);
  - Preço médio ponderado dos leilões de energia para os próximos 12 meses (de R\$ 76,39/MWh para R\$ 87,39/MWh, aumento de 14,39%).
- (iii) Encargos de Transmissão - A variação positiva de 9,89% deve-se principalmente ao aumento dos custos da rede básica (R\$ 893 milhões contra R\$ 810 milhões no IRT de 2008) decorrentes do fim do diferimento do resultado das Revisões Tarifárias das Transmissoras e de novas obras no sistema.

A partir do Ciclo 2009/2010, os geradores conectados nas DIT não pagarão pelo uso da rede básica, assim a receita a ser remunerada pela TUST não contará com estes geradores para o rateio. Face ao exposto, houve um acréscimo de R\$ 5 milhões nos custos de rede básica da Companhia.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

### Parcela B

O índice de ajuste da Parcela B foi 0,31%. A participação de 0,09% em relação ao Índice de Reajuste Tarifário resulta da combinação dos seguintes componentes:

1. IGP-M de 1,52%, dos 12 meses findos em 30 de junho de 2009, e
2. Fator X equivalente a 1,21%, composto por:
  - Xa de -0,84%, fruto da diferença positiva entre o IGP-M (1,52%) e o IPCA (4,67%) no período tarifário, e
  - Xe de 2,00%.

### Componentes Financeiros

Dentre os componentes financeiros aplicados a este Reajuste Tarifário, que montam R\$ 615 milhões, há os seguintes principais aspectos:

- R\$ 50 milhões negativos referentes aos efeitos da finalização do 2º processo de Revisão Tarifária Periódica (que passou a ser definitivo) da concessionária, provisório desde 2007;
- Efeito positivo de R\$ 29 milhões, decorrente da aplicação da regra definida na Resolução Normativa 305/2008, que resultou no recálculo das CVAs de energia e dos custos de sobrecontratação de energia comprada, referentes a 2005, 2006 e 2007;
- Efeito positivo de R\$ 37 milhões para cobrir a tarifa de clientes que deixaram de ser classificados como “Baixa Renda” após a Lei 10.438/2002, não incorporado no reajuste tarifário de julho de 2008; e
- Efeito negativo de R\$ 5 milhões decorrente do valor previsto do subsídio de fontes alternativas para o período de julho de 2008 a junho de 2009. O valor incluído no Reajuste Tarifário de julho de 2008 excedeu o valor efetivamente concedido neste montante, conforme critério utilizado pela ANEEL.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

As principais alterações efetuadas pela ANEEL em relação à revisão provisória de 2007 são apresentadas a seguir:

- a) Empresa de Referência de R\$ 786 milhões;
- b) Receitas Irrecuperáveis de 0,90% sobre a receita bruta;
- c) Base de Remuneração Regulatória bruta de R\$ 10.880 milhões e Base de Remuneração Regulatória líquida de R\$ 4.822 milhões;
- d) Perdas Regulatórias de energia conforme apresentado a seguir:

	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011
Perdas Técnicas (sobre energia injetada)	4,91%	4,91%	4,91%	4,91%
Perdas não técnicas (sobre mercado baixa tensão)	17,47%	17,47%	16,98%	16,50%

- e) Fator Xe de 2,00%, que contempla o Plano de Investimentos Regulatórios de R\$ 1.652 milhões entre julho de 2007 e junho de 2011.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

### Ativos e passivos regulatórios

Em função da adoção das normas internacionais de contabilidade, a Companhia reverteu integralmente os saldos dos ativos e passivos regulatórios. Caso os ativos e passivos regulatórios não tivessem sido revertidos, a Companhia teria registrado em suas Demonstrações Contábeis os seguintes saldos:

	31.03.2010	31.12.2009
<b><u>ATIVO</u></b>		
<b><u>CIRCULANTE</u></b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	13.001	7.189
Outros créditos	11.727	20.688
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.783)	(1.697)
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	318.120	369.381
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>340.065</b>	<b>395.561</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	4.033	5.156
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	57.888	74.624
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>61.921</b>	<b>79.780</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>401.986</b>	<b>475.341</b>
<b><u>PASSIVO</u></b>	<b>31.03.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
<b><u>CIRCULANTE</u></b>		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	211.417	146.845
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>211.417</b>	<b>146.845</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	66.195	97.495
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>66.195</b>	<b>97.495</b>
<b><u>PATRIMÔNIO</u></b>		
Lucros acumulados	231.001	474.100
Resultado do Período	(106.627)	(243.099)
<b>TOTAL PATRIMÔNIO</b>	<b>124.374</b>	<b>231.001</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>401.986</b>	<b>475.341</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>31.03.2010</b>	<b>31.03.2009</b>
	<b>20.010</b>	<b>30.900</b>
<b>Custo com Energia Elétrica</b>		
Energia elétrica comprada para revenda	58.337	(111.197)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	24.600	24.392
<b>Custo de Operação</b>		
Serviços de Terceiros	(854)	(16)
Provisão (reversão) para PCLD	1.086	2.207
Outras	1	508
<b>TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>83.170</b>	<b>(84.106)</b>
<b><u>RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA</u></b>		
Receita	(8.730)	(14.270)
Despesa	-	44
Variações monetárias/cambiais - líquidas	12.177	32.597
<b>TOTAL RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA</b>	<b>3.447</b>	<b>18.371</b>
<b><u>RESULTADO</u></b>	<b>106.627</b>	<b>(34.835)</b>

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**31. Compromissos**

O principal insumo da Companhia é a energia elétrica, e a sua contratação ocorre, essencialmente, através de leilões públicos regulamentados pela ANEEL.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico instituiu a contratação de energia por meio de leilões em um esforço para reestruturar o Setor de Energia Elétrica a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia.

Em 31 de março de 2010, a Companhia possuía quatro tipos básicos de acordos de fornecimento: (i) quotas de compra de energia de Itaipu, que se estendem até 2027, (ii) quotas de suprimento de energia de projetos do PROINFA; (iii) acordos bilaterais (curto e longo prazo) com geradoras particulares, inclusive a coligada Tietê; e (iv) compras através de Leilão (nota nº 23).

As obrigações de compra da Companhia com Itaipu são vinculadas ao Dólar e, portanto, a Companhia está exposta ao risco das taxas de câmbio em caso de valorização do Dólar frente ao Real (nota nº 23).

Adicionalmente, a Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cuja as tarifas são homologadas pela ANEEL (nota nº 23).

A Companhia também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Consumo de Combustível - CCC, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Reserva Global de Reversão - RGR e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, cujo as tarifas também são homologadas pela ANEEL (nota nº 22).

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

### 32. Outras Informações

Em complemento às informações contábeis intermediárias divulgadas em seus respectivos quadros, segue abaixo:

- a) Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, para os trimestres findos em 31 de março de 2010 e 2009, já contemplando o Resultado Abrangente.

	Capital Social Integralizado	Reserva de capital Opções de ações outorgadas	Reserva de Lucros Reserva Legal	Outros resultados abrangentes Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do Patrimônio Líquido	Total do Resultado Abrangente
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2009 (Reapresentado)</b>	<b>1.057.629</b>	<b>14.423</b>	<b>155.113</b>	<b>1.661.226</b>	-	<b>833.338</b>	<b>3.721.729</b>	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	222.916	-	222.916	
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(33.535)	33.533	-	(2)	
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	11.402	(11.401)	-	1	
Remuneração com base em ações	-	414	-	-	-	-	414	
Atualização do ativo financeiro de concessão	-	-	-	18.866	-	-	18.866	
Imposto de renda e contribuição social sobre atualização do ativo financeiro de concessão	-	-	-	(6.414)	-	-	(6.414)	
<b>Resultado abrangente</b>				<b>12.452</b>	<b>222.916</b>			<b>235.368</b>
<b>Saldo em 31 de Março de 2010 (Reapresentado)</b>	<b>1.057.629</b>	<b>14.837</b>	<b>155.113</b>	<b>1.651.545</b>	<b>245.048</b>	<b>833.338</b>	<b>3.957.510</b>	

	Capital Social Integralizado	Reserva de capital Opções de ações outorgadas	Ações em tesouraria	Reserva de Lucros Reserva Legal	Outros resultados abrangentes Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do Patrimônio Líquido	Total do Resultado Abrangente
<b>Saldo em 01 de Janeiro de 2009 (Reapresentado)</b>	<b>1.057.629</b>	<b>12.344</b>	<b>(1)</b>	<b>98.279</b>	<b>1.759.576</b>	-	<b>650.526</b>	<b>3.578.353</b>	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	115.184	-	115.184	
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(35.252)	35.254	-	2	
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	11.986	(11.986)	-	-	
Ações em tesouraria	-	-	1	-	-	-	-	1	
Remuneração com base em ações	-	958	-	-	-	-	-	958	
Atualização do ativo financeiro de concessão	-	-	-	-	(5.647)	-	-	(5.647)	
Imposto de renda e contribuição social sobre atualização do ativo financeiro de concessão	-	-	-	-	1.920	-	-	1.920	
<b>Resultado abrangente</b>					<b>(3.727)</b>	<b>115.184</b>			<b>111.457</b>
<b>Saldo em 31 de Março de 2009 (Reapresentado)</b>	<b>1.057.629</b>	<b>13.302</b>	<b>-</b>	<b>98.279</b>	<b>1.732.583</b>	<b>138.452</b>	<b>650.526</b>	<b>3.690.771</b>	

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Demonstração do Valor Adicionado para os trimestres findos em 31 de março de 2010 e 2009:

	31.03.2010	31.03.2009
<b><u>1. RECEITAS</u></b>	<b>3.423.733</b>	<b>2.997.969</b>
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.550.465	1.137.635
Outras receitas	1.772.910	1.762.083
Suprimento de energia elétrica	1.559	1.734
Disponibilização do sistema de transmissão de distribuição	1.653.002	1.681.102
Transmissoras, Pis/Cofins diferença de alíquota e não faturado	71.821	43.021
Outras receitas	24.424	21.492
Remuneração do ativo financeiro	22.104	14.734
Receitas referentes à construção de ativos próprios	108.583	103.558
Provisão/Reversão de créditos de liquidação duvidosa	(8.225)	(5.307)
<b><u>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</u></b>	<b>(1.768.590)</b>	<b>(1.613.155)</b>
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(1.635.654)	(1.399.915)
Outros	(132.936)	(213.240)
Construção de ativos próprios	(108.583)	(103.558)
Outros custos operacionais	(24.353)	(109.682)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>1.655.143</b>	<b>1.384.814</b>
<b><u>3. RETENÇÕES</u></b>	<b>(131.131)</b>	<b>(123.170)</b>
Depreciação e amortização	(131.131)	(123.170)
<b><u>4. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</u></b>	<b>1.524.012</b>	<b>1.261.644</b>
<b><u>5. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</u></b>	<b>54.402</b>	<b>63.795</b>
Receitas financeiras	54.402	63.795
<b><u>6. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</u></b>	<b>1.578.414</b>	<b>1.325.439</b>
<b><u>7. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</u></b>	<b>1.578.414</b>	<b>1.325.439</b>
<b><u>Pessoal</u></b>	<b>130.160</b>	<b>132.506</b>
Remuneração direta	73.338	75.039
Benefícios	9.080	7.656
Previdência privada	40.974	45.247
Outros	6.768	4.564
<b><u>Impostos, Taxas e Contribuições</u></b>	<b>1.136.325</b>	<b>991.856</b>
Federais	517.848	448.906
Estaduais	613.272	538.102
Municipais	5.205	4.848
<b><u>Remuneração de Capitais de Terceiros</u></b>	<b>89.013</b>	<b>85.893</b>
Juros	86.920	84.127
Aluguéis	2.093	1.766
<b><u>Remuneração de Capitais Próprios</u></b>	<b>222.916</b>	<b>115.184</b>
Lucros retidos	222.916	115.184



---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

**33. Debêntures**

**12ª Emissão Pública de Debêntures Simples**

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2010, aprovou-se a realização da Décima Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada com as seguintes condições:

- Quantidade de debêntures: 400.000 (quatrocentas mil) debêntures;
- Valor Unitário: R\$ 1.000,00 (mil reais) cada;
- Valor Total da emissão: R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais),
- Prazo de Vencimento: 4 (quatro) anos, a partir da data de emissão.

A destinação de recursos será para o pagamento dos Bonds denominados em reais, emitidos pela Companhia em junho de 2005 e vencíveis em junho de 2010, com as seguintes características: com preço e forma de integralização em moeda nacional, pelo valor nominal unitário, acrescido de remuneração, que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu valor nominal unitário a partir da data de emissão. A taxa de juros aplicável às debêntures será equivalente a 100% (cem por cento) da taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros Over Extra-Grupo de um dia, com base em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, acrescida de um spread ou sobretaxa a ser definido de acordo com Procedimento de Bookbuilding, limitado ao spread máximo de 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano. A taxa de juros aplicável às debêntures será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário desde a data de emissão ou a data de pagamento de remuneração imediatamente anterior conforme o caso (inclusive), até a data de seu efetivo pagamento. O pagamento da remuneração será realizado semestralmente a partir da data de emissão, em datas a serem definidas na Escritura da 12ª Emissão.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

**13ª Emissão Pública de Debêntures Simples**

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2010, aprovou-se a realização da Décima Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada com as seguintes condições:

- Quantidade de debêntures: 400 (quatrocentas) debêntures;
- Valor Unitário: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) cada;
- Valor Total da emissão: R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais),
- Prazo de Vencimento: 10 (dez) anos, a partir da data de emissão.

A destinação de recursos será para o pagamento dos Bonds denominados em reais, emitidos pela Companhia em junho de 2005 e vencíveis em junho de 2010, e para financiamento de parte dos investimentos de 2010, com as seguintes características: com preço e forma de integralização em moeda nacional, pelo valor nominal unitário, acrescido de remuneração, que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu valor nominal unitário a partir da data de emissão. A taxa de juros aplicável às debêntures será equivalente a 100% (cem por cento) da taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros Over Extra-Grupo de um dia, com base em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, acrescida de um *spread* ou sobretaxa a ser definido de acordo com Procedimento de *Bookbuilding*, limitado ao *spread* máximo de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano. A taxa de juros aplicável às debêntures será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário desde a data de emissão ou a data de pagamento de remuneração imediatamente anterior conforme o caso (inclusive), até a data de seu efetivo pagamento. O pagamento da remuneração será realizado semestralmente a partir da data de emissão, em datas a serem definidas na Escritura da 13ª Emissão.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**34. Eventos Subsequentes**

**1) Segundo Aditivo do Contrato de Concessão**

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de abril de 2010, foi aprovada a celebração do Segundo Aditivo do Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica (“2º Aditivo”) entre a Companhia e a União Federal, com a interveniência da controladora AES Elpa, conforme “modelo-padrão” aprovado pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica por meio do Despacho ANEEL nº 245/2010. O 2º Aditivo visa neutralizar o efeito econômico-financeiro decorrente das variações de mercado sobre os Encargos Setoriais da Parcela A. A matéria foi, submetida à deliberação nas Assembleias Gerais de Acionistas.

**2) Assembléia Geral Ordinária - 30 de abril de 2010**

Em 30 de abril de 2010, foi realizada a Assembléia Geral Ordinária, onde foram deliberados: (i) a aprovação das Demonstrações Financeiras e correspondentes Notas Explicativas, e do Relatório de Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009; (ii) a aprovação da Proposta de Destinação do Resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009; (iii) a eleição dos membros do Conselho de Administração e de seu respectivo suplente; (iv) a eleição dos membros do Conselho Fiscal; (v) a ratificação da remuneração global anual paga aos administradores durante o exercício social de 2009; (vi) a fixação da remuneração global anual dos administradores e do Conselho Fiscal; e (vii) apreciação do Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 – ANEEL, a ser celebrado entre a Companhia e a União Federal.

**2.1) Aprovação do pagamento de dividendos de 31.12.09**

Em dezembro de 2009, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 176 da Lei nº 6.404/1976, foi registrada a proposta da Administração da Companhia para pagamento de dividendos complementares referentes ao saldo remanescente do lucro do exercício de 2009, no montante de R\$ 686.316, correspondente a R\$ 3,87 por ação ordinária e R\$ 4,26 por ação preferencial. Os pagamentos referentes aos dividendos foram efetuados em 19 de maio de 2010 no montante de R\$ 429.201 e o restante no montante de R\$ 257.115 pagos em 15 de setembro de 2010, conforme definido na AGO de 30 de abril de 2010.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**3) Reversão do Passivo Remanescente do Banco Santos**

Entre os meses de dezembro de 2003 e julho de 2004, a Companhia e o Banco Santos S.A., celebraram 23 Instrumentos Particulares de Assunção de Obrigações (Contratos de swap).

Em 20 de setembro de 2005, o Banco Santos S.A. teve a sua falência decretada. Em 11 de dezembro de 2008 a Companhia firmou acordo com a massa falida do Banco Santos S.A., pondo fim às ações judiciais em curso, o qual foi homologado em 22 de janeiro de 2009.

Em decorrência desse acordo a Companhia realizou em janeiro de 2009 o pagamento no valor de R\$ 151.200, quitando, desta forma, o saldo total relativo a tais contratos. Em razão de ter havido recurso contra a homologação, a Companhia aguardou novos fatos para registrar a reversão do passivo remanescente, R\$ 100.136 em 31 de março de 2010, e que estavam classificados como outras obrigações.

Em junho de 2010, o Banco Santos S.A. desistiu do recurso especial interposto no processo judicial em curso contra a Companhia, pondo fim à referida disputa judicial, conseqüentemente, a Companhia reverteu o passivo no montante de R\$ 106.265 em contrapartida de despesas financeiras.

**4) Liquidação da aquisição das quotas da Eletropaulo Telecomunicações Ltda.**

Em 2 de junho de 2010, o Conselho de Administração da Companhia e da Companhia Brasileira de Energia, aprovaram a liquidação financeira e o termo de quitação referentes à aquisição das quotas da Eletropaulo Telecomunicações Ltda.

O preço de aquisição, no valor de R\$ 296.307, foi determinado através de laudo de avaliação elaborado por avaliador independente, o qual foi atualizado pela SELIC desde 31 de dezembro de 2009 até a data do efetivo pagamento em 24 de junho de 2010, resultando no valor de R\$ 308.367. Em consequência, a Companhia registrou, no semestre findo em 30 de junho de 2010, um ganho de R\$ 265.369 na rubrica outras receitas operacionais.

O impacto no lucro líquido da Companhia no semestre findo em 30 de junho de 2010 foi de R\$ 175.143.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**5) Liminar - ICMS sobre perdas comerciais**

A Companhia, por meio do Sindicato da Indústria da Energia no Estado de São Paulo - SIESP, ajuizou Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar contra a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, visando a suspensão dos feitos do Decreto nº 55.421/2010, que determina a incidência do ICMS sobre a energia elétrica objeto de furto.

Em maio de 2010, foi deferida a liminar pleiteada para suspender o pagamento do ICMS exigido sobre as perdas comerciais, cujo primeiro vencimento ocorreria no dia 31 de maio de 2010. Aguarda-se decisão de 1ª instância.

**6) Reajuste tarifário de 2010**

Em 29 de junho de 2010, em Reunião Pública da Diretoria da ANEEL, foi autorizado um reajuste tarifário médio de 8,00% à Companhia, a ser aplicado em sua tarifa a partir de 4 de julho de 2010.

O efeito a ser percebido pelos consumidores das diversas classes de atendimento será de:

Classe de Consumo	Índice
Alta Tensão Cativos	1,11%
Baixa Tensão Cativos	0,80%
Consumidores Livres	14,06%
Média Total	1,62%

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O reajuste autorizado pela ANEEL em 29 de junho de 2010 é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2010		
	Descrição	Efeito na Tarifa
Parcela A	Encargos Setoriais	3,31%
	Energia Comprada	2,08%
	Encargos de Transmissão	-0,28%
	<b>Parcela A</b>	<b>5,11%</b>
<b>Parcela B</b>		<b>0,87%</b>
<b>Reajuste Base</b>		<b>5,97%</b>
CVA		0,63%
Custos financeiros de Parcela A		-0,13%
Subsídios Tarifários		1,53%
<b>Reajuste Total</b>		<b>8,00%</b>

### Parcela A

A Parcela A foi corrigida em 7,12%. A participação positiva de 5,11% no reajuste econômico refere-se a:

- Encargos Setoriais - R\$ 1.592.780. Com destaque para o aumento de 117% na Conta de Consumo de Combustível - CCC, que totalizaram R\$ 597.333, devido as alterações na sistemática de reembolso dos custos de geração do Sistema Isolado, introduzidas pela Medida Provisória 466/2009, convertida na Lei nº 12.111/2009. Somente a variação deste encargo representou 3,37% do aumento tarifário deste ano.
- Energia Comprada - R\$ 4.713.796. A variação positiva de 4,40% decorre principalmente do aumento de 12% no preço médio ponderado dos leilões de energia para os próximos 12 meses, compensada pela redução da taxa de Dólar consideradas no Reajuste Tarifário de 2009 e 2010 que foram de R\$ 1,9301 e R\$ 1,8125, respectivamente.
- Encargos de Transmissão - R\$ 1.042.339. A redução de 2,49% reflete principalmente o resultado da segunda revisão das transmissoras finalizada em junho de 2010 com efeitos retroativos a julho de 2009.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**Parcela B**

O índice de ajuste da Parcela B foi 3,06%. A participação de 0,87% em relação ao Índice de Reajuste Tarifário resulta da combinação dos seguintes componentes:

1. IGP-M de 5,17%, dos 12 meses findos em 29 de junho de 2010, e
2. Fator X equivalente a 2,11%, composto por:
  - Xa de 0,003%, fruto da diferença positiva entre o IGP-M (5,17%) e o IPCA (5,16%) no período tarifário, e
  - Xe de 2,00%.

**Componentes Financeiros**

Os componentes financeiros aplicados a este Reajuste Tarifário totalizam R\$ 205.479, entre os quais destacamos R\$ 64.142 de CVA, -R\$ 16.329 de Neutralidade de Encargos Setoriais e R\$ 155.275 de subsídios tarifários.

**7) Recebimento do Acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo**

Em 30 de julho de 2010 a Prefeitura realizou o pagamento de aproximadamente 50% da segunda parcela. Em 4 de agosto de 2010, a Companhia e a Prefeitura formalizaram um instrumento aditivo ao Acordo, postergando o prazo de pagamento do saldo remanescente da 2ª parcela, o qual ocorreu em 25 de novembro de 2010.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**8) Acordo com a EMTU e SPTrans**

Em 2 de setembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, por unanimidade, a celebração de acordo sobre os débitos históricos existentes entre a Companhia e a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP ("EMTU"), referentes à prestação dos serviços de operação e manutenção ("O&M") e ao fornecimento de energia elétrica da rede de trólebus, nas seguintes condições: (i) pagamento à vista do valor total de aproximadamente R\$ 15.500, pela EMTU, referente aos valores históricos dos débitos de energia elétrica; (ii) denúncia do Convênio firmado entre a Companhia e a EMTU, em 17 de dezembro de 1985, ou previsão no Acordo do seu encerramento; (iii) recebimento de aproximadamente R\$ 2.600 pelo recolhimento de ICMS das faturas não pagas no período, sendo que tal valor se encontra depositado em juízo pela EMTU; (iv) renúncia, por parte da Companhia, à Ação Declaratória de Cobrança nº 583.00.2002.024171-0, proposta pela Companhia em face à EMTU e, visando ao término do Convênio Administrativo e dos contratos firmados com a EMTU referente à rede trólebus por ela operada, bem como o recebimento dos valores referentes às faturas de prestação de serviços de O&M e fornecimento de energia elétrica para a referida rede trólebus; e (v) doação dos ativos da rede trólebus para a EMTU, com valor residual contábil de aproximadamente R\$ 16.600, sendo que a EMTU assumirá a responsabilidade pelas despesas de O&M e eventuais investimentos na expansão da rede trólebus a partir da doação. No quarto trimestre de 2010, ocorreu a baixa do ativo imobilizado que foi transferido para a EMTU.



---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

Em 2 de setembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou também por unanimidade, a celebração de acordo sobre os débitos históricos existentes entre a Companhia e a São Paulo Transporte S.A. - SPTrans ("SPTrans"), referentes à prestação dos serviços de O&M da rede de trólebus, nas seguintes condições: (i) renúncia, por parte da Companhia, à Ação Declaratória de Cobrança nº 053.03.011865-7 ("Ação Judicial"), proposta pela Companhia em face à SPTrans, visando ao término do Convênio Administrativo e dos contratos firmados entre a Companhia e a SPTrans referente à rede trólebus por ela operada, bem como o recebimento dos valores referentes às faturas de prestação de serviços de O&M na referida rede trólebus; (ii) denúncia do Convênio firmado entre a Companhia Municipal de Transportes Coletivos - CMTC, atual SPTrans, em 17 de dezembro de 1985 ou previsão no Acordo do seu encerramento; e (iii) tratativas com a SPTrans com esforço de negociação que produza resultados positivos para a Companhia, medidos a partir do valor presente líquido, podendo contemplar a doação de ativos, o recebimento de compensação financeira ou qualquer outra forma que produza tais resultados positivos. No quarto trimestre de 2010, ocorreu a baixa do ativo imobilizado que foi transferido para a SPTrans.

**9) Dividendos intermediários referentes ao 1º semestre de 2010**

Em 5 de agosto de 2010, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 176 da Lei 6.404/76, foi registrada a proposta da Administração da Companhia para pagamento de dividendos intermediários, no montante de R\$ 625.525, sendo R\$ 3,525718056 por ação ordinária, e R\$ 3,878289862 por ação preferencial, correspondente a 100% do lucro líquido ajustado obtido no primeiro semestre de 2010. O pagamento será efetuado em duas parcelas, sendo: (i) a primeira no valor de R\$ 312.763 efetuada em 15 de setembro de 2010; e (ii) a segunda no valor de R\$ 312.763 será efetuada em 7 de dezembro de 2010.

**10) Resolução Normativa ANEEL no. 414/2010**

Em 9 de setembro de 2010, a ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 414/2010 que introduziu uma série de inovações nas Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica acarretando, portanto, em significativas alterações na relação entre consumidor e distribuidora de energia elétrica. De acordo com esta resolução, publicada no DOU em 15 de setembro de 2010, as distribuidoras de energia elétrica passam a ter as seguintes obrigações:

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

- As distribuidoras terão que instalar pelo menos um posto de atendimento presencial em cada município de sua área de concessão;
- A ligação em áreas urbanas deve ser feita em até dois dias úteis para consumidores do Grupo B (residenciais, rurais e pequenos estabelecimentos comerciais e industriais), e em até sete dias úteis para consumidores do Grupo A (indústrias e estabelecimentos comerciais de médio ou grande porte). O prazo para religação é de até 24h após o encerramento do motivo que gerou a suspensão do fornecimento;
- O não cumprimento dos prazos para execução de serviços obriga a distribuidora a efetuar compensação ao consumidor na fatura de energia elétrica subsequente à apuração;
- Em caso de suspensão indevida do fornecimento a distribuidora está obrigada a efetuar compensação ao consumidor na fatura de energia elétrica subsequente à apuração. O valor da compensação está limitado a 10 (dez) vezes o valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição (EUSD);
- A suspensão do fornecimento só poderá ser feita em horário comercial, 15 dias após a notificação formal ao consumidor, sendo que para as unidades consumidoras classificadas nas Subclasses Residencial Baixa Renda deve ocorrer um intervalo de 30 (trinta) dias entre o vencimento da fatura e a data da suspensão. A apresentação da quitação do débito à equipe responsável pela suspensão do fornecimento, obsta a sua efetivação, podendo a distribuidora efetuar a cobrança do consumidor do serviço correspondente à visita técnica;
- É vedada a suspensão do fornecimento após o prazo de 90 (noventa) dias, contado da fatura vencida e não paga, desde que as faturas posteriores estejam quitadas. A contagem do prazo ficará suspensa nos casos de impedimento à execução por determinação judicial ou outro motivo justificável;
- Estende a gratuidade para aumento da carga para o Grupo B, desde que a carga instalada após o aumento não ultrapasse 50 kW e não seja necessário realizar acréscimo de fases da rede em tensão igual ou superior a 2,3 kV;

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

- Nos casos de faturamento a menor ou ausência de faturamento, as distribuidoras devem providenciar a cobrança do consumidor das quantias não recebidas, limitando-se aos últimos 3 (três) ciclos, sendo que para os casos de faturamento a maior se deve providenciar a devolução das quantias recebidas indevidamente, observado o prazo de 36 (trinta e seis) meses;
- Ficam vedadas a cobrança de outros serviços na fatura de energia elétrica e a veiculação de propagandas comerciais;
- Todas as distribuidoras terão que adotar o modelo padronizado do Termo de Ocorrência e Inspeção TOI, o que garante isonomia e padroniza critérios de avaliação;
- Distribuidora não pode mais condicionar o encerramento da relação contratual à quitação de débitos;
- Ativos de iluminação pública deverão ser transferidos para os municípios em até 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da publicação da resolução; e
- Em até 36 (trinta e seis) meses, contados da publicação da resolução, todas as distribuidoras deverão certificar o processo de coleta e apuração dos padrões de atendimento comercial de acordo com as normas da ISO 9000.

As obrigações definidas nesta resolução possuem prazos diversos para entrada em vigor, podendo variar de acordo com a complexidade da obrigação, sendo o menor prazo a partir de 30 de novembro de 2010, e o maior prazo em até 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data da sua publicação..

**11) Juros sobre o Capital Próprio**

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de dezembro de 2010, foi aprovada a proposta de distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 72.764. Os valores relativos a juros sobre capital próprio foram registrados como despesas financeiras como determinado pela legislação fiscal, contudo, para fins de apresentação nas demonstrações contábeis, esses valores são lançados como distribuição de lucro do exercício, mesmo tratamento contábil dos dividendos.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

**12) Reversão de Provisão Trabalhista - Benefícios de aposentadoria e pensão**

A Companhia é patrocinadora do Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão PSAP/Eletropaulo ("Plano"), administrado pela FUNDAÇÃO CESP ("Fundação"), entidade fechada de previdência complementar ofertado aos empregados da Companhia. Em 2010, a Companhia e a Fundação firmaram um termo pelo qual a Fundação reconheceu o dever legal e exclusivo de realizar o pagamento de benefícios de suplementação de aposentadoria e pensão, oriundos de ações judiciais. Segundo o termo, tais pagamentos devem observar as atribuições previstas no regulamento do Plano e nos demais instrumentos jurídicos que norteiam o pagamento dos benefícios aos participantes e seus dependentes. Em função da assinatura do termo, a Companhia efetuou a reversão de R\$ 86.900 em provisões referentes a processos judiciais trabalhistas.

**13) Revisão Tarifária Periódica**

Em conformidade ao contrato de concessão, a Companhia passa pelo processo de revisão tarifária periódica a cada 4 anos. A 3ª revisão tarifária da Companhia ocorrerá em julho de 2011. Nos processos de revisão tarifária, a Parcela B deixa de ser apurada pela variação do IGP-M ajustado pelo Fator X e passa a ser calculada através de metodologias a serem definidas pela ANEEL. A metodologia para o 3º Ciclo de Revisões Tarifárias está em discussão no âmbito da Audiência Pública nº 040/2010. O período de contribuições dos agentes e da sociedade se encerrou em 10 de janeiro de 2011. No atual momento os agentes e sociedade aguardam as análises das contribuições por parte de ANEEL.

**14) Neutralidade da Parcela A**

Em novembro de 2009, a ANEEL instituiu processo de Audiência Pública nº 043/2009 ("AP 043") para obter subsídios e informações para adequação da metodologia de cálculo do reajuste tarifário anual, mediante Aditivo ao Contrato de Concessão das Distribuidoras, visando à neutralidade dos itens da Parcela A (captura dos efeitos econômico-financeiros decorrentes das variações de mercado sobre Energia Comprada, Transmissão e Encargos Setoriais).

O processo da AP 043 culminou na aprovação do Modelo Padrão do Aditivo ao Contrato de Concessão das Distribuidoras por parte da ANEEL, nos termos do Despacho nº 245/2010. No Modelo Padrão, a metodologia de cálculo do reajuste tarifário anual foi alterada de modo a capturar os efeitos econômico-financeiros das variações de mercado sobre os Encargos Setoriais a partir de fevereiro de 2010 (Neutralidade da Parcela A).

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

No dia 16 de abril de 2010, as administrações da Companhia e da AES Elpa S.A. ("AES Elpa") deliberaram pela assinatura do Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 - ANEEL entre a Companhia e a União Federal, com a interveniência da AES Elpa. Em 30 de abril de 2010 a matéria foi deliberada na Assembléia Geral de Acionistas da Companhia e da AES Elpa.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabeleceu através da Resolução Homologatória nº 1025, de 29 de junho de 2010, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Companhia resultantes do processo de reajuste tarifário de 2010, cujo reajuste médio foi de 8,00%, correspondendo a um efeito médio de 1,62% percebido pelos consumidores.

Paralelamente, em maio de 2010, a ANEEL instituiu o processo de Audiência Pública nº 033/2010 ("AP 033") para obter subsídios e informações para a análise e decisão da ANEEL acerca do reconhecimento da legalidade da aplicação da fórmula de Reajuste Anual das Tarifas constante dos contratos de concessão de serviço público de distribuição.

Em 14 de dezembro de 2010 a diretoria da ANEEL resolveu arquivar a AP033 por (i) reconhecer a legalidade da aplicação da fórmula de Reajuste Anual das Tarifas constante dos contratos de concessão de serviço público de distribuição; (ii) negar tratamento regulatório retroativo da metodologia de tratamento das variações de mercado no repasse dos custos não gerenciáveis da Parcela "A", referentes aos encargos setoriais dos ciclos tarifários já incorridos; e (iii) conhecer e negar provimento aos pedidos de invalidação da metodologia de reajuste tarifário de tarifas de distribuição de energia elétrica.

Em 22 de dezembro de 2010, o deputado federal Eduardo da Fonte apresentou à ANEEL o pedido de reconsideração da decisão da ANEEL sobre este tema.

**15) Eletrobrás - Contrato de Financiamento**

Em março de 2011 a Companhia tomou conhecimento que, em 6 de dezembro de 2010, a Eletrobrás teria solicitado a iniciação do processo de liquidação e que por tal motivo, o processo teria sido submetido à análise da 5ª Vara Cível.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

Em vista do fato de que até 31 de março de 2011 a Companhia e a CTEEP não tinham sido intimadas sobre o pedido apresentado pela Eletrobrás, estima-se que a resposta das mesmas às considerações apresentadas deve ocorrer durante o segundo trimestre de 2011. Estima-se ainda, que os mencionados trabalhos periciais se estendam durante o ano de 2011 e que o procedimento judicial de Liquidação de Sentença por Artigos não se encerre em um prazo inferior a 6 meses a ser contado do início dos trabalhos periciais, sendo certo que, ao final dos trabalhos, caberá ao perito apontar o montante da dívida e o(s) responsável(is) pelo pagamento.

Encerrado o Procedimento Judicial de Liquidação de Sentença, e se forem apurados valores a serem pagos pela Companhia, a Eletrobrás poderá reiniciar o processo de execução contra a Companhia, sendo que, quando tal fato acontecer, para que a Companhia possa se defender, será necessário apresentar garantia nos termos do Código do Processo Civil Brasileiro.

Ainda de acordo com o disposto no Código do Processo Civil Brasileiro, a Eletrobrás terá o direito de solicitar ao juízo da causa o levantamento da garantia ofertada pela Companhia, mesmo antes da decisão final. Na eventualidade da solicitação da Eletrobrás ser deferida, a Companhia poderá ter um desembolso de caixa e impacto negativo em seu resultado, uma vez que o referido desembolso passará a ser tratado como um ativo contingente em vista da possibilidade de sua recuperação quando da decisão final do mérito da causa.

Os assessores legais da Companhia mantêm a classificação de êxito como possível. Desta forma, de acordo com o que preceitua o Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009, não é requerida qualquer provisão até 31 de março de 2011.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$ 1.136.535 (atualizado até 31 de março de 2011).

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE**

---

**MD&A Eletropaulo – 1T10**

---

**Análise do resultado da AES Eletropaulo**

As Informações Trimestrais - ITR, originalmente apresentadas em 31 de março de 2010, estão sendo reapresentadas conforme requerido pela Deliberação CVM nº 603/09 (alterada pela Deliberação CVM nº 656/11) para contemplar os efeitos da adoção dos novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 2009 com vigência para 2010. Os efeitos da adoção dessas normas contábeis nas informações sobre o desempenho da Companhia no período apresentado, estão apresentados a seguir:

No primeiro trimestre de 2010, a receita bruta da AES Eletropaulo atingiu R\$ 3.432,0 milhões, 14,3% superior à receita auferida no mesmo período de 2009. Esse crescimento é decorrente do consumo do mercado cativo maior em 5,2%, do reajuste tarifário médio de 14,88% a partir de 4 de julho de 2009, além do bom desempenho dos clientes livres no período. As deduções totalizaram R\$ 1.172,3 milhões, acréscimo de R\$ 153,2 milhões em relação ao 1T09 devido aos encargos tributários proporcionais ao crescimento da receita bruta. Dessa forma, a receita líquida no período alcançou R\$ 2.259,6 milhões, montante 13,9% superior à do mesmo período de 2009.

As despesas operacionais (não consideram os valores de Depreciação) totalizaram R\$ 1.761,5 milhões no 1T10, crescimento de 5,4% em relação ao montante de R\$ 1.671,1 milhões apresentado nos 3 primeiros meses de 2009. A “Parcela A”, que engloba todas as despesas não gerenciáveis e relacionadas à compra e transmissão de energia e ao uso da rede elétrica, apresentou crescimento de 3,1% no período, totalizando R\$ 1.323,3 milhões. Essa variação é explicada pela maior quantidade e preço médio da energia comprada, bem como pelo aumento de ESS relacionado aos novos valores homologados pela Aneel no reajuste tarifário. Já a “Parcela B”, formada pelos custos gerenciáveis da Companhia, totalizou R\$ 341,9 milhões no 1T10, apresentando acréscimo de R\$ 55,6 milhões em relação ao mesmo período de 2009. Tal variação é decorrente do crescimento da linha de outras despesas operacionais que está relacionada à maior constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) e baixas, e ao crescimento com provisão para contingências, condenações e acordos judiciais. As outras despesas e receitas apresentaram redução de 5% devido à perda na desativação de ativos e ao reconhecimento da despesa de construção em ambos os períodos.

No 1T10, o EBITDA totalizou R\$ 498,1 milhões, crescimento de 59,4% em relação ao 1T09, resultado do bom desempenho do mercado cativo na área de concessão da Companhia e superior à evolução das despesas operacionais, conforme apresentado acima.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE**

---

O resultado financeiro foi uma despesa líquida de R\$ 32,5 milhões no 1T10, montante R\$ 12,2 milhões acima da despesa líquida de R\$ 20,3 milhões apresentada no 1T09. O resultado financeiro menos favorável é explicado, principalmente, pela redução das receitas com aplicações financeiras, no valor de R\$ 17,2 milhões, devido ao menor saldo médio de caixa e menor rentabilidade entre os períodos.

O lucro líquido auferido pela AES Eletropaulo no 1T10 foi de R\$ 222,9 milhões, resultado 93,5% superior ao obtido no 1T09. Esse desempenho foi influenciado pelo crescimento do consumo na área de concessão da Companhia e pelo reajuste tarifário de julho de 2009, que foram parcialmente compensados pelo aumento nas outras despesas operacionais com PCLD e baixas, além de provisões cíveis e trabalhistas.

O escopo de trabalho dos nossos auditores independentes não inclui a revisão de informações não financeiras no relatório, tais como, volume de energia vendida ou comprada, assim como os valores absolutos ou percentuais derivados dessas informações.



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	01
2 - Nº ORDEM	9ª
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2005/058
4 - DATA DO REGISTRO CVM	22/12/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	Ú
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PARTICULAR
8 - DATA DA EMISSÃO	20/12/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	20/08/2018
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	CDI + 1,75% a a
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NIHIL
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	250.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	25.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	25.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	20/08/2007
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	19/08/2011

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	02
2 - Nº ORDEM	10ª
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2007/037
4 - DATA DO REGISTRO CVM	19/10/2007
5 - SÉRIE EMITIDA	Ú
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	15/09/2007
9 - DATA DE VENCIMENTO	15/09/2013
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	CDI + 0,90% a a
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NIHIL
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	600.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	60.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	60.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	15/09/2011

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	03
2 - Nº ORDEM	11ª
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2007/047
4 - DATA DO REGISTRO CVM	22/11/2007
5 - SÉRIE EMITIDA	Ú
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PARTICULAR
8 - DATA DA EMISSÃO	01/11/2007
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/11/2018
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	CDI + 1,75% a a
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NIHIL
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	200.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	20.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	20.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	02/05/2011

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	04
2 - Nº ORDEM	12ª
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/CDE/DEB/2010/017
4 - DATA DO REGISTRO CVM	27/04/2010
5 - SÉRIE EMITIDA	Ú
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/04/2010
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/04/2014
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SUBORDINADA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	CDI + 1,25%
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NIHIL
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	1.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	400.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	400.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	400.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/10/2011

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	05
2 - Nº ORDEM	13ª
3 - Nº REGISTRO NA CVM	NIHIL
4 - DATA DO REGISTRO CVM	14/05/2010
5 - SÉRIE EMITIDA	Ú
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	14/05/2010
9 - DATA DE VENCIMENTO	14/05/2010
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SUBORDINADA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	CDI + 1,5%
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NIHIL
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	1.000.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	400.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	400
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	400
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	15/05/2011

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

### Outras informações que a Companhia entenda relevantes

Quantidade e características de valores mobiliários detidos pelo grupo de diretores, membros do Conselho da Administração e Fiscal, Controladores e Free-float (Mercado), em 31 de março de 2010:

Saldo em 31.3.2010

Valores Mobiliário - Saldo 31.03.2010								
Ações ON	% Participação	Ações PNA	% Participação	Ações PNB	% Participação	Total	% Participação	
AES ELPA SA	51.825.798	77,81%	0	0,00%	0	0,00%	51.825.798	30,97%
CIA BRASILIANA DE ENERGIA	0	0,00%	0	0,00%	7.434.390	7,56%	7.434.390	4,44%
BNDES PART SA BNDESPAR	1	0,00%	0	0,00%	734.576	0,75%	734.576	0,44%
UNIAO FEDERAL	13.342.384	20,03%	258	0,01%	0	0,00%	13.342.642	7,97%
<b>Subtotal</b>	<b>65.168.183</b>	<b>97,84%</b>	<b>258</b>	<b>0,01%</b>	<b>8.168.966</b>	<b>8,30%</b>	<b>73.337.407</b>	<b>43,82%</b>
Conselho de Administração	0	0,00%	0	0,00%	218	0,00%	218	0,00%
Diretores	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%	40	0,00%	0	0,00%	40	0,00%
Outros	1.436.634	2,16%	2.369.051	99,99%	90.200.537	91,70%	94.006.222	56,18%
<b>Total</b>	<b>66.604.817</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.369.349</b>	<b>100,00%</b>	<b>98.369.721</b>	<b>100,00%</b>	<b>167.343.887</b>	<b>100,00%</b>
<b>Free-Float</b>	<b>1.436.634</b>	<b>2,16%</b>	<b>2.369.091</b>	<b>99,99%</b>	<b>90.200.537</b>	<b>91,70%</b>	<b>94.006.262</b>	<b>56,18%</b>

Saldo em 31.3.2009

Valores Mobiliário - Saldo 31.03.2009								
Ações ON	% Participação	Ações PNA	% Participação	Ações PNB	% Participação	Total	% Participação	
AES ELPA SA	51.825.798	77,81%	0	0,00%	0	0,00%	51.825.798	30,97%
CIA BRASILIANA DE ENERGIA	0	0,00%	0	0,00%	7.434.390	7,56%	7.434.390	4,44%
BNDES PART SA BNDESPAR	0	0,00%	0	0,00%	734.576	0,75%	734.576	0,44%
UNIAO FEDERAL	13.342.384	20,03%	258	0,01%	0	0,00%	13.342.642	7,97%
<b>Subtotal</b>	<b>65.168.182</b>	<b>97,84%</b>	<b>258</b>	<b>0,01%</b>	<b>8.168.966</b>	<b>8,30%</b>	<b>73.337.406</b>	<b>43,82%</b>
Conselho de Administração	0	0,00%	0	0,00%	218	0,00%	218	0,00%
Diretores	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%	40	0,00%	0	0,00%	40	0,00%
Outros	1.436.635	2,16%	2.369.051	99,99%	90.200.537	91,70%	94.006.223	56,18%
<b>Total</b>	<b>66.604.817</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.369.349</b>	<b>100,00%</b>	<b>98.369.721</b>	<b>100,00%</b>	<b>167.343.887</b>	<b>100,00%</b>
<b>Free-Float</b>	<b>1.436.635</b>	<b>2,16%</b>	<b>2.369.091</b>	<b>99,99%</b>	<b>90.200.537</b>	<b>91,70%</b>	<b>94.006.263</b>	<b>56,18%</b>

Posição acionária da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. com mais de 5% por tipo ou espécie de ação, em 31 de março de 2010:

Participação Acionária da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. com mais de 5% do capital social em 31 de março de 2010								
Ações ON	% Participação	Ações PNA	% Participação	Ações PNB	% Participação	Total	% Participação	
AES ELPA SA	51.825.798	77,81%	0	0,00%	0	0,00%	51.825.798	30,97%
UNIAO FEDERAL	13.342.384	20,03%	258	0,01%	0	0,00%	13.342.642	7,97%
CIA BRASILIANA DE ENERGIA	0	0,00%	0	0,00%	7.434.390	7,56%	7.434.390	4,44%
<b>Total</b>	<b>65.168.182</b>	<b>97,84%</b>	<b>258</b>	<b>0,01%</b>	<b>7.434.390</b>	<b>7,56%</b>	<b>72.602.830</b>	<b>43,39%</b>
Schroder Investment Management¹	0	0,00%	0	0,00%	9.731.225	9,89%	9.731.225	5,82%
GWJ Consut. Part. E Serviços Ltda¹	0	0,00%	341.600	14,42%	5.171.535	5,26%	5.513.135	3,29%
Lazard Asset Management LLC¹	0	0,00%	0	0,00%	4.955.600	5,04%	4.955.600	2,96%
Tempo Capital Gestão de Recursos Ltda.²	0	0,00%	152.040	6,42%	0	0,00%	152.040	0,09%
Blackrock, Inc¹	0	0,00%	0	0,00%	5.005.962	5,08%	5.005.962	2,99%
<b>Total</b>	<b>65.168.182</b>	<b>97,84%</b>	<b>493.898</b>	<b>20,85%</b>	<b>32.298.712</b>	<b>32,83%</b>	<b>97.960.792</b>	<b>58,54%</b>

1 - Fundos de Investimentos 2 - Participação detida via fundos por ela administrados

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

## 20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

**Posição acionária dos acionistas da Sociedade, com mais de 5% do capital social, até o nível de Pessoa Física:**

Composição dos acionistas da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. com mais de 5% do capital social até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010.

### AES ELPA SA - 31.03.2010

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
Cia Brasileira de Energia	93.404.101	98,26%	93.404.101	98,26%
Outros	1.656.952	1,74%	1.656.952	1,74%
<b>Total</b>	<b>95.061.053</b>	<b>100,00%</b>	<b>95.061.053</b>	<b>100,00%</b>

### Cia Brasileira de Energia - 31.03.2010

Acionista	Ações ON	% Participação	Ações PN	% Participação	Total	% Participação
AES Brasil Holdings Ltda.	300.000.001	50,01%	1	0,00%	300.000.002	46,15%
BNDES Participações S.A.	300.000.000	49,99%	49.999.998	100,00%	349.999.998	53,85%
Outros	0	0,00%	8	0,00%	8	0,00%
<b>Total</b>	<b>600.000.001</b>	<b>100,00%</b>	<b>50.000.007</b>	<b>100,00%</b>	<b>650.000.008</b>	<b>100,00%</b>

### AES Holdings Brasil Ltd. - 31.03.2010

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
AES Brazilian Holdings Ltd.	136.589.635.192	95,7%	136.589.635.192	95,7%
<b>Total</b>	<b>136.589.635.192</b>	<b>95,7%</b>	<b>136.589.635.192</b>	<b>95,7%</b>

### AES Brazilian Holdings Ltd. - 31.03.2010

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
AES Cemig Empreendimentos II, Ltd.	8.698	94,1%	8.698	94,1%
<b>Total</b>	<b>8.698</b>	<b>94,1%</b>	<b>8.698</b>	<b>94,1%</b>

### AES Cemig Empreendimentos II, Ltd. - 31.03.2010

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
Global Energy Investments	1.000	100,0%	1.000	100,0%
<b>Total</b>	<b>1.000</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.000</b>	<b>100,0%</b>

### Global Investment Energy CV - 31.03.2010

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
AES VFL Holdings, LLC	Sem Ações	47,8%	Sem Ações	47,8%
<b>Total</b>	<b>Sem Ações</b>	<b>47,8%</b>	<b>Sem Ações</b>	<b>47,8%</b>

### AES VFL Holdings, LLC - 31.03.2010

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
AES EDC Holding, LLC	5.011	50,1%	5.011	50,1%
<b>Total</b>	<b>5.011</b>	<b>50,1%</b>	<b>5.011</b>	<b>50,1%</b>

### AES EDC Holding, LLC - 31.03.2010

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
AES EDC Funding II, LLC	10	100,0%	10	100,0%
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,0%</b>	<b>10</b>	<b>100,0%</b>

### AES EDC Funding II, LLC - 31.03.2010

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
AES Corporation	10	100,0%	10	100,0%
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,0%</b>	<b>10</b>	<b>100,0%</b>

### BNDES Participações S.A. - 31.03.2010

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
BNDES	1	100,0%	1	100,0%
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>100,0%</b>	<b>1</b>	<b>100,0%</b>

### BNDES S.A. - 31.03.2010

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
União Federal	6.273.711.452	100,0%	6.273.711.452	100,0%
<b>Total</b>	<b>6.273.711.452</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.273.711.452</b>	<b>100,0%</b>

## Vinculação à Cláusula Compromissória de arbitragem

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA**

---

**RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Aos Conselheiros e Diretores da  
**Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.**  
São Paulo - SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais – ITR da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Companhia”), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2010, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa, das mutações do patrimônio líquido, o relatório do desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas para que as mesmas estejam de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária, e segundo as normas e orientações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais e para que as mesmas estejam de acordo o IAS 34 - *Interim Financial Reporting*.
4. Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2010, cuja apresentação é requerida pelas normas e orientações da CVM aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, e como informação suplementar pelas *International Financial Reporting Standards* - IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas referidas demonstrações.



---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

**21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA**

---

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, as Informações Trimestrais – ITR, originalmente apresentadas em 03 de maio de 2010, estão sendo reapresentadas conforme requerido pela Deliberação CVM nº 603/09 (alterada pela Deliberação CVM nº 656/11) para contemplar os efeitos da adoção dos novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 2009 com vigência para 2010. Os efeitos da adoção dessas normas estão apresentados na referida nota explicativa.

São Paulo, 27 de abril de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

José Antonio de A. Navarrete  
Contador CRC-1SP198698/O-4

---

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

---

---

### 23.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

---

As Informações Trimestrais - ITR, originalmente apresentadas em 30 de junho de 2010, estão sendo reapresentadas conforme requerido pela Deliberação CVM nº 603/09 (alterada pela Deliberação CVM nº 656/11) para contemplar os efeitos da adoção dos novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 2009 com vigência para 2010. Os efeitos da adoção dessas normas estão apresentados na nota nº 3. Em função dessa reapresentação das informações contábeis, alguns dados estão sendo apresentados com informações atualizadas até 31 de março de 2011, basicamente referentes a estimativas e eventos subsequentes, com o objetivo de propiciar informações mais atualizadas sobre as respectivas divulgações originalmente emitidas.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	10
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010	12
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010	13
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	14
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	143
14	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	145
20	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	150
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	152
23	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	154